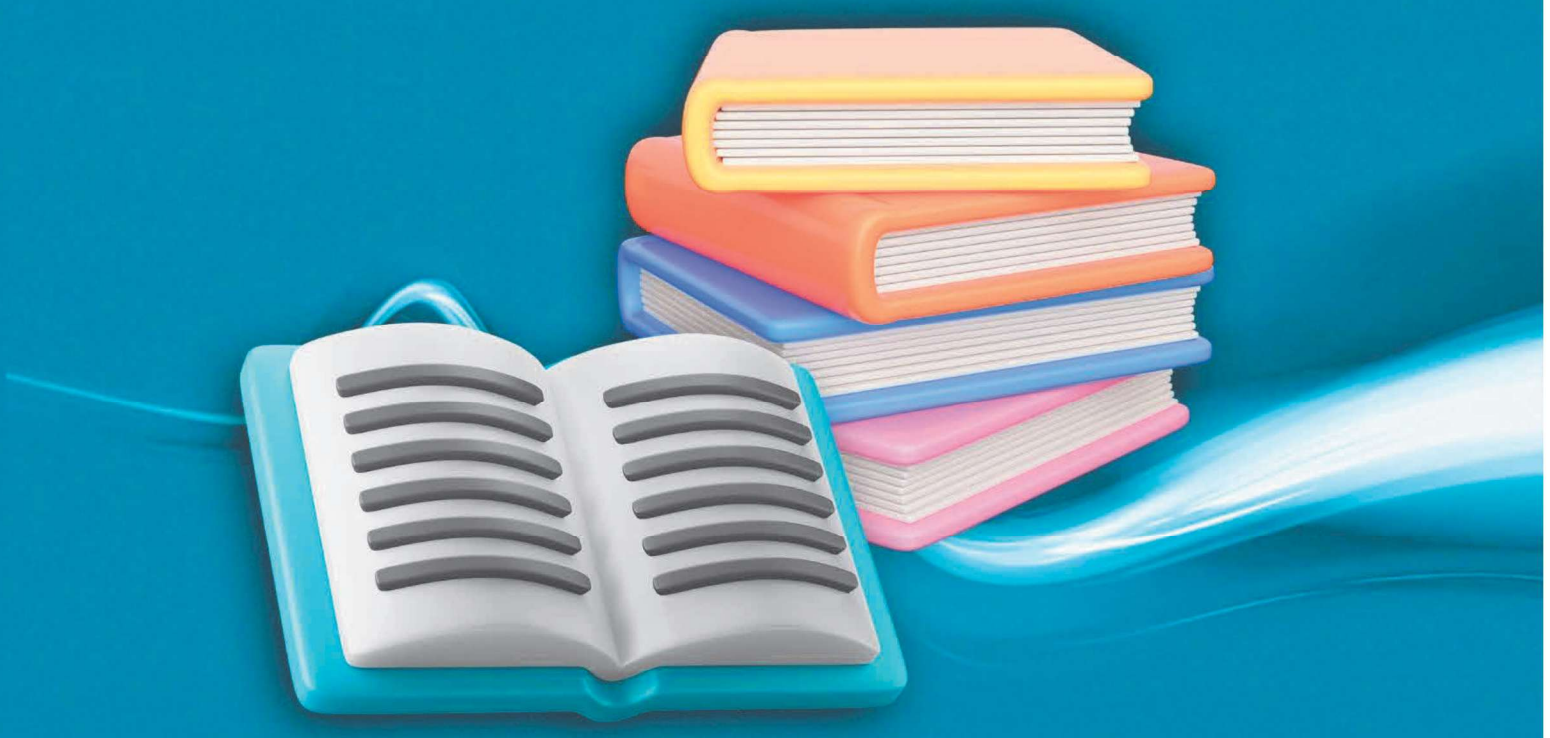
ESTADO DE GOIÁS

4º RELATÓRIO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÁS 2015 - 2025



2025

ESTADO DE GOIÁS

4º RELATÓRIO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÁS 2015-2025

Goiânia, 2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G615q

Goiás. *Comissão Coordenadora do Monitoramento e da Avaliação do Plano Estadual de Educação – PEE 2015/2025*.

4º Relatório de monitoramento e avaliação do Plano Estadual de Educação de Goiás 2015-2025. / Comissão Coordenadora do Monitoramento e da Avaliação do Plano Estadual de Educação – PEE 2015/2025. – Goiânia: Comissão Coordenadora do Monitoramento e da Avaliação do Plano Estadual de Educação – PEE 2015/2025, 2025.

122 p.

1. Goiás. 2. Plano Estadual de Educação. I. Título.

CDU: 37

Comissão Coordenadora do Monitoramento e da Avaliação do Plano Estadual de Educação – PEE 2015/2025

Secretaria de Estado da Educação de Goiás – SEDUC

Gláucia Lima Ferreira Cruz

Sueid Mendonça de Carvalho

Fórum Estadual de Educação de Goiás – FEE/GO

Lueli Nogueira Duarte da Silva

Maria Augusta Peixoto Mundim

Conselho Estadual de Educação de Goiás – CEE/GO

Edson Arantes Júnior

Luciana Barbosa Cândido Carniello

Assembleia Legislativa do Estado de Goiás – ALEGO

Gláucia Maria Teodoro Reis

Estela Mares Stival

Elaboração

Edson Arantes Júnior
Estela Mares Stival
Gláucia Lima Ferreira Cruz
Gláucia Maria Teodoro Reis
Lueli Nogueira Duarte da Silva
Luísa Helena Silva de Miranda
Rui Rocha Gomes
Sueid Mendonça de Carvalho

Colaboração

Valéria Cavalcante da Silva Souza
Stellio Matos Mineiro.
Patrícia de Castro Ribeiro
Winy Nunes Lemes

Edição de Arte

Eduardo Souza da Costa

Sumário

SIGLAS 6

LISTA DE GRÁFICOS 7

LISTA DE TABELAS 9

APRESENTAÇÃO 10

1. INTRODUÇÃO 11

2. METODOLOGIA 13

3. ANÁLISE DAS METAS DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO 15

Meta 1 – Educação Infantil 15

Meta 2 – Ensino Fundamental 19

Meta 3 – Educação em Tempo Integral 25

Meta 4 – Qualidade da Educação Básica 29

Meta 5 – Ensino Médio 35

Meta 6 - Escolaridade Média da População de 18 anos ou mais 39

Meta 7 - Alfabetização e Analfabetismo Funcional 45

Meta 8 - EJA - Educação Profissional Integrada 50

Meta 9 – Educação do Campo e das Populações Tradicionais 52

Meta 10 – Educação Técnica de Nível Médio 54

Meta 11 – Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado (AEE) 58

Meta 12 – Articulação Intersetorial entre os órgãos 64

Meta 13 – Matrícula na Educação Superior 66

Meta 14 – Qualidade da Educação Superior 72

Meta 16 – Formação dos Profissionais da Educação 81

Meta 17 - Formação Continuada e Pós-Graduação dos Profissionais da Educação Básica 86

Meta 18 – Valorização dos Profissionais do Magistério da Educação Básica 89

Meta 19 – Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Básica e Superior 91

Meta 20 – Gestão Democrática das Escolas Públicas 94

Meta 21 – Investimento Público Estadual em Educação Pública 96

4. NOTAS METODOLÓGICAS DOS INDICADORES 98

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 116

6. REFERÊNCIAS 118

ANEXOS 119

SIGLAS

ABRUEM –Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais
AEE – Atendimento Educacional Especializado
CAP – Centro de Atendimento ao Deficiente Visual
CAS = Centro de Atendimento ao Surdo
CBO – Classificação Brasileira de Ocupação
CDO – Classificação de Ocupação por pesquisas domiciliares
CEE – Conselho Estadual de Educação
CNE – Conselho Nacional de Educação
Covid-19 – Corona Virus Disease 19
CSU – Conselho Universitário
EaD – Educação a Distância
EFGs – Escolas do Futuro do Estado de Goiás
EPT – Educação Profissional Técnica
EUA – Estados Unidos da América
FECHA - Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns
FLACSO – Facultad Latino-americana de Ciências Sociales
FUNAPE – Fundação de Apoio à Pesquisa
GO - Goiás
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básico
IES – Instituições de Ensino Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC – Ministério da Educação
NAEH – Núcleo de Atendimento Educacional Hospitalar
p.p. – Pontos Percentuais
PEE – Plano Estadual de Educação
PIB – Produto Interno Bruto
PNE – Plano Nacional de Educação
SEAD – Secretaria de Estado da Educação
SECTEC – Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia
TBM – Taxa Bruta de Matrícula
TLE – Taxa Líquida de Escolarização
TLM – Taxa Líquida de Matrícula
TGD – Transtorno Global do Desenvolvimento
UEG – Universidade Estadual de Goiás
UFG – Universidade Federal de Goiás
UniCerrado – Cento Universitário de Goiatuba
UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros
UniRV – Universidade de Rio Verde

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 4 E 5 ANOS QUE FREQUENTA ESCOLA OU CRECHE - GOIÁS - 2005 A 2025 16
GRÁFICO 2 - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 0 A 3 ANOS QUE FREQUENTA ESCOLA OU CRECHE - GOIÁS - 2004 A 2025 18
GRÁFICO 3 - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 6 A 14 ANOS QUE FREQUENTA OU QUE JÁ CONCLUIU O ENSINO FUNDAMENTAL - GOIÁS - 2005 A 2025 20
GRÁFICO 4 - PERCENTUAL DE PESSOAS DE 16 ANOS COM PELO MENOS O ENSINO FUNDAMENTAL CONCLUÍDO - GOIÁS - 2005 A 2025..... 23
GRÁFICO 5 - PERCENTUAL DE MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL - GOIÁS - 2009 A 2025 26
GRÁFICO 6 - PERCENTUAL DE ESCOLAS PÚBLICAS COM AO MENOS 25% DE MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL - GOIÁS - 2014 A 2025..... 28
GRÁFICO 7 - IDEB 5° ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL - GOIÁS - 2005 A 2023 30
GRÁFICO 8 - IDEB 9° ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL - GOIÁS - 2005 A 2023 32
GRÁFICO 9 - IDEB 3ª SÉRIE ENSINO MÉDIO - GOIÁS - 2005 A 2023 33
GRÁFICO 10 - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS QUE FREQUENTA A ESCOLA OU JÁ CONCLUIU A EDUCAÇÃO BÁSICA - GOIÁS - 2005 A 2025. 36
GRÁFICO 11 - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS QUE FREQUENTA OU JÁ CONCLUIU O ENSINO MÉDIO - GOIÁS - 2005 A 2025 37
GRÁFICO 12 - ESCOLARIDADE MÉDIA (EM ANOS DE ESTUDO) DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS OU MAIS - GOIÁS - 2005 A 2025 40
GRÁFICO 13 - ESCOLARIDADE MÉDIA (EM ANOS DE ESTUDO) DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS OU MAIS RESIDENTE NO CAMPO - GOIÁS - 2005 A 2025 41
GRÁFICO 14 - ESCOLARIDADE MÉDIA (EM ANOS DE ESTUDO) DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS OU MAIS PERTENCENTE AOS 25% MAIS POBRES - GOIÁS - 2004 A 2025 43
GRÁFICO 15 - RAZÃO (%) ENTRE A ESCOLARIDADE MÉDIA DE NEGROS E A DE NÃO NEGROS DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS OU MAIS - GOIÁS - 2005 A 2025..... 44
GRÁFICO 16 - TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DE PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE - GOIÁS - 2005 A 2025..... 46
GRÁFICO 17 - TAXA DE ANALFABETISMO FUNCIONAL DE PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE - GOIÁS - 2005 A 2025 48
GRÁFICO 18 - PERCENTUAL DE MATRÍCULAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA FORMA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - GOIÁS - 2008 A 2025 51
GRÁFICO 19 - TOTAL DE MATRÍCULAS EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO - GOIÁS - 2008 A 2025 56
GRÁFICO 20 - TOTAL DE MATRÍCULAS EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO NAS REDES PÚBLICAS - GOIÁS - 2008 A 2025..... 57

GRÁFICO 21 - PERCENTUAL DE MATRÍCULAS DE ALUNOS DE 4 A 17 ANOS DE IDADE COM DEFICIÊNCIA, TGD E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO QUE FREQUENTAVA A ESCOLA EM CLASSES COMUNS DA EDUCAÇÃO BÁSICA - GOIÁS - 2009 A 2025 61
GRÁFICO 22 - PERCENTUAL DE MATRÍCULAS DE ALUNOS DE 4 A 17 ANOS DE IDADE COM DEFICIÊNCIA, TGD E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO MATRICULADOS EM TURMAS DE AEE - GOIÁS - 2010 A 2025 . 62
GRÁFICO 23 - TAXA (%) BRUTA DE MATRÍCULAS NA GRADUAÇÃO PARA A POPULAÇÃO DE 18 A 24 ANOS - GOIÁS - 2004 A 2025 67
GRÁFICO 24 - TAXA (%) LÍQUIDA DE MATRÍCULAS NA GRADUAÇÃO PARA A POPULAÇÃO DE 18 A 24 ANOS - GOIÁS - 2005 A 2025 69
GRÁFICO 25 - PARTICIPAÇÃO (%) DA REDE PÚBLICA NA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR-GOIÁS 2013-2025 71
GRÁFICO 26 - PROPORÇÃO DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR COM MESTRADO OU DOUTORADO - GOIÁS - 2010 A 2025 74
GRÁFICO 27 - PROPORÇÃO DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR COM DOUTORADO - GOIÁS - 2010 A 2025 75
GRÁFICO 28 - PERCENTUAL DE PROFESSORES COM FORMAÇÃO ADEQUADA À DISCIPLINA QUE LECIONAM - EDUCAÇÃO INFANTIL - GOIÁS - 2013 A 2025 83
GRÁFICO 29 - PERCENTUAL DE PROFESSORES COM FORMAÇÃO ADEQUADA À DISCIPLINA QUE LECIONAM - ENSINO FUNDAMENTAL - GOIÁS - 2013 A 2025 84
GRÁFICO 30 - PERCENTUAL DE PROFESSORES COM FORMAÇÃO ADEQUADA À DISCIPLINA QUE LECIONAM - ENSINO MÉDIO - GOIÁS - 2013 A 2025 85
GRÁFICO 31 - PERCENTUAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU - GOIÁS - 2008 A 2025 87
GRÁFICO 32 - PERCENTUAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA - GOIÁS - 2013 A 2025 88
GRÁFICO 33 - RAZÃO (%) ENTRE O RENDIMENTO MÉDIO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA (EXCETO FEDERAL), COM ENSINO SUPERIOR COMPLETO E O RENDIMENTO MÉDIO DE NÃO PROFESSORES, COM ENSINO SUPERIOR COMPLETO - GOIÁS - 2011 A 2025 91
GRÁFICO 34 - PERCENTUAL DOS DOCENTES DA REDE ESTADUAL COM VÍNCULO EFETIVO - GOIÁS - 2011 A 2025 92
GRÁFICO 35 - PERCENTUAL DOS DOCENTES DA REDE MUNICIPAL COM VÍNCULO EFETIVO - GOIÁS – 2011 A 2025 93
GRÁFICO 36 - PERCENTUAL DE ESCOLAS DA REDE PÚBLICA EM QUE OS DIRETORES FORAM ESCOLHIDOS POR ELEIÇÃO - GOIÁS - 2009 A 2025 95
GRÁFICO 37 - PERCENTUAL DO INVESTIMENTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO PÚBLICA EM RELAÇÃO AO PIB[1] DO ESTADO (SEM GASTOS PREVIDENCIÁRIOS) - GOIÁS - 2011 A 2025 97

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 4 E 5 ANOS QUE FREQUENTA ESCOLA OU CRECHE.....17
TABELA 2 - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 6 A 14 ANOS QUE FREQUENTA OU QUE JÁ CONCLUIU O ENSINO FUNDAMENTAL.....21
TABELA 3 - PERCENTUAL DE PESSOAS DE 16 ANOS COM PELO MENOS O ENSINO FUNDAMENTAL CONCLUÍDO 24
TABELA 4 - PERCENTUAL DE MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL 27
TABELA 5 - IDEB 5° ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL 31
TABELA 6 - IDEB 9° ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL 32
TABELA 7 - IDEB 3ª SÉRIE ENSINO MÉDIO 34
TABELA 8 - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS QUE FREQUENTA A ESCOLA OU JÁ CONCLUIU A EDUCAÇÃO BÁSICA.....36
TABELA 9 - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS QUE FREQUENTA OU JÁ CONCLUIU O ENSINO MÉDIO 38
TABELA 10 - TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DE PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE 47
TABELA 11 - TAXA DE ANALFABETISMO FUNCIONAL DE PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE.....49
TABELA 12 - PERCENTUAL DE MATRÍCULAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA FORMA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL 52
TABELA 13 - TOTAL DE MATRÍCULAS EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO 57
TABELA 14 - PERCENTUAL DE MATRÍCULAS DE ALUNOS DE 4 A 17 ANOS DE IDADE COM DEFICIÊNCIA, TGD E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO QUE FREQUENTAVA A ESCOLA EM CLASSES COMUNS.....63
TABELA 15 – TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS PRESENCIAL E NÃO PRESENCIAL – 2021 A 2024 NA UEG...78
TABELA 16 – MATRÍCULA DE ALUNOS POR FAIXA ETÁRIA DE 18 A 34 ANOS E MAIS DE 35 ANOS NO PERÍODO DE 2012 A 2024 NA UEG.....78
TABELA 17 – FORMAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (UEG).....79

APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem como finalidade apresentar os resultados do processo de monitoramento e avaliação do Plano Estadual de Educação de Goiás (PEE), instituído pela Lei n.º 18.969, de 22 de julho de 2015, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecido pela Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Este instrumento é fundamental para o acompanhamento da implementação das políticas educacionais no estado, bem como para a identificação de avanços, desafios e necessidades de replanejamento das ações.

A produção deste relatório foi coordenada pela Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Estadual de Educação – PEE/2015/2025, instituída pela Portaria n.°3.777, de 31 de julho de 2024, e composta por representantes da Assembleia Legislativa do estado de Goiás, da Secretaria de Estado da Educação, do Fórum Estadual de Educação e do Conselho Estadual de Educação (Lei n.°18.969/2015, Art.4°, p.3). A atuação colegiada e interinstitucional da Comissão assegura a legitimidade e a divulgação dos resultados do monitoramento e das avaliações quanto à realização de seus objetivos e metas mostrados por meio dos relatórios, de modo que a sociedade conheça e acompanhe.

As análises aqui apresentadas resultam da consolidação de dados, estudos técnicos, contribuição dos diversos segmentos e das redes de ensino permitindo a verificação do cumprimento das metas e estratégias previstas no Plano. Foram considerados os aspectos quantitativos e qualitativos da oferta educacional em Goiás, com atenção especial à equidade, à qualidade, à valorização dos profissionais da educação e ao enfrentamento das desigualdades regionais e intrarregional.

Este relatório representa um esforço coletivo em prol da melhoria contínua da educação do estado, servindo como subsídio para a formulação de políticas, o fortalecimento da gestão educacional e o exercício do controle social. Reafirma-se, assim, o compromisso das instituições envolvidas com a garantia do direito à educação de qualidade, democrática, inclusiva e socialmente referenciada, conforme orienta a Lei do Plano Estadual de Educação de Goiás.

Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Estadual de Goiás

1. INTRODUÇÃO

O Plano Estadual de Educação de Goiás (PEE-GO) foi instituído pela Lei Estadual n° 18.969, de 22 de julho de 2015, com vigência para o período de 2015 a 2025. Trata-se de um importante instrumento de planejamento das políticas públicas educacionais do Estado. Estruturado em 21 metas e 259 estratégias, o Plano tem como objetivo central a promoção da equidade no acesso e permanência dos estudantes nas instituições de ensino, assegurando, ainda, princípios como a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

A formulação do PEE está alinhada ao Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, que serve como referência para a construção e consolidação de uma educação pública de qualidade em âmbito nacional.

Considerando a relevância do Plano como principal marco legal que orienta a política educacional em Goiás, o processo de monitoramento e avaliação das metas é essencial para o acompanhamento da execução. Essa atribuição é conduzida pela Comissão de Coordenação de Monitoramento e Avaliação do PEE, instituída pela Portaria n.º 3.777, de 31de julho de 2024, composta por representantes da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, da Secretaria de Estado da Educação, do Fórum Estadual de Educação e do Conselho Estadual de Educação. A atuação dessa Comissão, é previsto no Art. 4° da referida Lei, que garante a legitimidade institucional do processo e promove a articulação entre os diversos atores envolvidos na política educacional goiana.

Nessa perspectiva, o 4º Relatório de Monitoramento e Avaliação do PEE apresenta uma análise detalhada de cada uma das 21 metas, por meio de indicadores específicos de acompanhamento. Para cada meta, são apresentados gráficos com a situação do Estado de Goiás, as tendências observadas ao longo da vigência do Plano e o esforço necessário para o cumprimento dos objetivos até o ano de 2025. Além disso, são destacados os maiores e menores valores alcançados por esses indicadores, oferecendo uma visão comparativa e contextualizada do desempenho da educação de Goiás.

Os dados utilizados neste relatório são provenientes de bases oficiais, como o Censo Escolar da Educação Básica e Censo da Educação Superior, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C) e Censo Demográfico, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Assim, este relatório tem como base os dados do 5° Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação, publicado pelo INEP em 2024, o qual reforça a importância do acompanhamento sistemático e da articulação entre os sistemas de ensino para garantir o cumprimento das metas até o final da vigência do PNE. Esse relatório apresenta um conjunto de 56 indicadores que contemplam todas as etapas e modalidades da educação brasileira, reunindo dados e informações das 20 metas do PNE, com vistas a oferecer o acompanhamento em uma série histórica.

Dessa forma, o 4° Relatório de Monitoramento do Plano Estadual de Educação de Educação de Goiás (PEE-GO) oferece subsídios qualificados para a tomada de decisões e o aprimoramento das políticas públicas educacionais no Estado. Ao integrar dados atualizados e diretrizes nacionais, como o 5° Ciclo de Monitoramento do PNE, este documento, composto por trinta e sete indicadores reforça o compromisso institucional com o planejamento educacional, fundamentado em evidências e voltado para a superação das desigualdades, o fortalecimento da aprendizagem e a consolidação do direito à educação de qualidade.

Considerando o exposto, este relatório, com os dados aqui apresentados, configura-se como um documento essencial para gestores e formuladores de políticas públicas no Estado de Goiás, visto que oferece uma análise da realidade educacional, bem como dos esforços empreendidos pelos entes federados em busca do alcance do cumprimento das metas estabelecidas pelo PEE-GO, além de permitir uma avaliação dos objetivos propostos e orientar decisões futuras em prol da garantia do direito à educação de qualidade social para todas as pessoas.

2. METODOLOGIA

A metodologia do trabalho envolveu análise documental, reuniões sistemáticas e uso de dados oficiais para avaliação das metas do PEE-GO. O processo foi conduzido pela Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Estadual de Educação, que definiu etapas bem delimitadas para garantir a consistência das informações e a coerência das análises.

As atividades iniciaram com produção dos gráficos e tabelas que retrataram os indicadores estabelecidos nos últimos documentos oficiais publicados pelo IBGE e pelo Censo Escolar. Destaca-se que, a partir dessas figuras foram realizadas reuniões da Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano para a análise e discussão das 21 metas. Um outro instrumento importante utilizado foi o Relatório do 5º ciclo de monitoramento do Plano Nacional de Educação, publicado pelo INEP, em 2024. As reuniões da comissão ocorreram de forma periódica com o intuito de planejar, discutir, revisar e consolidar as análises de cada meta do PEE.

A análise e discussão das metas realizadas pela Comissão apresentadas com base em dados oficiais provenientes do Censo Escolar da Educação Básica, do Censo da Educação Superior, da Pnad Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do sistema Goiás 360, entre outros.

A construção dos indicadores foi orientada pelos parâmetros do PNE e dos relatórios do Inep, buscando alinhamento entre os planos nacional e estadual. Embora semelhantes na maioria das metas, o PEE-GO apresenta especificidades, como no caso da meta que trata da elevação da escolaridade: enquanto o plano estadual considera a população com 18 anos ou mais, o PNE limita esse indicador à faixa etária de até 29 anos.

Para garantir consistência e confiabilidade, foram utilizadas bases de dados como a Pnad até 2015. Mas, a partir de 2016 os dados foram utilizados como a Pnad Contínua, especificamente seu módulo anual com questionários suplementares, por serem pesquisas amostrais, todos os dados passaram por técnica de expansão amostral.

Ao final do processo, o relatório foi estruturado em versões preliminares e submetido a revisão coletiva, garantindo uniformidade e clareza nos textos. Cada

análise seguiu uma abordagem comparativa, com contextualização nacional, regional e estadual. As informações foram representadas em gráficos, tabelas e séries históricas, acompanhadas de seus respectivos indicadores, metas estipuladas e tendências.

Nesse sentido, esse documento apresenta as notas metodológicas, constituídas com 37 indicadores utilizando as fórmulas de cálculo aplicadas e os critérios adotados, permitindo, assim, a transparência e a replicabilidade das análises realizadas.

Considerando o exposto, a metodologia adotada neste relatório, garantiu a transparência e coerência na análise das metas do PEE-GO, por meio do uso de dados oficiais, reuniões de análise e discussão dos gráficos de indicadores, revisões coletivas e alinhamento com os parâmetros nacionais. Portanto, os dados aqui apresentados oferecem uma visão sistêmica da realidade educacional em Goiás e serve como base para o aprimoramento das políticas educacionais no estado.

3. ANÁLISE DAS METAS DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Meta 1 – Educação Infantil

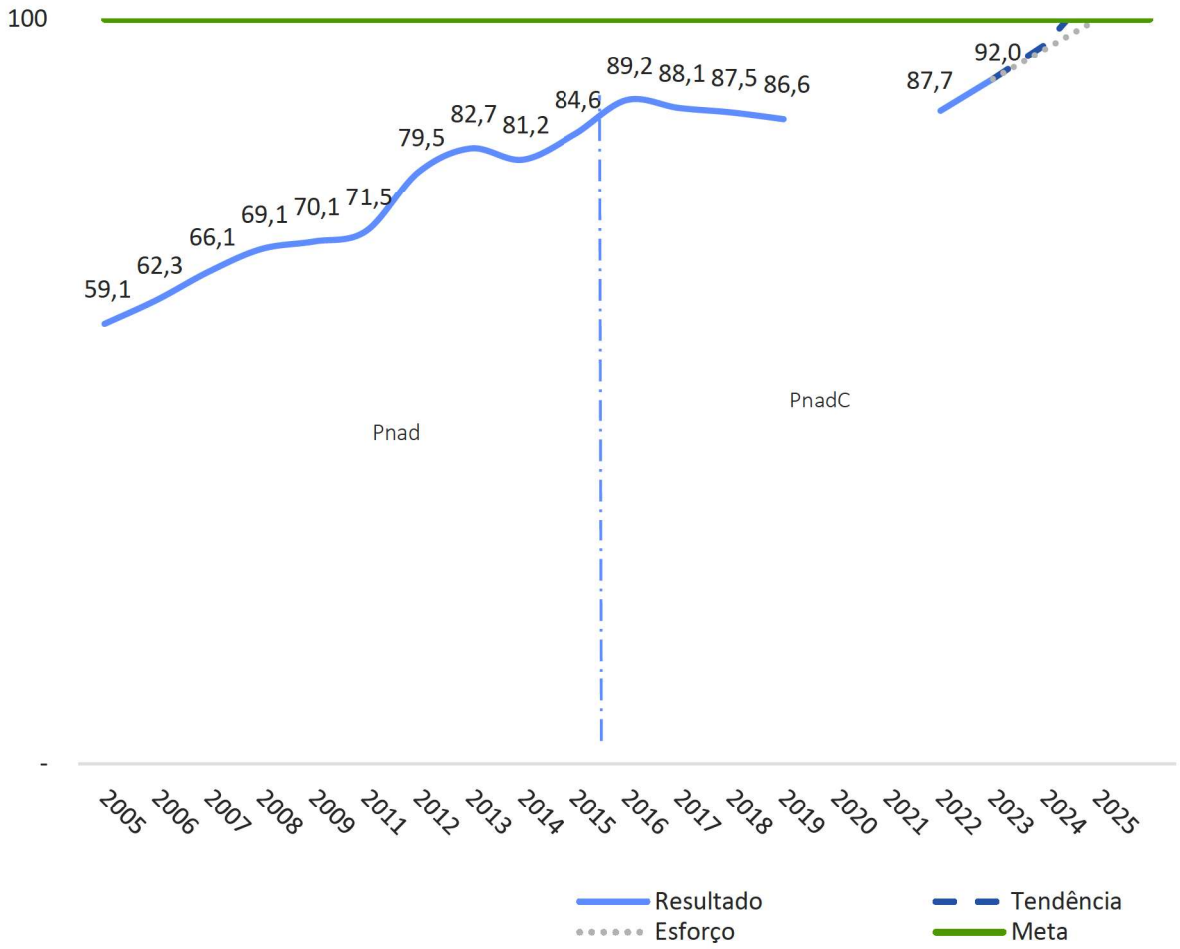
Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste Plano.

A 1ª Meta do PEE estabelece que até 2016, o estado deveria universalizar o acesso à educação para as crianças de 4 e 5 anos à escola ou creche. A análise dos dados da série histórica de 2005 a 2023, revela avanços significativos na cobertura desse público, verifica-se, entretanto, que até o ano de 2023 a Meta não foi alcançada.

Nesse sentido, observa-se ao longo dessa série histórica de 2005 a 2023 que houve um crescimento na cobertura dessa população, porém com oscilações. Em 2005, a taxa de atendimento era de 59,1% evoluindo para 92,0% em 2023, segundo os dados da PnadC, o que representa o maior registro no período. Apesar desse crescimento, o percurso foi marcado por oscilações, refletindo diferentes contextos e desafios enfrentados pelo estado ao longo dos anos.

O Gráfico 1 ilustra a evolução da taxa de escolarização da população de 4 e 5 anos em Goiás, com base nos dados da Pnad (2005 a 2015) e da Pnad Contínua (2016 a 2023), e traz projeções até o ano de 2025. A análise revela uma trajetória de crescimento no atendimento educacional dessa faixa etária, ainda que marcada por oscilações, mudanças metodológicas e contextos socioeconômicos, como a pandemia de Covid-19.

Gráfico 1 - Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta escola ou creche - Goiás - 2005 a 2025



Fonte: Pnad 2005-2015; PnadC Anual 2016-2023/IBGE.
Nota: nos anos de 2020 e 2021 não houve divulgação da PnadC Anual Educação.
Elaboração: Gerência de Informação e Indicadores Educacionais/Sugear/Seduc.

Esse aumento de 4.3 pontos percentuais (p.p.) entre 2022 e 2023, observado no período pós pandemia, demanda uma análise mais aprofundada, especialmente diante do histórico recente inferior do estado de Goiás em relação aos demais da região Centro-Oeste, conforme mostra o 5º Relatório do INEP. Torna-se necessário identificar e compreender as políticas públicas que possam ter contribuído para esse avanço, a fim de consolidar estratégias eficazes e sustentáveis, para oportunizar o aumento significativo da cobertura da população de 4 e 5 anos.

Considerando a tendência de crescimento, o estado deve alcançar a meta estabelecida de 100% desse público até 2025 ou 2026, desde que haja um esforço conjunto dos entes federados para sua consolidação.

Tabela 1 - *Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta escola ou creche*

Ano	Brasil	Centro-Oeste	Goiás
2018	93,7%	88,9%	87,5%
2019	94%	89,4%	86,6%
2022	93%	90,1%	87,7%
2023			92%

Fonte: Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE (INEP, 2024)

A Tabela 1 apresentada traz dados sobre o percentual de crianças de 4 e 5 anos que frequentam escola ou creche nos anos de 2018, 2019, 2022 e 2023, com recortes para o Brasil, a região Centro-Oeste e, especificamente, o estado de Goiás. Esses dados estão diretamente relacionados à Meta 1 do Plano Estadual de Educação de Goiás (PEE-GO), que tem como objetivo universalizar, até 2024, a educação infantil na pré-escola para crianças dessa faixa etária, em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE).

Ao observar os dados de Goiás, é possível notar uma trajetória oscilante entre 2018 e 2022, com uma melhora significativa em 2023. Em 2018, o estado registrava 87,5% das crianças de 4 e 5 anos frequentando escola ou creche. No ano seguinte, esse número caiu para 86,6%, revelando uma pequena retração no acesso à educação infantil. Já em 2022, houve uma leve recuperação para 87,7%, ainda mantendo Goiás abaixo dos níveis observados anteriormente. Em 2023, porém, o percentual salta para 92%, um crescimento expressivo de 4,3 pontos percentuais (pp) em relação ao ano anterior, demonstrando um avanço considerável rumo à universalização prevista na Meta 1 do PEE.

No entanto, quando comparamos Goiás com a média da região Centro-Oeste e do Brasil, observa-se que o estado esteve consistentemente abaixo em todos os anos com dados disponíveis. Em 2018, enquanto o Brasil registrava 93,7% e o Centro-Oeste 88,9%, Goiás apresentava 87,5%. Em 2019, essa diferença se acentuou: o Brasil alcançou 94%, o Centro-Oeste 89,4% e Goiás caiu para 86,6%. Já em 2022, embora o Brasil tenha sofrido uma leve queda para 93%, e o Centro-Oeste tenha subido para 90,1%, Goiás apresentou 87,7%, mantendo-se ainda atrás.

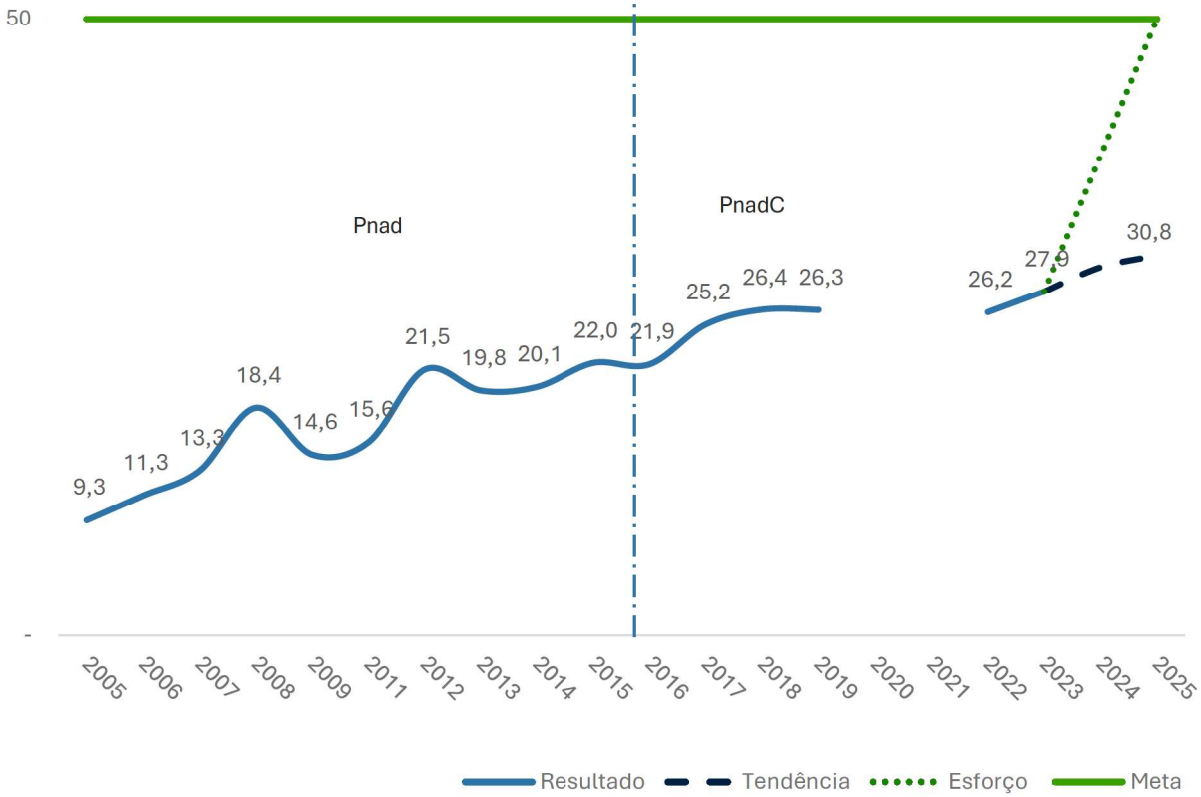
O avanço observado em 2023, quando Goiás atingiu 92% de cobertura, indica uma tendência positiva e possivelmente resultado de políticas públicas voltadas à ampliação da oferta da educação infantil. Ainda assim, o estado não alcançou a meta de universalização e, para isso, será necessário intensificar esforços, especialmente

voltados às populações mais vulneráveis e às áreas com menor acesso à rede de ensino.

A comparação com os dados nacionais e regionais evidencia a necessidade de continuidade e reforço nas políticas de expansão e inclusão na educação infantil. Os dados referentes ao ano de 2024 será importante para verificar se o estado conseguirá cumprir esse compromisso educacional fundamental até o fim da vigência do plano.

O Gráfico 2 apresenta uma análise do percentual de crianças de 0 a 3 anos que frequentam escola ou creche em Goiás, no período de 2004 a 2025, permitindo uma avaliação do progresso em relação à Meta 1 do Plano Estadual de Educação (PEE).

Gráfico 2 - Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta escola ou creche - Goiás - 2004 a 2025



Fonte: Pnad 2005-2015; PnadC Anual 2016-2023/IBGE.
Nota: nos anos de 2020 e 2021 não houve divulgação da PnadC Anual Educação.
Elaboração: Gerência de Informação e Indicadores Educacionais/Sugear/Seduc.

Para a população de 0 a 3 anos, que se refere ao atendimento de 50% deste público em escola ou creche, o resultado obtido em 2023, de 27,0% demonstra uma

certa oscilação deste indicador desde 2018 e, ao mesmo tempo, revela a dificuldade do alcance dos 50% previstos.

De acordo com o 5º Relatório do INEP (2024), Goiás apresenta baixa cobertura das crianças de 0 a 03 anos de idade da região centro-oeste. Desde o início da série histórica, em 2013, a variação foi apensa 8.9 pp necessitando que ocorra uma forte ação por parte da gestão municipal para que esse cenário seja revertido.

Dessa forma, mesmo com o indicativo de maior empenho nos últimos anos, sugere que serão necessários esforços significativos e possivelmente a implementação de novas estratégias para que o estado se aproxime do objetivo estabelecido no seu Plano Estadual de Educação. A distância da meta evidencia a complexidade de universalizar o acesso à educação infantil de qualidade para as crianças mais novas.

Considerando o exposto, a Meta 1 do PEE em Goiás apresenta um quadro variável com relação aos dois indicadores analisados. Houve um progresso notável na universalização do acesso à educação infantil para crianças de 4 e 5 anos, com percentuais de frequência já elevados e uma tendência de se aproximar da meta de 100%. Por outro lado, o acesso para crianças de 0 a 3 anos ainda enfrenta desafios consideráveis, com uma frequência que, apesar de crescente, permanece bem abaixo da meta de 50%.

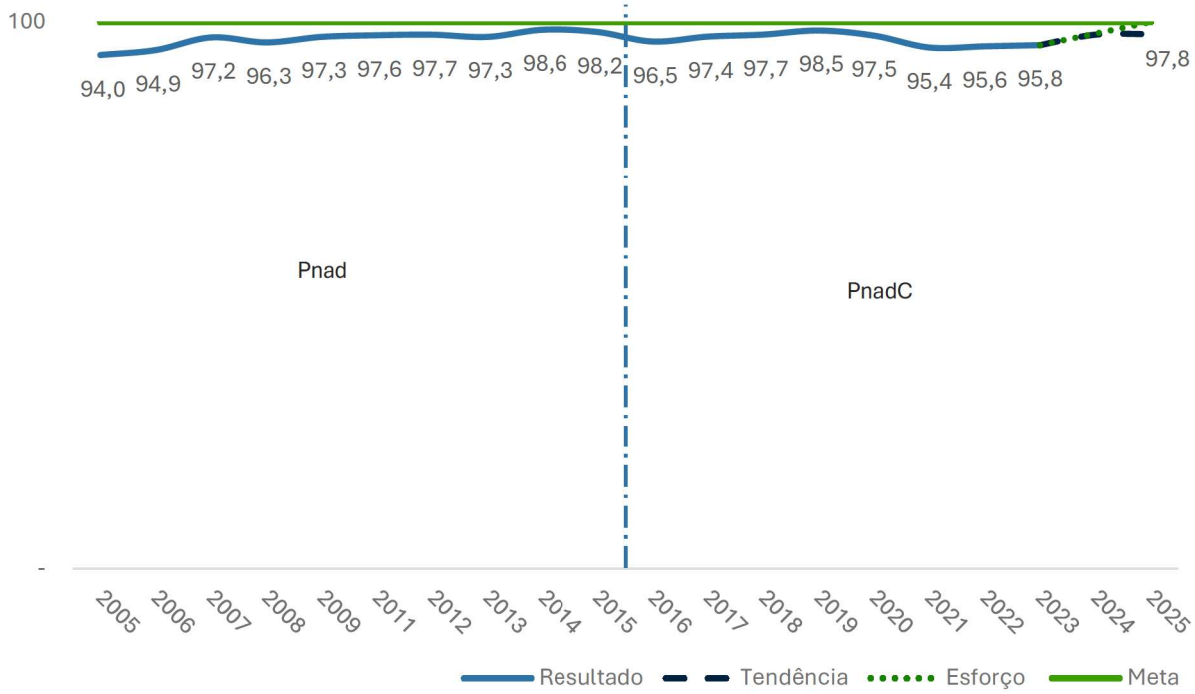
Meta 2 – Ensino Fundamental

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada até o último ano de vigência deste Plano.

A análise dos dados permite avaliar os avanços obtidos no acesso à educação fundamental e na permanência dos estudantes no percurso adequado, bem como identificar os desafios ainda existentes para garantir o direito à educação com qualidade e no tempo apropriado para todos.

O Gráfico 3 apresenta a evolução do percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta ou já concluiu o ensino fundamental no estado de Goiás, no período de 2004 a 2025. Trata-se de um importante indicador para o acompanhamento da Meta 2 do Plano Estadual de Educação (PEE), que objetiva a universalização da educação para esta faixa etária até 2025.

Gráfico 3 - Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta ou que já concluiu o ensino fundamental - Goiás - 2005 a 2025



Fonte: Pnad 2005-2015; PnadC Anual 2016-2019 e 2023; PnadC Trimestral 2020-2022/IBGE.
Elaboração: Gerência de Informação e Indicadores Educacionais/Sugear/Seduc.

Entre 2005 e 2015, os dados obtidos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) indicam um crescimento contínuo, saindo de 94,0% em 2005 para um pico de 98,2% em 2015. Esse período demonstra um avanço significativo nas políticas públicas de inclusão escolar e acesso ao ensino fundamental, refletindo o fortalecimento de programas educacionais e a expansão da rede de ensino.

A partir de 2016, com a transição da base de dados da Pnad para a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC), observa-se uma ligeira queda no indicador, atingindo 96,5% em 2016. Essa mudança metodológica deve ser considerada na análise dos resultados, uma vez que pode influenciar na comparação direta entre os anos anteriores e posteriores à alteração da fonte dos dados.

De 2017 a 2019, o percentual voltou a apresentar tendência de recuperação, alcançando 97,5% em 2019. No entanto, os anos de 2020 a 2022 revelam uma nova

queda no indicador, com registros de 95,4% em 2020, 95,6% em 2021 e 95,8% em 2022. Esse movimento de retração pode ser atribuído aos efeitos da pandemia de COVID-19, que impactou fortemente o funcionamento das escolas, resultando em interrupções no atendimento escolar, aumento do abandono e dificuldades de acesso à educação remota, especialmente para populações em situação de vulnerabilidade social.

Em 2023, segundo dados mais recentes, o percentual voltou a crescer, chegando a 97,8%, demonstrando sinais de recuperação do sistema educacional. As projeções indicadas pela linha de tendência sugerem a continuidade desse crescimento até 2025, com possibilidade de aproximação da meta estabelecida.

Nessa perspectiva, mesmo diante dos avanços, é importante destacar que a meta estabelecida no PEE prevê a universalização, ou seja, alcançar 100% da população de 6 a 14 anos matriculada ou que tenha concluído o ensino fundamental. Embora o desempenho seja positivo, permanecem desafios a serem enfrentados, especialmente relacionados à busca ativa de crianças e adolescentes que ainda estão fora da escola ou em risco de evasão, além da necessidade de políticas públicas específicas para garantir a permanência e o sucesso escolar.

Contudo, o Estado apresenta indicadores elevados de atendimento escolar no ensino fundamental, com percentuais superiores a 95% desde 2008. A tendência é de crescimento até 2025, mas o alcance pleno da meta de universalização ainda depende de esforços adicionais voltados para os públicos mais vulneráveis e para a superação dos impactos ainda presentes da pandemia.

Tabela 2 - *Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta ou que já concluiu o ensino fundamental*

Ano	Brasil	Centro-Oeste	Goiás
2018	98,0%	97,7%	97,7%
2019	97,8%	97,9%	98,5%
2022	96,3%	95,5%	95,6%
2023	95,7%	95,5%	95,8%

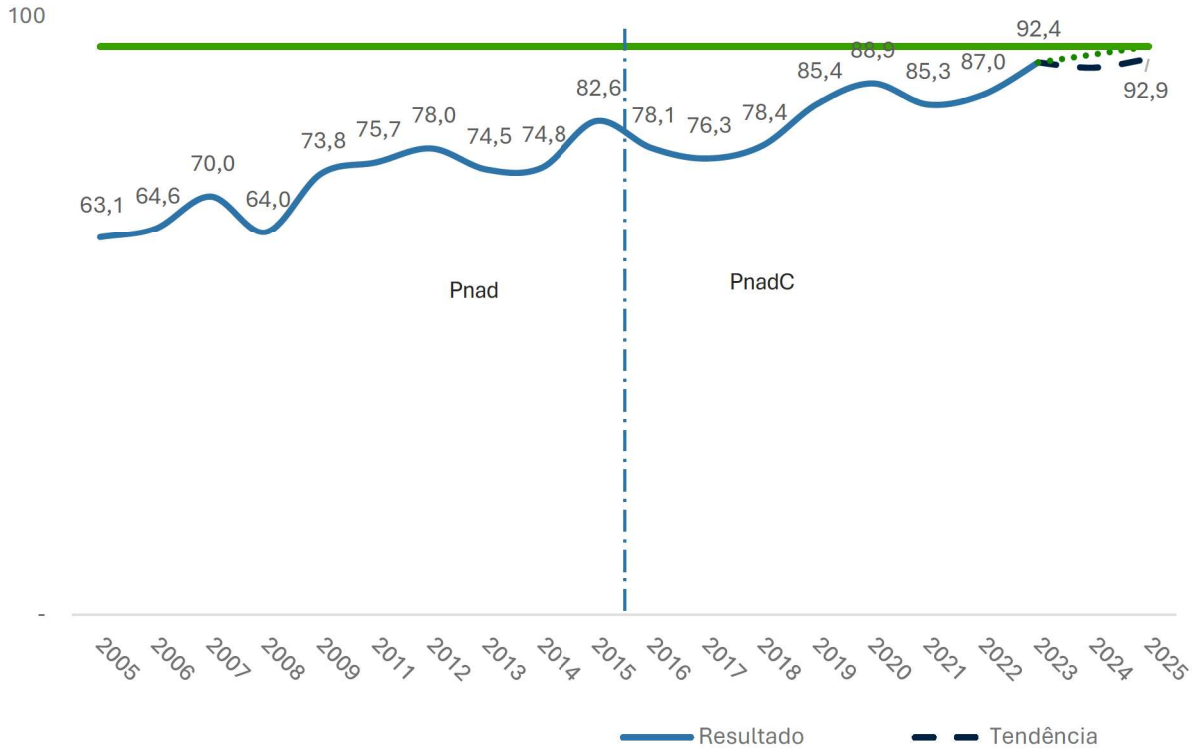
Fonte: Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE (INEP, 2024)

A Tabela 2, representa os percentuais de atendimento da população de 6 a 14 anos no ensino fundamental na região Centro-Oeste revela um cenário de estabilidade relativa, mas com leve tendência de queda entre 2018 e 2023. Em 2018, tanto o Brasil

quanto o Centro-Oeste apresentavam taxas próximas de 98%, com Goiás registrando 97,7%, alinhado à média regional. No entanto, em 2019, Goiás superou o Centro-Oeste e o Brasil, atingindo 98,5%, evidenciando esforços bem-sucedidos de ampliação do acesso à educação fundamental. A partir de 2022, observa-se uma queda nos percentuais: o Centro-Oeste recuou para 95,5%, acompanhando a tendência nacional de redução (96,3%), reflexo, em parte, dos impactos da pandemia de Covid-19. Goiás, apesar da queda, manteve desempenho ligeiramente superior à média regional, com 95,6% em 2022 e 95,8% em 2023. Estes resultados mostram que, embora o estado tenha enfrentado os mesmos desafios do cenário nacional e regional, conseguiu preservar taxas de atendimento um pouco mais elevadas, demonstrando resiliência no enfrentamento das dificuldades recentes.

Considerando o gráfico 4, o qual demostra o percentual de jovens de 16 anos que concluíram, no mínimo, o ensino fundamental no estado de Goiás, no período de 2005 a 2025. Este indicador é fundamental para o monitoramento da Meta 2 do Plano Estadual de Educação (PEE-GO), que propõe universalizar o ensino fundamental de nove anos para a população de 6 a 14 anos e assegurar que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada até o final da vigência do plano.

Gráfico 4 - Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído - Goiás - 2005 a 2025



Fonte: Pnad 2005-2015; PnadC Anual 2016-2019 e 2023; PnadC Trimestral 2020-2022/IBGE.
Elaboração: Gerência de Informação e Indicadores Educacionais/Sugear/Seduc.

Os dados revelam que, em 2005, apenas 63,1% dos jovens de 16 anos haviam concluído o ensino fundamental. A partir daí, observa-se uma tendência geral de crescimento, apesar de oscilações em alguns períodos. Entre 2005 e 2015, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), o percentual evoluiu de 63,1% para 82,6%, representando um ganho importante de quase 20 pontos percentuais em uma década. Este avanço reflete o impacto de políticas públicas de expansão da educação básica e de melhoria no acesso e na permanência escolar.

Com a mudança da fonte de dados para a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) a partir de 2016, o percentual registrado caiu para 78,1%, sugerindo que parte da variação pode ser atribuída a diferenças metodológicas. Apesar disso, a trajetória geral de crescimento foi retomada nos anos seguintes, alcançando 88,0% em 2020. Durante o período mais crítico da pandemia de COVID-19 (2020-2022), o percentual manteve relativa estabilidade, o que indica resiliência do sistema educacional, apesar das dificuldades enfrentadas.

Em 2023, o percentual de jovens de 16 anos que haviam concluído o ensino fundamental chegou a 92,4%, evidenciando uma recuperação significativa e

aproximando-se da meta estabelecida de 95%. A linha de tendência apresentada no gráfico projeta que, se mantido o ritmo de progresso observado nos últimos anos, Goiás poderá alcançar ou ficar muito próximo da meta ao final do período de vigência do PEE.

Entretanto, é importante destacar que, embora o cenário atual seja positivo, o alcance integral da Meta 2 ainda demanda atenção. A garantia de que 95% dos estudantes concluam o ensino fundamental na idade recomendada exige não apenas políticas de acesso, mas também ações de fortalecimento da aprendizagem, redução da reprovação e do abandono escolar, especialmente nos anos finais do ensino fundamental. A permanência dos estudantes na trajetória escolar adequada é um dos principais desafios a serem enfrentados.

***Tabela 3** - Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído*

Ano	Brasil	Centro-Oeste	Goiás
2018	75,5%	80,2%	77,8%
2019	78,2%	82,2%	85,5%
2022	82,9%	86,4%	87,0%
2023	84,3%	87,5%	92,4%

Fonte: Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE (INEP, 2024)

Com relação a Tabela 3, confirma que Goiás avançou mais rapidamente que a média nacional e os estados da região Centro-Oeste, mas também reforça a necessidade de intensificar estratégias de correção de fluxo escolar, melhoria da aprendizagem nos anos finais do ensino fundamental e políticas de combate à evasão, em consonância com os encaminhamentos sugeridos pelo relatório do 5º ciclo do PNE.

Em 2018, Goiás apresentava um percentual de 77,8%, ligeiramente abaixo da média do Centro-Oeste (80,2%) e acima da média nacional (75,5%). Contudo, nos anos subsequentes, Goiás demonstra um avanço mais expressivo. Em 2019, o estado já ultrapassa a média do Centro-Oeste (85,5% contra 82,2%) e se distancia ainda mais da média brasileira (78,2%). Essa tendência de Goiás superar o desempenho regional e nacional se acentua em 2022 e 2023, com o estado alcançando 87,0% e 92,4%, respectivamente, enquanto o Centro-Oeste registra 86,4% e 87,5%, e o Brasil, 82,9% e 84,3%.

Em síntese, Goiás avançou de forma expressiva na ampliação da escolaridade da juventude nos últimos 20 anos. A consolidação desse progresso dependerá da continuidade de políticas públicas que assegurem o acesso, a permanência e o sucesso escolar para todos, com foco na superação das desigualdades educacionais e na promoção de melhores condições de ensino e aprendizagem.

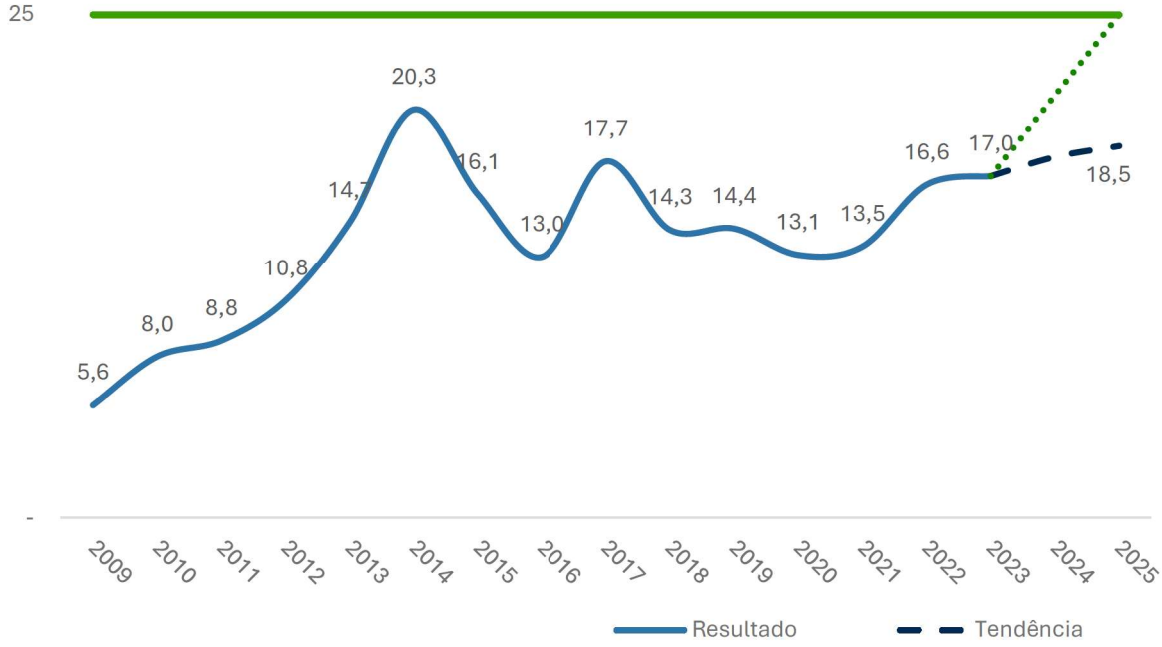
Meta 3 – Educação em Tempo Integral

Ampliar a oferta da educação em tempo integral em 50% (cinquenta por cento) das escolas da rede pública, atendendo, de forma gradativa, a 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas até o final da vigência deste Plano.

A Meta 3 tem por objetivo oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

O gráfico 5 apresenta o percentual de matrículas em tempo integral e demonstra um caminho tortuoso em Goiás desde 2009 a 2024, com momentos de altas consideráveis, como em 2014, quando atingiu 20,3% de matrículas. Situação inversa ocorreu em 2016, quando seguiu-se uma queda para 13%. Contudo, nos últimos anos, o Estado vem apresentando uma alta mais consistente e a perspectiva é que para 2025 tenha 18,5% de matrículas. Ainda assim, os números estão distantes do cumprimento da meta proposta representada por 25%.

Gráfico 5 - Percentual de matrículas em tempo integral - Goiás - 2009 a 2025



Fonte: Censo Escolar da Educação Básica/Inep.

A linha de "Resultado" demonstra uma trajetória com variações significativas, partindo de 5,6% em 2009, atingindo um pico de 20,3% em 2013, seguido por um declínio acentuado até 2016 (13,0%) e uma subsequente recuperação lenta e instável. Nos anos mais recentes, 2022 e 2023, o percentual se mantém relativamente baixo, em torno de 16,6% e 17,0%, respectivamente.

Com relação à tendência" sugere uma leve inclinação de crescimento para os próximos anos, com uma projeção de 18,5% para 2025. Contudo, mesmo com essa projeção, o percentual de matrículas em tempo integral permanece consideravelmente distante da meta de 25%, indicando um desafio persistente para a expansão dessa modalidade de ensino em Goiás dentro do período do PEE.

Em se tratando da Meta 3, o Programa Escola em Tempo Integral do Ministério da Educação pode impulsionar significativamente a meta de promover a educação de tempo integral em todo o país e, especialmente, no estado de Goiás. Por meio de políticas que incentivam essa abordagem, é possível fortalecer tanto a educação de tempo integral quanto a educação integral, abrangendo aspectos acadêmicos, sociais e emocionais do desenvolvimento dos alunos. Essa integração não apenas amplia as oportunidades de aprendizado, mas também enriquece a formação dos estudantes, preparando-os para os desafios do futuro.

Tabela 4 - *Percentual de matrículas em tempo integral*

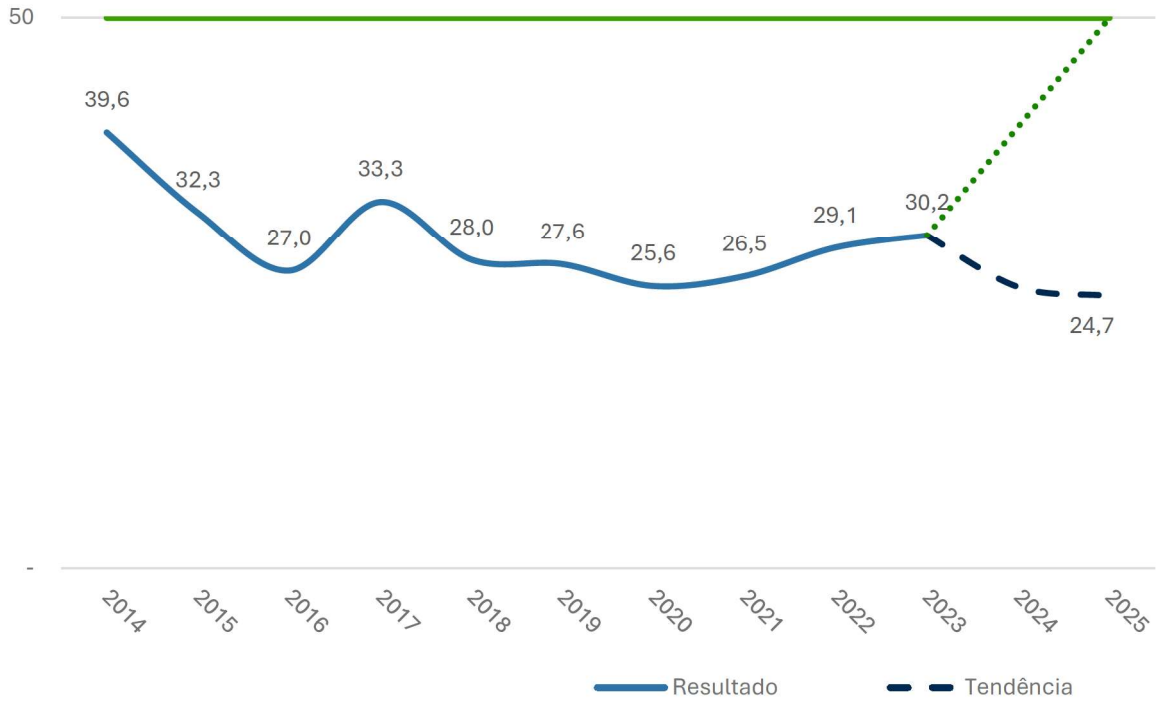
Ano	Brasil	Centro-Oeste	Goiás
2020	13,5%	10,9%	13,1%
2021	15,1%	10,8%	13,5%
2022	18,2%	12,9%	16,6%
2023	20,6%	14,5%	17,0%

Fonte: Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE (INEP, 2024)

Nesse sentido, a Tabela 4 revela um crescimento constante em todos os níveis comparados ao longo do período. O Brasil demonstrou a maior evolução, partindo de 13,5% em 2020 e alcançando 20,6% em 2023. Goiás acompanhou essa tendência de crescimento, embora com percentuais ligeiramente inferiores aos da média nacional, variando de 13,1% em 2020 para 17,0% em 2023. A região Centro-Oeste apresentou os menores percentuais de matrículas em tempo integral, com um crescimento mais modesto de 10,9% em 2020 para 14,5% em 2023. Nesse sentido o Brasil lidera o crescimento, seguido por Goiás, enquanto o Centro-Oeste demonstrou um ritmo mais lento nessa expansão.

Nessa perspectiva, observa-se no gráfico 6, quando se verifica as escolas públicas, que a situação não deixa de ser preocupante, pois em 2014, 39,6% das escolas contavam ao menos com 25% de matrículas de tempo integral, e os demais anos apresentaram índices em queda. Para 2025, a projeção é manter essa tendência de 24,7% e chegar ao menor índice registrado desde 2014, de 39,6%.

Gráfico 6 - Percentual de escolas públicas com ao menos 25% de matrículas em tempo integral - Goiás - 2014 a 2025



Fonte: Censo Escolar da Educação Básica/Inep.

Dessa maneira, verifica-se que o Gráfico 6 apresenta o percentual de escolas públicas em Goiás com ao menos 25% de matrículas em tempo integral entre 2014 e 2025, em relação à Meta 3 do PEE, observa-se que a meta estabelecida de 50% não foi alcançada durante o período analisado. A linha de "Resultado" exibe uma tendência de declínio inicial, partindo de 39,6% em 2014 e atingindo o ponto mais baixo em 2020 (25,6%). Nos anos seguintes, há uma leve recuperação, alcançando 30,2% em 2023. A linha de "Tendência" aponta para uma queda nos próximos anos, com uma projeção de 24,7% para 2025.

O percentual de escolas públicas com ao menos 25% de matrículas em tempo integral em Goiás permanece significativamente abaixo da Meta 3 do PEE, e a tendência projetada indica um possível retrocesso, sinalizando a necessidade de esforços mais efetivos para expandir a oferta de tempo integral nas escolas públicas do estado.

Portanto, os dados dos dois indicadores da Meta 3 do PEE indicam que Goiás enfrenta um obstáculo significativo para cumprir essa Meta até o prazo estabelecido, tanto em termos do percentual geral de matrículas em tempo integral quanto na distribuição dessa modalidade entre as escolas públicas do estado.

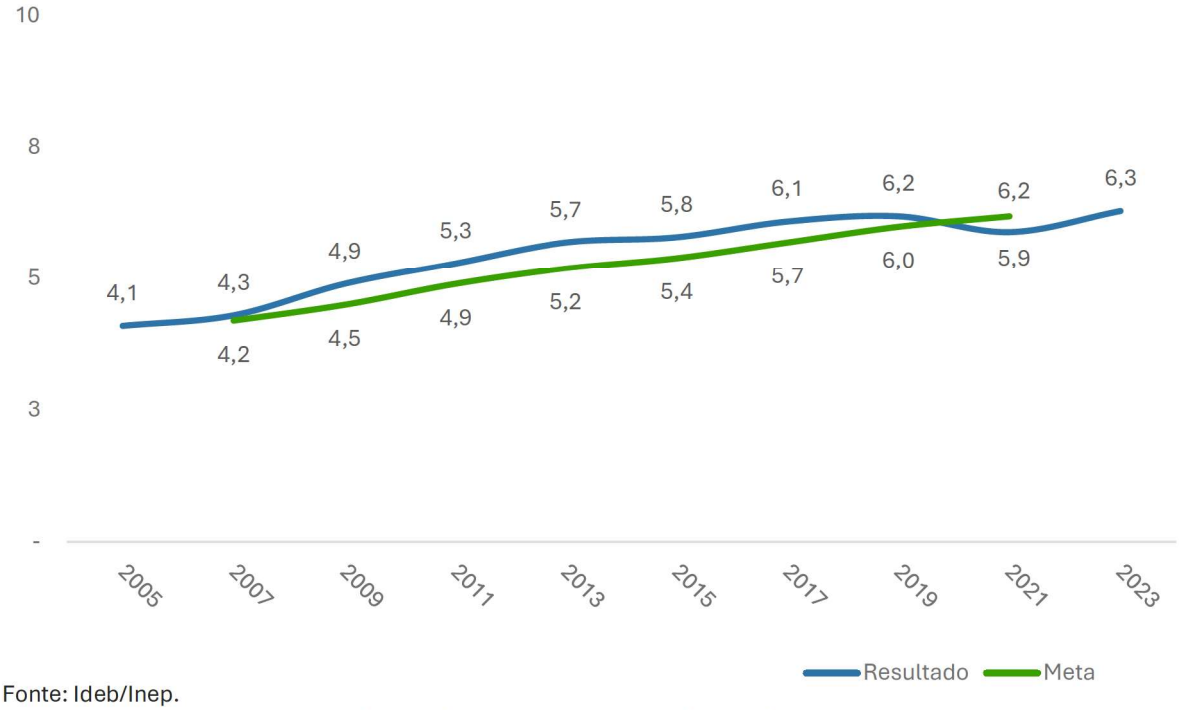
Meta 4 – Qualidade da Educação Básica

Assegurar até a vigência final deste Plano a melhoria da qualidade da Educação Básica em suas etapas e modalidades e do fluxo escolar, a partir dos indicadores das avaliações externas, incluindo e cumprindo os índices estabelecidos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB.

A Meta 4 do Plano Estadual de Educação de Goiás tem como foco central a melhoria da qualidade da Educação Básica em todas as suas etapas e modalidades, incluindo a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Essa meta estabelece o compromisso de assegurar avanços concretos até o fim da vigência do plano, por meio do aprimoramento do fluxo escolar, reduzindo repetências e evasão e do desempenho dos estudantes, realizado por meio das avaliações externas.

Vale destacar que, a evolução do Ideb do 5º ano do Ensino Fundamental em Goiás no período de 2005 a 2023, conforme apresenta o Gráfico 7, permite avaliar o cumprimento da Meta 4 do Plano Estadual de Educação (PEE), que estabelece como objetivo a melhoria da qualidade da Educação Básica, aferida por indicadores como o Ideb.

Gráfico 7 - Ideb 5° ano do Ensino Fundamental - Goiás - 2005 a 2023



Fonte: Ideb/Inep.
Elaboração: Gerência de Informação e Indicadores Educacionais/Sugear/Seduc.

A análise revela que, de modo geral, Goiás apresentou um crescimento consistente no desempenho do Ideb ao longo dos anos. Em 2005, o resultado do estado era de 4,1, valor inferior à meta estabelecida para aquele ano (4,2). A partir de 2007, observa-se uma aproximação e, em muitos momentos, a superação das metas projetadas. Em 2009, por exemplo, o resultado (4,9) ficou muito próximo da meta (4,5), e em 2011 e 2013 o desempenho continuou a superar as metas estabelecidas, demonstrando um avanço contínuo.

Entre 2015 e 2019, Goiás manteve um ritmo de crescimento no Ideb, atingindo 6,2 em 2019, resultado superior à meta de 6,0. Entretanto, em 2021, observa-se uma leve queda no resultado (5,9), ficando abaixo da meta prevista para aquele ano (6,2). Essa queda coincide com os impactos da pandemia de COVID-19, que afetou significativamente o desempenho educacional em todo o país, principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental.

Em 2023, contudo, Goiás conseguiu reverter essa tendência de queda e atingiu um Ideb de 6,3, superando novamente a meta estabelecida (6,2) e confirmando a recuperação dos indicadores de qualidade no estado. Este resultado é altamente positivo e demonstra o esforço do sistema educacional goiano para promover a qualidade da educação, apesar dos desafios recentes.

Assim, é possível afirmar que, no que se refere ao 5º ano do ensino fundamental, Goiás tem avançado de forma consistente no cumprimento da Meta 4 do PEE, conseguindo, na maior parte do tempo, superar os índices estabelecidos pelo Ideb e evidenciando a melhoria tanto da aprendizagem quanto do fluxo escolar.

Considerando a Tabela 5, de 2017 a 2023, Goiás apresentou desempenho consistentemente superior às médias do Brasil e da Região Centro-Oeste. Embora todas as regiões tenham sofrido queda em 2021, possivelmente devido à pandemia, Goiás manteve-se à frente nos quatro anos analisados e teve a recuperação mais expressiva em 2023, reforçando sua posição como destaque regional e nacional em desempenho educacional, no 5º ano do Ensino Fundamental.

Tabela 5 - *Ideb 5° ano do Ensino Fundamental*

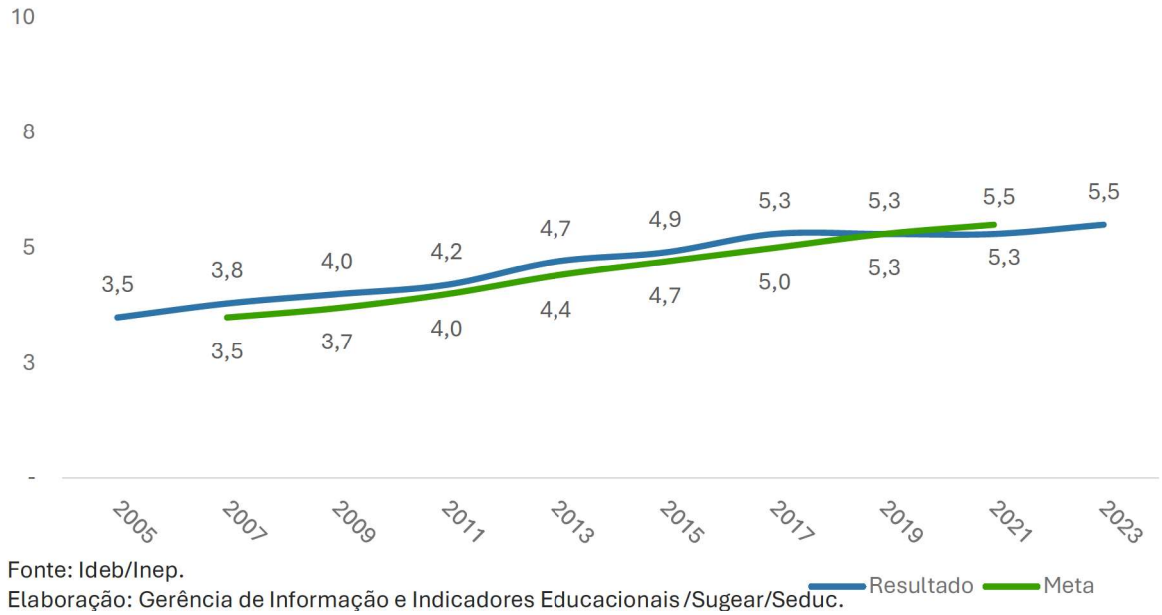
Ano	Brasil	Centro-Oeste	Goiás
2017	5,8	6,0	6,1
2019	5,9	6,1	6,2
2021	5,8	5,8	5,9
2023	6,0	6,1	6,3

Fonte: Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE (INEP, 2024)

O gráfico 8 representa a evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do 9º ano do Ensino Fundamental em Goiás entre os anos de 2005 e 2023, sendo um importante indicador para o monitoramento da Meta 4 do Plano Estadual de Educação (PEE), que visa assegurar, até o fim da vigência do Plano.

A análise da série histórica evidencia que, entre 2005 e 2015, houve crescimento contínuo nos resultados do IDEB, com o indicador subindo de 3,5 para 4,9 pp, sempre superando ou atingindo as metas estabelecidas para o estado. Esse avanço demonstra a efetividade das políticas educacionais implementadas nesse período. Nos anos de 2017 e 2019, o IDEB atingiu a marca de 5,3, valor igual às metas projetadas para esses anos, revelando um momento de estabilidade nos resultados educacionais, com manutenção da qualidade no final dos anos do Ensino Fundamental.

Gráfico 8 - Ideb 9° ano do Ensino Fundamental - Goiás - 2005 a 2023



Fonte: Ideb/Inep.
Elaboração: Gerência de Informação e Indicadores Educacionais /Sugear/Seduc.

Contudo, em 2021 observa-se uma queda no indicador, que permaneceu em 5,3, enquanto a meta projetada era 5,5. Essa desaceleração está possivelmente relacionada aos efeitos da pandemia da Covid-19 no processo de aprendizagem e no fluxo escolar, impactando diretamente nos resultados das avaliações externas.

Em 2023, o IDEB do 9º ano volta a crescer, alcançando novamente a marca de 5,5, desta vez cumprindo integralmente a meta estabelecida para o ano. Esse resultado sinaliza a retomada do avanço na qualidade da educação básica em Goiás.

Dessa forma, o resultado de 2023 para o 9º ano do ensino fundamental também é o maior de toda a série histórica. Em 18 anos de acompanhamento este indicador, teve uma evolução de 2,0 p.p., um crescimento significativo.

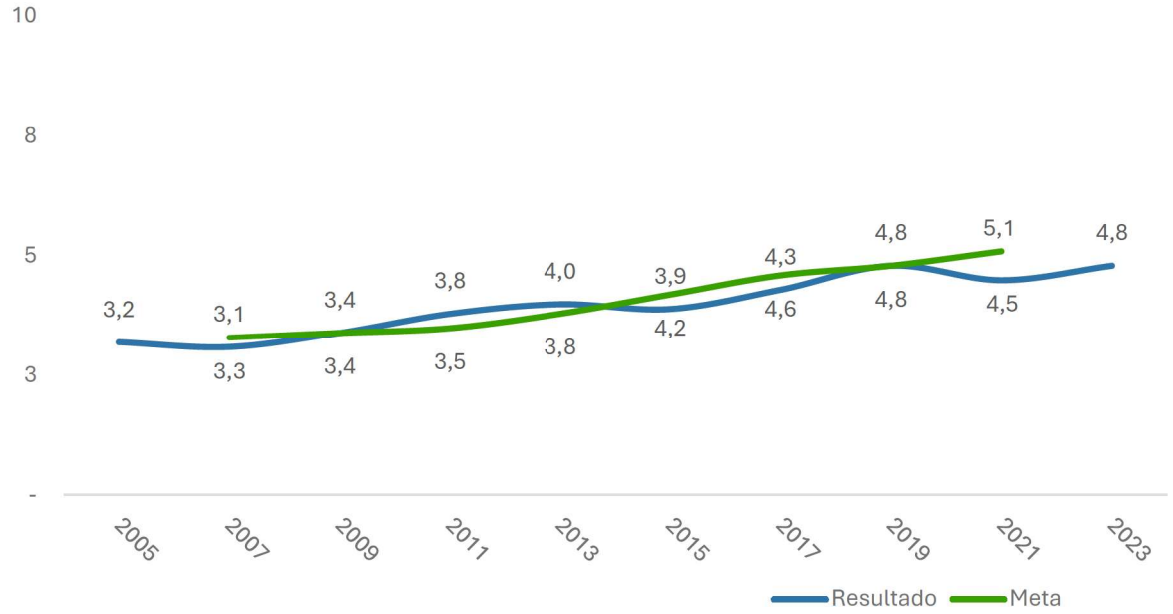
Tabela 6 - *Ideb 9° ano do Ensino Fundamental*

Ano	Brasil	Centro-Oeste	Goiás
2017	4,7	5,0	5,3
2019	4,9	5,1	5,3
2021	5,1	5,2	5,3
2023	5,0	5,2	5,5

Fonte: Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE (INEP, 2024)

A Tabela 6 mostra a evolução do IDEB do 9º ano do Ensino Fundamental entre 2017 e 2023, revela que o Brasil cresceu de 4,7 para 5,0 e o Centro-Oeste de 5,0 para 5,2, Goiás avançou de 5,3 para 5,5. Nesse sentido, Goiás superou as médias regional e nacional nos anos finais do Ensino Fundamental.

Gráfico 9 - Ideb 3ª série Ensino Médio - Goiás - 2005 a 2023



Fonte: Ideb/Inep.
Elaboração: Gerência de Informação e Indicadores Educacionais/Sugear/Seduc.

O gráfico 9 apresenta a evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da 3ª série do Ensino Médio em Goiás, no período de 2005 a 2023. Este indicador é fundamental para o monitoramento da Meta 4 do Plano Estadual de Educação (PEE).

A trajetória apresentada no gráfico evidencia que o Ensino Médio em Goiás teve um crescimento gradual entre 2005 (com resultado de 3,2) e 2019 (atingindo 4,8), período no qual o estado se manteve próximo ou superou as metas estabelecidas. Esse avanço mostra uma tendência positiva de melhoria da qualidade do ensino nesta etapa escolar, com destaque para o biênio 2017-2019, em que o resultado foi equivalente à meta (4,8), indicando um ponto de estabilidade e cumprimento do planejamento educacional.

Entretanto, observa-se um retrocesso em 2021, quando o resultado do IDEB caiu para 4,5 enquanto a meta projetada era de 5,1. Esse distanciamento entre o

resultado alcançado e o valor esperado representa uma interrupção na trajetória de crescimento.

Em 2023, o indicador voltou a subir para 4,8, sinalizando uma recuperação do sistema educacional goiano. No entanto, a meta projetada para esse ano (5,1) não foi atingida, o que indica que, embora haja retomada do crescimento, o desempenho ainda não retornou ao patamar esperado. Esse cenário reforça a necessidade de reforço das políticas educacionais voltadas para o Ensino Médio, com foco na permanência dos estudantes, melhoria da aprendizagem e fortalecimento do fluxo escolar.

Embora Goiás tenha demonstrado avanços significativos no Ensino Médio ao longo dos anos e sinais de recuperação após a crise sanitária, os dados do gráfico revelam que os desafios para o cumprimento integral da Meta 4 do PEE ainda persistem nessa etapa. A continuidade e o fortalecimento das ações estratégicas serão fundamentais para garantir que os índices de qualidade da educação avancem de forma sustentada e que as metas do IDEB sejam efetivamente cumpridas até o fim da vigência do Plano.

Tabela 7 - *Ideb 3ª série Ensino Médio*

Ano	Brasil	Goiás
2017	3,8	4,6
2019	4,2	4,8
2021	4,2	4,5
2023	4,3	4,8

Fonte: Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE (INEP, 2024)

Considerando os dados da Tabela 7, observa-se que Goiás apresentou desempenho superior à média nacional do IDEB para a 3ª série do Ensino Médio em todos os anos de 2017 a 2023. Em 2017, Goiás já se destacava com índice de 4,6, contra 3,8 do Brasil. Em 2019, houve avanço tanto no país (4,2) quanto no estado (4,8), consolidando Goiás com uma diferença positiva expressiva. Em 2021, o país manteve o índice (4,2), enquanto Goiás apresentou uma leve queda para 4,5. No entanto, em 2023, Goiás recuperou o desempenho anterior, retornando a 4,8, enquanto a média nacional subiu apenas para 4,3.

Meta 5 – Ensino Médio

Universalizar, no prazo de 5 (cinco) anos, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar até o final da vigência deste Plano, a taxa líquida de matrícula do Ensino Médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

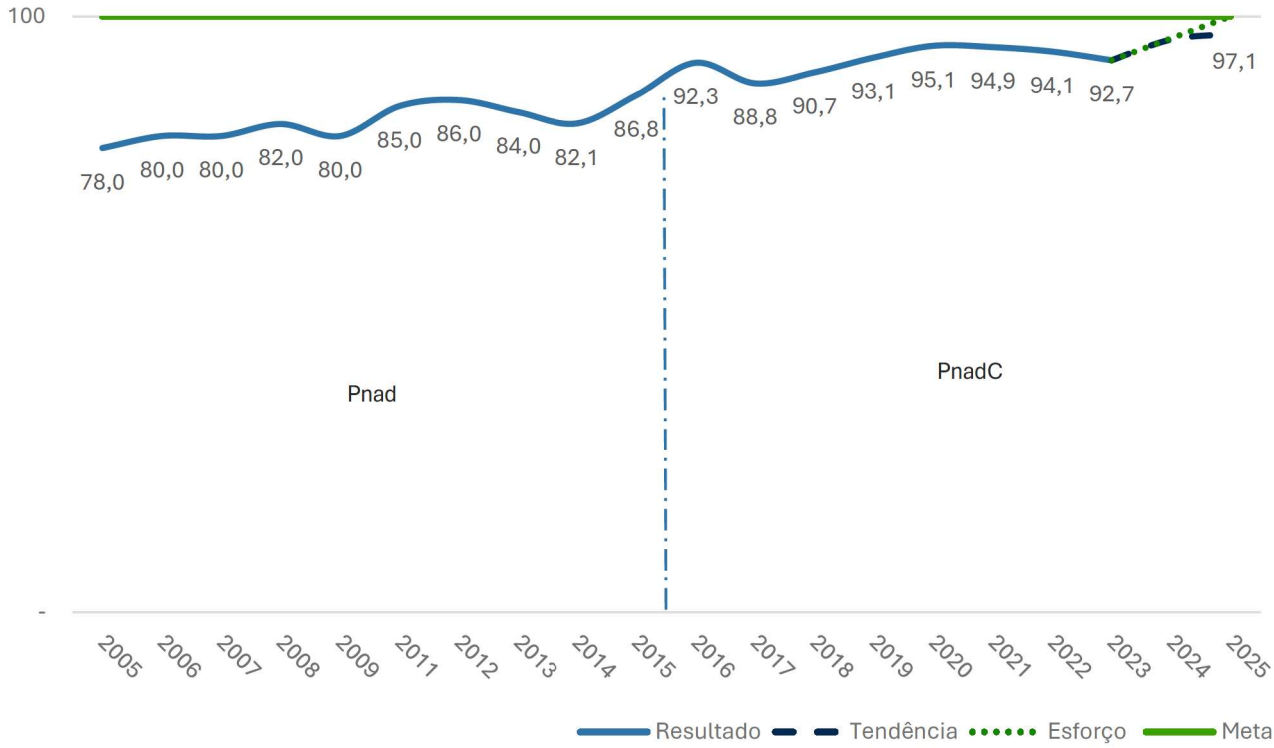
A Meta 5 do Plano Estadual de Educação de Goiás estabelece como objetivo central a universalização, no prazo de cinco anos, o atendimento escolar à população de 15 a 17 anos, além da elevação da taxa líquida de matrícula no Ensino Médio para 85% até o final da vigência do plano.

A meta reflete o compromisso do estado com a garantia do direito à educação para os adolescentes em idade escolar, assegurando não apenas o acesso, mas também a permanência e a conclusão da educação básica. A análise dos dados disponíveis permite avaliar os avanços obtidos ao longo dos anos e verificar em que medida o estado tem se aproximado do cumprimento dessa meta.

O gráfico 10 ilustra a evolução do percentual da população goiana de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica, indicador diretamente relacionado à Meta 5 do PEE-GO, que estabelece como objetivo a universalização do atendimento escolar para essa faixa etária até 2025.

Conforme mostra o Gráfico 10, ao longo do período de 2005 a 2023 houve uma tendência de crescimento contínuo, ainda que com algumas oscilações. Em 2004, o percentual era de 78%, crescendo gradualmente e alcançando 92,3% em 2015. Após uma leve queda nos anos seguintes, o índice voltou a subir, atingindo 93,1% em 2019. O estado ainda não conseguiu retornar ao resultado obtido antes da pandemia de covid-19, quando em 2020, estava com 95,1%.

Gráfico 10 - Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica - Goiás - 2005 a 2025.



Fonte: Pnad 2004-2015; PnadC Anual 2016-2019 e 2023; PnadC Trimestral 2020-2022/IBGE.
Elaboração: Gerência de Informação e Indicadores Educacionais/Sugear/Seduc.

Assim, Goiás conseguiu manter percentuais elevados, fechando 2023 com 92,7%, como resultado. A linha de tendência e a projeção de esforço indicam que o estado está próximo de atingir a meta de 100% com projeção de 97,1 até 2025.

Tabela 8 - *Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica*

Ano	Brasil	Centro-Oeste	Goiás
2018	91,6%	91,3%	90,7%
2019	92,6%	92,1%	93,1%
2022	94,4%	93,6%	94,1%
2023	94,0%	91,9%	92,7%

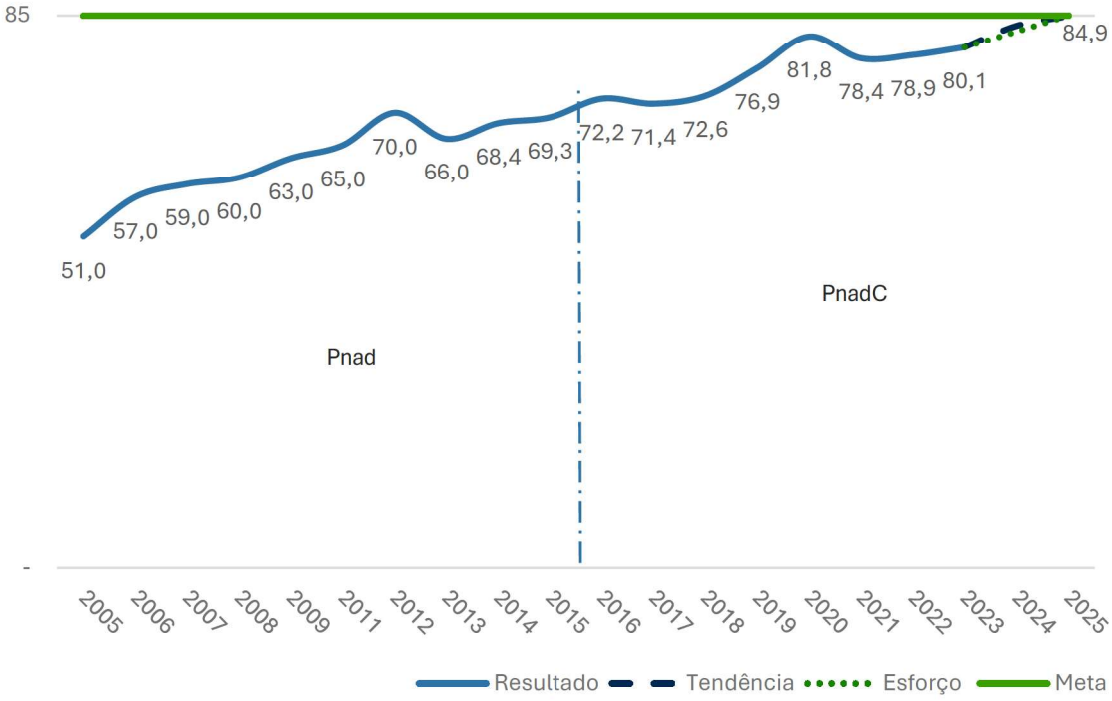
Fonte: Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE (INEP, 2024)

Observa-se por meio da Tabela 8 que Goiás apresentou um crescimento expressivo entre 2018 e 2019, passando de 90,7% para 93,1%, superando a média nacional (92,6%) e regional (92,1%). Em 2022, o estado manteve um alto patamar (94,1%), embora ligeiramente abaixo da média nacional (94,4%). No entanto, em 2023, houve uma leve queda em Goiás para 92,7%, acompanhando a tendência de recuo também observada no Brasil e, com maior intensidade, no Centro-Oeste. Ainda

assim, os dados indicam que o estado mantém um bom desempenho em relação à Meta 5 do Plano Estadual de Educação, demonstrando avanços significativos no atendimento escolar dessa faixa etária, embora ainda com desafios para alcançar a universalização e estabilizar os resultados.

De acordo com o Gráfico 11, em 2005, o ponto de partida da série histórica, observa-se que apenas 51,0% dos jovens de 15 a 17 anos estavam frequentando ou já haviam concluído o ensino médio em Goiás. Este patamar inicial revela um desafio significativo para a universalização dessa etapa educacional no estado.

Gráfico 11 - Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta ou já concluiu o ensino médio - Goiás - 2005 a 2025



Fonte: Pnad 2005-2015; PnadC Anual 2016-2019 e 2023; PnadC Trimestral 2020-2022/IBGE.
Elaboração: Gerência de Informação e Indicadores Educacionais/Sugear/Seduc.

Ao longo dos anos subsequentes, notamos um crescimento gradual. Em 2006, o percentual sobe para 57,0%, seguido por 59,0% em 2007 e 60,0% em 2008. Esse movimento ascendente indica um aumento no acesso e na conclusão do ensino médio, embora ainda distante da meta estabelecida.

Em 2009, o índice atinge 63,0%, mantendo a tendência de crescimento. 2012 marca um avanço para 70,0%, um salto mais expressivo que sugere um possível impacto de políticas educacionais implementadas no período. Contudo, em 2013, há

uma leve retração para 66,0%, seguida por uma recuperação em 2013, alcançando 68,4%. Em 2014, o percentual continua a subir, chegando a 69,3%.

O ano de 2015 apresenta um leve aumento para 72,2%, seguido por uma pequena queda em 2016 para 71,4%. Em 2017, o índice se recupera, atingindo 72,6%. A partir de 2018, observa-se uma aceleração mais notável no crescimento, com o percentual chegando a 76,9%. Esse ritmo de crescimento se intensifica em 2019, alcançando 81,8%, um patamar cada vez mais próximo da meta de 85%.

Portanto, os anos seguintes, 2021, 2022, 2023 e a projeção para 2024 mostram uma continuidade dessa tendência de alta, com percentuais de 78,4%, 78,9%, 80,1% respectivamente.

Nesse sentido, a projeção para 2025 indica que a tendência com esforço para Goiás é de 84,9% da população de 15 a 17 anos frequentando ou tendo concluído o ensino médio. Embora este número represente um avanço significativo em relação ao ponto de partida em 2005, ainda não atinge a meta de 85%.

Tabela 9 - *Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta ou já concluiu o ensino médio*

Ano	Brasil	Centro-Oeste	Goiás
2018	70,5%	72,8%	72,6%
2019	72,7%	75,4%	76,9%
2022	76,7%	78,7%	78,9%
2023	76,9%	77,0%	80,1%

Fonte: Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE (INEP, 2024)

A Tabela 9 mostra que Goiás apresenta percentuais de frequência e conclusão do ensino médio acima da média nacional e, em geral, superiores aos da região Centro-Oeste nos anos de 2018, 2019, 2022 e 2023. Em 2018, Goiás registrou 72,6%, ligeiramente abaixo do Centro-Oeste (72,8%), mas superior ao Brasil (70,5%).

Assim, Goiás demonstrou um crescimento mais acentuado, atingindo 76,9% em 2019, 78,9% em 2022 e 80,1% em 2023, sempre superando os índices do Brasil e do Centro-Oeste, com exceção de 2022, onde o Centro-Oeste alcançou 78,7%, ficando ligeiramente abaixo de Goiás. Essa tendência sugere um desempenho relativamente positivo de Goiás na promoção do acesso e conclusão do ensino médio em comparação com o cenário nacional e regional.

Logo, o crescimento se intensificou nos últimos anos da série histórica, demonstrando um esforço contínuo para alcançar a universalização. No entanto, a persistência de uma pequena diferença em relação à meta estabelecida para 2023 sinaliza a necessidade de manter o foco em políticas e ações que garantam a inclusão dos jovens restantes nessa etapa fundamental da educação.

Meta 6 - Escolaridade Média da População de 18 anos ou mais

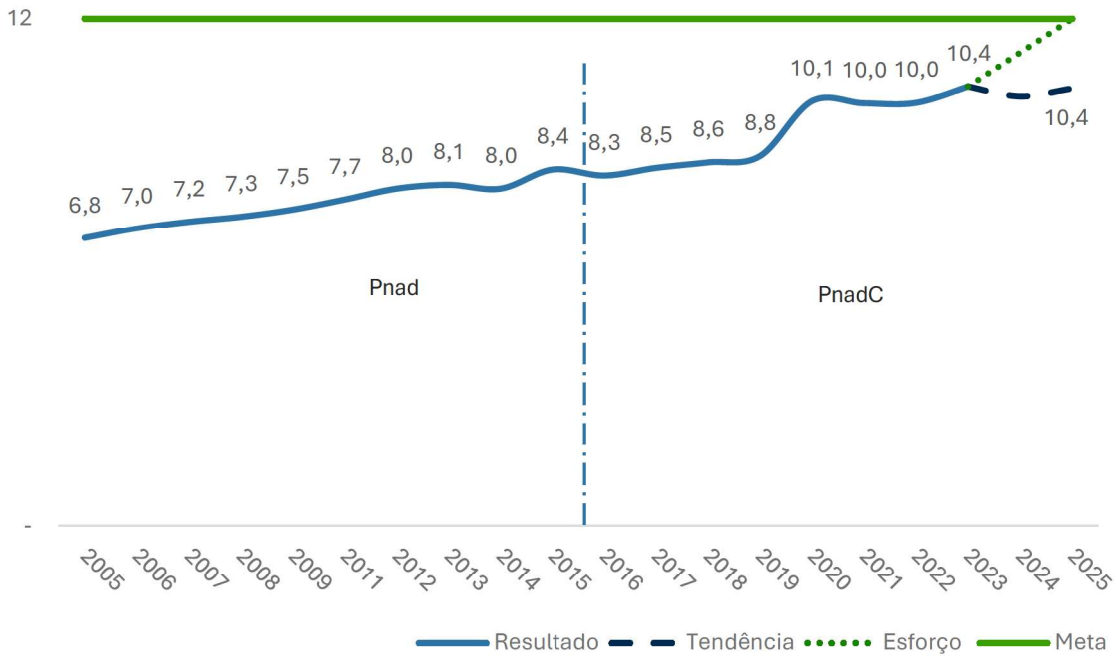
Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) anos ou mais, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano Estadual de Educação, inclusive, para as populações do campo e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A Meta 6 do Plano Estadual de Educação de Goiás visa não apenas ampliar o nível educacional da população do estado, mas também promover a equidade, garantindo que esse avanço inclua especificamente as populações do campo, os 25% mais pobres da população e elimine as desigualdades entre negros e não negros, conforme declarado ao IBGE.

Ao propor a elevação da escolaridade com foco na inclusão social e na justiça educacional, a Meta 6 representa um esforço para combater desigualdades históricas e consolidar a educação como direito de todos e instrumento fundamental para o desenvolvimento humano e social.

Dessa forma, analisando a série histórica, o gráfico 12 mostra que houve um crescimento contínuo a partir de 2005 até 2015 da escolaridade média da população de 18 ou mais de Goiás. Esse período indica um aumento gradual na escolaridade média, refletindo políticas de ampliação do acesso e permanência à educação básica.

Gráfico 12 - Escolaridade média (em anos de estudo) da população de 18 anos ou mais - Goiás - 2005 a 2025



Fonte: Pnad 2005-2015; PnadC Anual 2016-2019 e 2023; PnadC Trimestral 2020-2022/IBGE .

A partir de 2016, há uma estabilização em torno de 8,3 a 8,8 anos de estudo, que permanece até 2020. Esse período coincide com mudanças nas metodologias da Pnad (de Anual para PnadC, contínua), além de um contexto de crise econômica no Brasil que pode ter afetado investimentos em educação.

Em 2021, há um crescimento para 10,1 anos de escolaridade média, que se mantém nos anos subsequentes até 2023. Esse salto sugere melhorias na permanência dos estudantes no sistema educacional e na conclusão de etapas como o ensino médio.

A projeção mantém a tendência de crescimento, atingindo 10,4 anos de estudo em 2025. Isso indica uma expectativa de que a escolaridade média continue melhorando, mas em ritmo mais moderado comparado ao salto inicial de 2021.

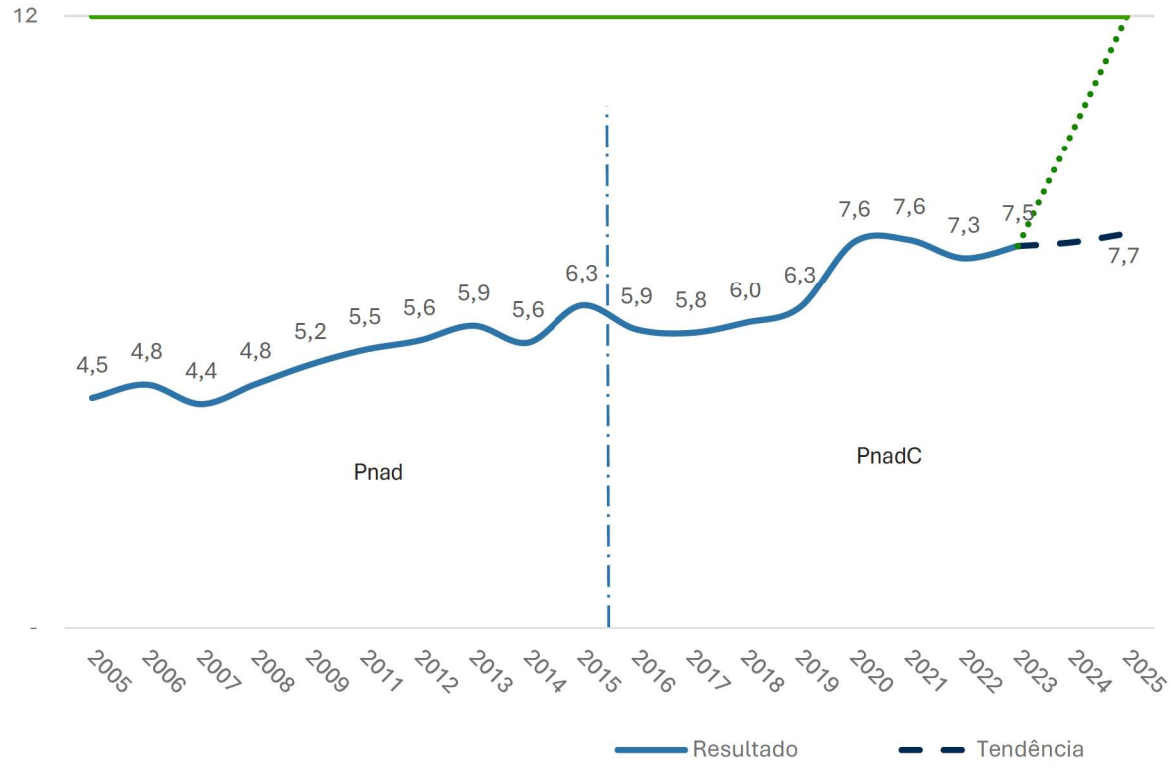
Assim, mesmo com as melhorias recentes e as projeções para 2025, Goiás ainda estaria abaixo dessa meta, com um déficit de aproximadamente 1,6 anos. Isso sugere a necessidade de políticas públicas que garantam não apenas o acesso à educação, mas também a permanência e a conclusão dos níveis de ensino, buscando alcançar a universalização do ensino médio.

Portanto, é crucial dimensionar a quantidade de jovens que ainda não alcançaram os 12 anos de estudo, equivalentes à conclusão da educação básica. Em 2023, entre as 39.395.877 pessoas estimadas entre 18 e 29 anos de idade, 10.917.548 não haviam completado o ensino médio, representando 27,7% desse grupo etário. (INEP, 2024).

Em Goiás, 1.375.471 da população de 18 a 29 anos 354.696 jovens ou 25,8% dessa população não possuem 12 anos de estudo, ou seja, não possuem o ensino médio completo (INEP, 2024).

Em relação ao Gráfico 13 referente à escolaridade média (em anos de estudo) da população de 18 anos ou mais residente no campo em Goiás, no período de 2005 a 2025, identificou-se um progresso para alcançar a meta específica para a população rural adulta do estado.

Gráfico 13 - Escolaridade média (em anos de estudo) da população de 18 anos ou mais residente no campo - Goiás - 2005 a 2025



Fonte: Pnad 2005-2015; PnadC Anual 2016-2019 e 2023; PnadC Trimestral 2020-2022/IBGE .

No período entre 2005 e 2015, a escolaridade média apresentou um crescimento, saindo de 4,5 anos e chegando a 6,3 anos. Esse aumento indica um

avanço nas políticas de acesso à educação básica, proporcionando um maior tempo de estudo para a população.

Porém, houve uma certa oscilação a partir de 2016, variando entre 5,9 e 6,0 anos até 2018. Esse período reflete um momento de adaptação em termos de metodologias e pode ser influenciado por fatores econômicos e sociais que impactaram a continuidade dos estudos.

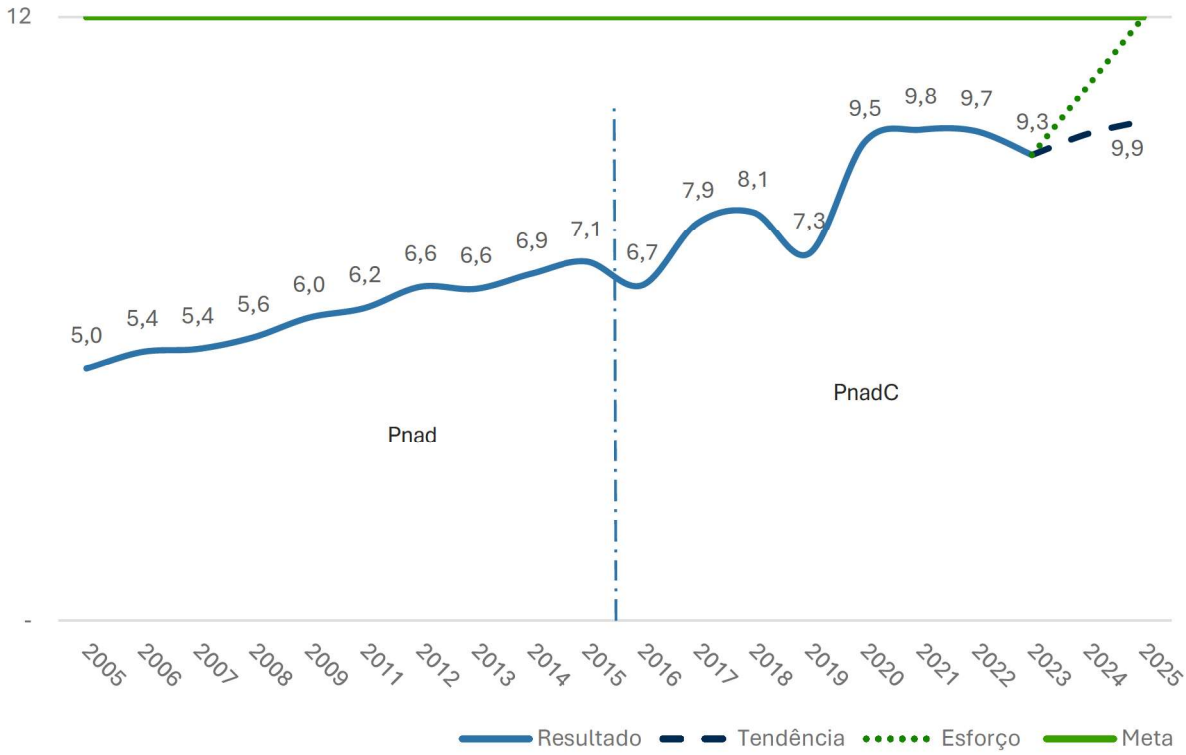
A partir de 2020, houve crescimento mais consistente da escolaridade média, alcançando 7,6 anos e 2021. Em 2022 houve pequena queda de 0,3 p.p., mas em 2023 teve crescimento de 0,2 p.p., chegando a 7,5 anos. Este aumento pode ser atribuído a esforços para melhoraria da permanência dos estudantes e as taxas de conclusão de etapas da educação básica.

De acordo com a projeção até 2025, espera-se que o estado alcance a escolaridade média de 7,7 anos, abaixo da Meta estabelecida que é de 12 anos.

Ainda que sejam considerados os avanços observados nas últimas décadas e as projeções de crescimento, há uma distância significativa entre o resultado atual e a meta de 12 anos de estudo, o que evidencia a necessidade de políticas mais robustas para assegurar o acesso, permanência e a conclusão dos estudos.

Em se tratando ao Gráfico 14 sobre a análise da escolaridade média da população de 18 ou mais dos 25% mais pobres de Goiá durante o período de 2005 a 2015, o nível de escolaridade dessa população saiu de 5 anos em 2005 e chegou a 7,1 anos em 2015.

Gráfico 14 - Escolaridade média (em anos de estudo) da população de 18 anos ou mais pertencente aos 25% mais pobres - Goiás - 2004 a 2025



Fonte: Pnad 2005-2015; PnadC Anual 2016-2019 e 2023; PnadC Trimestral 2020-2022/IBGE .

Assim, esse aumento indica um avanço nas políticas de acesso à educação básica, proporcionando um maior tempo de estudo para a população. A partir de 2016, houve certa oscilação, com a média variando entre 6,7 e 7,3 anos até 2019. Esse período reflete um momento de adaptação em termos de metodologias e pode ser influenciado por fatores econômicos e sociais que impactaram a continuidade dos estudos.

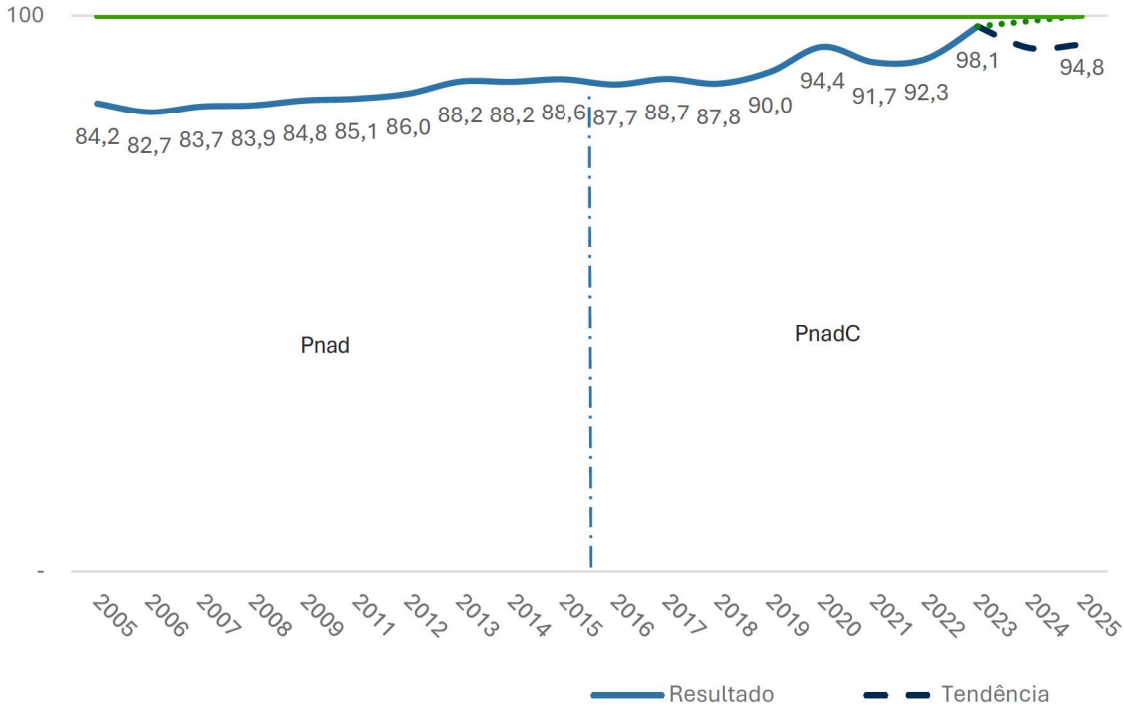
Em 2021 o estado teve o melhor resultado ao longo da série histórica, alcançando 9,8 anos de estudo para o público-alvo. Este aumento pode ser atribuído a esforços para melhorar a permanência dos estudantes e as taxas de conclusão de etapas da educação básica chegando a 9,3 anos em 2023 e com a perspectiva de atingir 9,9 em 2025.

Os dados mais recentes de 2022, ano em que a escolaridade média dos 25%dos mais pobres entre 18 e 29 anos de idade era de 10,3 anos de estudo, ficando 1,7 ano aquém da meta estabelecida para 2024. Para efeito de comparação os 25% mais ricos da mesma faixa etária possuíam uma média de 13,5 anos completos de estudo, uma diferença de 3,2 anos em relação aos mais pobres.

Desse modo, a projeção, embora positiva, sugere-se que o estado não atingirá a Meta de 12 anos de estudo, o que mostra a necessidade de políticas para assegurar o acesso, permanência e a conclusão dos estudos.

Levando em conta o Gráfico 15 relacionado a razão (%) entre a escolaridade média de negros e não negros da população de 18 anos ou mais, analisando o período entre 2005 e 2025 houve crescimento, pois saiu de 84,2% em 2005 e chegou a 88,6% em 2015.

Gráfico 15 - Razão (%) entre a escolaridade média de negros e a de não negros da população de 18 anos ou mais - Goiás - 2005 a 2025



Fonte: Pnad 2005-2015; PnadC Anual 2016-2019 e 2023; PnadC Trimestral 2020-2022/IBGE .

Diante disso, esse aumento indica um avanço nas políticas de acesso à educação básica para a população negra, proporcionando uma razão menos desigual de acesso à escolaridade entre essas diferentes populações.

A partir de 2016, observa-se pequena oscilação positiva, mas de consistente crescimento, de 87,7 até 94,4 em 2020.

Os próximos dois anos apresentaram oscilações negativa, se comparado com os anteriores, houve queda em 2021, para 91,7 e 92,3 no ano seguinte, atingindo o melhor patamar da pesquisa em 2023, com 98,1, mas ainda não alcançou a meta de 100%.

Em 2023, a escolaridade média dos jovens negros (pretos e pardos) de 18 a 29 anos era de 11,4 anos, enquanto a dos não negros (brancos e amarelos) era de 12,4 anos, resultando em uma razão de 91,9 (Inep, 2024).

Ao concluir a Meta 6 verifica-se que, embora tenha havido avanços significativos nos últimos anos, o estado ainda enfrenta grandes desafios para alcançar os 12 anos de escolaridade média da população de 18 anos ou mais, conforme estabelecido. Assim, o crescimento observado nos dados da população rural, os 25% mais pobres e a população negra revela que políticas públicas voltadas para o acesso e permanência na educação básica surtiram efeitos positivos, especialmente a partir de 2020. No entanto, os resultados ainda se mostram insuficientes diante da meta estipulada.

Portanto, a manutenção de desigualdades regionais e sociais, aliada a oscilações econômicas e mudanças metodológicas nas coletas de dados, contribuíram para o ritmo lento de progresso. Por isso, a importância de ampliar a oferta de ensino médio e trabalhar para romper a superação das barreiras estruturais que ainda impedem que todos os grupos populacionais tenham acesso pleno e igualitário à educação.

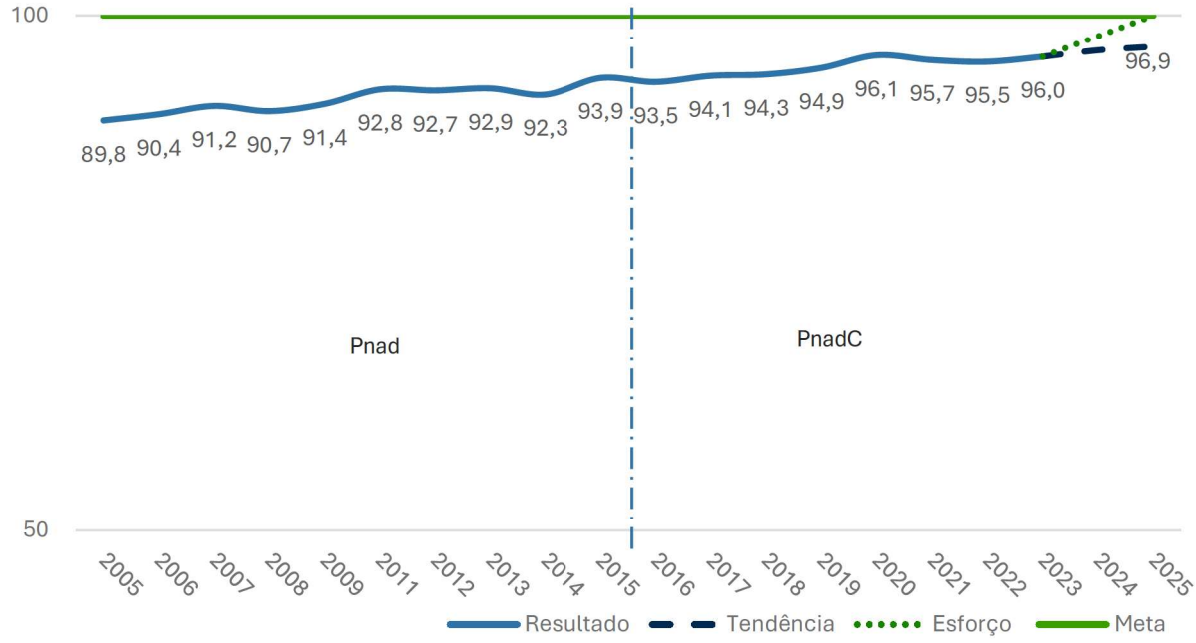
Meta 7 - Alfabetização e Analfabetismo Funcional

Universalizar a alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais até o final da vigência deste Plano e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Em Goiás, a taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais apresenta um panorama promissor, conforme ilustrado no gráfico 16 referente ao período de 2005 a 2025. Em 2005, o estado registrava uma taxa de alfabetização de 89,8%, um patamar inicial bastante elevado que demonstrava um ponto de partida para a Meta 7 do Plano Estadual de Educação, que visa a erradicação do analfabetismo. Ao longo dos anos, observa-se uma trajetória ascendente constante, com a taxa ultrapassando

a marca dos 90% em 2006 (90,4%) e mantendo-se acima desse índice de forma consistente.

Gráfico 16 - Taxa de alfabetização de pessoas de 15 anos ou mais de idade - Goiás - 2005 a 2025



Fonte: Pnad 2005-2015; PnadC Anual 2016-2019 e 2023; PnadC Trimestral 2020-2022/IBGE.
Elaboração: Gerência de Informação e Indicadores Educacionais/Sugear/Seduc.

A evolução gradual da alfabetização em Goiás prosseguiu, alcançando 91,2% em 2007, 90,7% em 2008 e 91,4% em 2009. Nos anos seguintes, a taxa continuou a crescer, atingindo 92,8% em 2011, com pequenas variações em 2012 (92,7%), 2013 (92,9%) e 2014 (92,3%). Em 2015, a taxa de alfabetização chegou a 93,9%, ultrapassando os 94% em 2016 (94,1%), mantendo-se em 94,3% em 2017 e 94,9% em 2018.

Nos anos mais recentes, a tendência de crescimento, embora mais suave, persistiu. Em 2019, a taxa alcançou 96,1%, seguida por 95,7% em 2020 e uma leve retração para 95,5% em 2021, com uma recuperação para 96,0% em 2022.

Em 2023, Goiás contava com 96,0% da população de 15 anos ou mais alfabetizada. Apesar de ter conseguido retomar o patamar de 2019, a projeção de tendência mostra que o estado não alcançará a meta proposta dentro da vigência deste Plano de Educação. As projeções indicam que essa tendência de crescimento se manterá, alcançando 96,9% em 2025.

Tabela 10 - *Taxa de alfabetização de pessoas de 15 anos ou mais de idade*

Ano	Brasil	Centro-Oeste	Goiás
2018	93,7%	95,1%	94,3%
2019	93,9%	95,6%	94,9%
2022	94,4%	96,0%	95,5%
2023	94,6%	96,3%	96,0%

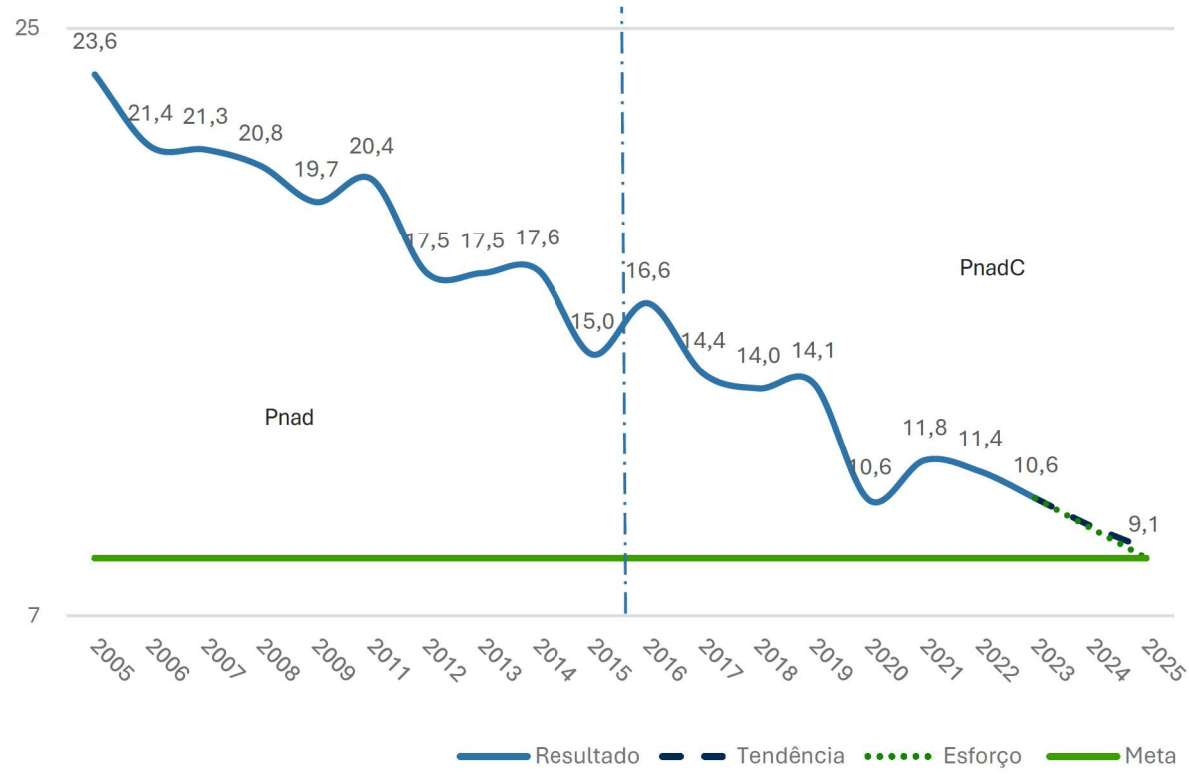
Fonte: Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE (INEP, 2024)

Analisando os dados da Tabela 10, Goiás demonstra consistentemente taxas de alfabetização de pessoas de 15 anos ou mais superiores à média do Brasil nos anos de 2018, 2019, 2022 e 2023, indicando um desempenho positivo nesse aspecto. Contudo, ao comparar com a região Centro-Oeste, observa-se que esta apresenta médias de alfabetização ainda mais elevadas nos mesmos períodos, com Goiás ficando ligeiramente abaixo dos índices regionais, apesar de apresentar um crescimento constante ao longo dos anos analisados e uma aproximação da média do Centro-Oeste em 2023.

Nesse contexto, o gráfico 17 apresenta a taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais de idade em Goiás, no período de 2005 a 2025. Em se tratando da linha azul, que representa o "Resultado" efetivo, observa-se uma tendência geral de declínio na taxa de analfabetismo funcional ao longo dos anos.

Em 2005, a taxa era de 23,6%, um patamar consideravelmente alto que indicava um desafio significativo a ser enfrentado. Nos anos subsequentes, houve uma redução constante, chegando a 21,4% em 2006, 21,3% em 2007, 20,8% em 2008 e 19,7% em 2009.

Gráfico 17 - Taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais de idade - Goiás -2005 a 2025



Fonte: Pnad 2005-2015; PnadC Anual 2016-2019 e 2023; PnadC Trimestral 2020-2022/IBGE.
Elaboração: Gerência de Informação e Indicadores Educacionais/Sugear/Seduc.

A queda na taxa de analfabetismo funcional prosseguiu na década seguinte, atingindo 20,4% em 2011, com uma redução mais acentuada para 17,5% em 2012, mantendo-se nesse patamar em 2013 e chegando a 17,6% em 2014. Em 2015, houve uma queda mais expressiva para 15,0%, marcando uma mudança na metodologia de coleta de dados.

Após 2015, a taxa de analfabetismo funcional continuou a diminuir, embora com algumas flutuações. Em 2016, registrou-se 16,6%, seguida por 14,4% em 2017, 14,0% em 2018 e uma leve alta para 14,1% em 2019. Em 2020, houve uma queda significativa para 10,6%, seguida por um aumento para 11,8% em 2021 e uma leve redução para 11,4% em 2022. Em 2023, a taxa retornou a 10,6%.

No tocante, observa-se que, apesar da significativa redução na taxa de analfabetismo funcional ao longo do período analisado, a meta de 7% ainda não é alcançada, nem mesmo na projeção para 2025, que indica uma taxa de 9,1%.

Com relação à linha de tendência há diminuição da taxa de analfabetismo funcional, embora o ritmo de queda pareça ter se atenuado nos últimos anos. A

persistência de uma taxa de analfabetismo funcional acima da meta estabelecida para 2025 reforça a necessidade de políticas públicas contínuas e eficazes para garantir que a população de 15 anos ou mais em Goiás desenvolva as habilidades de leitura e escrita plenas, essenciais para a sua autonomia e participação na sociedade. O esforço deve ser mantido e intensificado para se aproximar do objetivo de reduzir significativamente o analfabetismo funcional no estado.

Mesmo com as oscilações sofridas ao longo do tempo, Goiás tem conseguido diminuir significativamente esse indicador.

Tabela 11 - *Taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais de idade*

Ano	Brasil	Centro-Oeste	Goiás
2018	13,6%	12,2%	14,0%
2019	13,1%	11,7%	14,1%
2022	12,3%	10,5%	11,4%
2023	12,3%	10,1%	10,6%

Fonte: Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE (INEP, 2024)

Conforme os dados da Tabela 11 sobre a taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais, percebe-se que, nos anos de 2018 e 2019, Goiás apresentava taxas de 14,0% e 14,1%, respectivamente, as mais elevadas entre as áreas comparadas, superando tanto a média do Brasil quanto a do Centro-Oeste. Contudo, nos anos subsequentes de 2022 e 2023, Goiás demonstrou uma redução significativa nessa taxa, alcançando 11,4% e 10,6%, respectivamente. Apesar dessa melhora, em 2022, a taxa de Goiás ainda era ligeiramente inferior à do Brasil (12,3%). Em 2023, a taxa de Goiás foi de 10,6% e a do Brasil 12,3% e permaneceu um pouco acima da do Centro-Oeste de 10,1%, que consistentemente apresentou as menores taxas de analfabetismo funcional entre as três áreas geográficas ao longo dos anos analisados na tabela.

Apesar do alto índice de alfabetização já alcançado e da trajetória positiva ao longo dos anos, a meta de 100% de alfabetização para a população de 15 anos ou mais em Goiás ainda não é atingida na projeção para 2025. Isso aponta para a necessidade contínua de políticas e ações focadas na erradicação do analfabetismo remanescente e no combate ao analfabetismo funcional, garantindo que todos os cidadãos tenham pleno domínio da leitura e da escrita.

Portanto, o esforço constante é fundamental para que Goiás possa alcançar a universalização da alfabetização, conforme almejado pela Meta 7 do Plano Estadual de Educação.

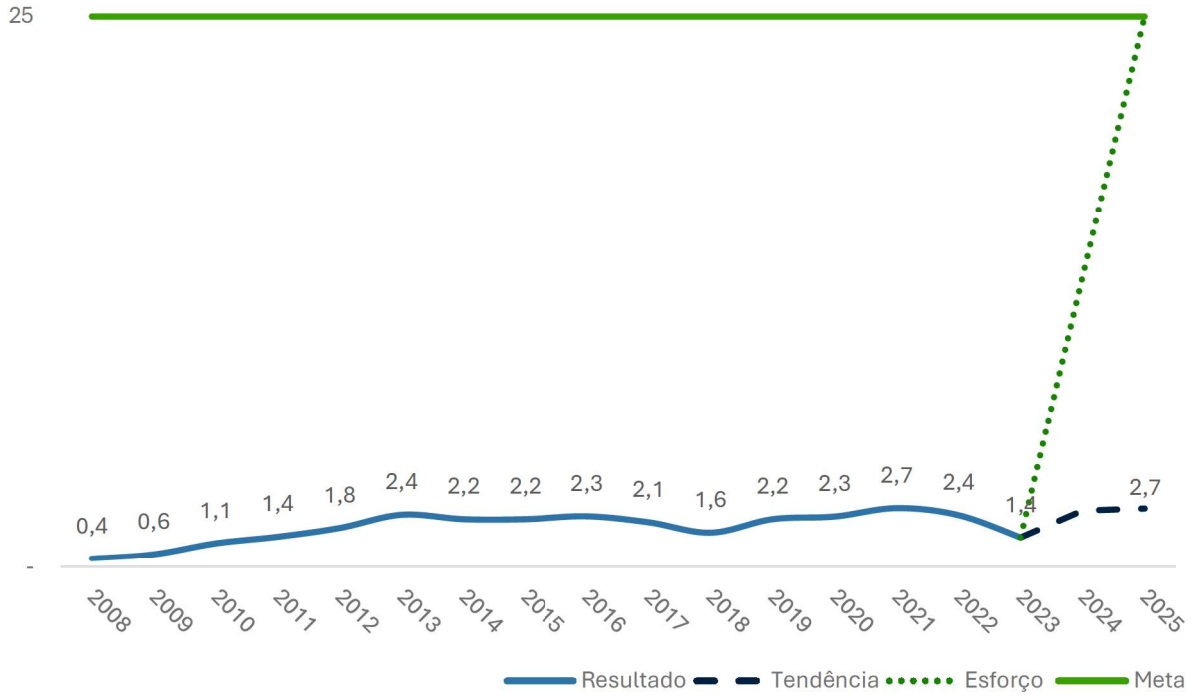
Meta 8 - EJA - Educação Profissional Integrada

Desenvolver até o final da vigência deste Plano em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) dos cursos de Educação de Jovens e Adultos nos Ensino Fundamental e Médio na forma Integrada à Educação Profissional.

A Meta 8 do Plano Estadual de Educação de Goiás tem por objetivo oferecer aos jovens e adultos que retornam à escola uma formação mais completa, que una a elevação da escolaridade à qualificação para o trabalho. Ao integrar a EJA à formação profissional, a meta busca ampliar as oportunidades de inserção produtiva e promover a inclusão social, especialmente entre aqueles que não tiveram acesso à educação básica em idade apropriada.

A análise do Gráfico 18 busca compreender o alcance da integração da educação de jovens e adultos à educação profissional em Goiás, entre os anos de 2008 e 2025.

Gráfico 18 - Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional - Goiás - 2008 a 2025



Fonte: Censo Escolar da Educação Básica/Inep.

No período de 2008 a 2022 observa-se um crescimento gradual nas matrículas de EJA integrada, iniciando em 0,4% em 2008 e alcançando um pico de 2,4% em 2022. Durante esse período, há variações leves, com um crescimento mais significativo até 2013 (2,4%) e uma leve queda em 2018 (1,6%).

Em 2023, o Gráfico 18 apresenta uma queda considerável para 1,4%, após o crescimento dos anos anteriores. Este declínio pode estar relacionado a fatores externos, como mudanças nas políticas públicas, impactos socioeconômicos ou mesmo efeitos da pandemia de Covid-19.

Ao considerarmos as projeções, a partir de 2023 imagina-se uma tendência de crescimento, retornando aos níveis anteriores e alcançando 2,7% em 2025. A linha pontilhada indica que esses valores são projeções e podem não representar os resultados efetivos.

O gráfico 18 apresenta a linha de cumprimento da meta de 25% de matrículas. A análise indica que o percentual real está consideravelmente abaixo desse objetivo

ao longo do período, sem alcançar sequer 3%. Isso revela um grande desafio para a ampliação da EJA integrada à Educação Profissional para os próximos anos.

Tabela 12 - *Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional*

Ano	Brasil	Centro-Oeste	Goiás
2020	0,7%	1,5%	2,3%
2021	2,2%	1,6%	2,7%
2022	3,5%	1,8%	2,4%
2023	4,7%	1,5%	1,4%

Fonte: Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE (INEP, 2024)

A Tabela 12 indica o percentual de matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na forma integrada à Educação Profissional entre os anos de 2020 e 2023, com recortes para o Brasil, a região Centro-Oeste e o estado de Goiás. Os dados da Tabela 12 indicam o Brasil apresentou crescimento contínuo, passando de 0,7% em 2020 para 4,7% em 2023. No entanto, Goiás teve uma trajetória diferente. O estado iniciou o período com 2,3% em 2020, superando as médias nacional e regional, e alcançou seu pico em 2021, com 2,7%. Portanto, a partir de 2022, houve uma queda, com 2,4% nesse ano e uma queda acentuada para apenas 1,4% em 2023, abaixo inclusive da média regional (1,5%).

Esse declínio em 2023 representa um possível enfraquecimento das políticas de integração entre EJA e educação profissional em Goiás, que estabelece o objetivo de alcançar ao menos 25% dos cursos de EJA nessa modalidade, até o fim da vigência do plano. Nesse caso, é importante implantar ações que fortaleçam a oferta integrada de cursos alinhados às demandas do público jovem e adultos.

Meta 9 – Educação do Campo e das Populações Tradicionais

Consolidar até a vigência final deste Plano a educação escolar do campo, das populações tradicionais, das comunidades indígenas, quilombolas e itinerantes, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários, garantindo o desenvolvimento sustentável e a preservação da identidade cultural. Estratégias.

A Meta 9 do Plano Estadual de Educação (PEE) tem como objetivo consolidar a educação escolar para as populações do campo e comunidades tradicionais, incluindo povos indígenas, quilombolas e migrantes, até o término da vigência do plano. Este objetivo visa promover a articulação entre os ambientes escolares e comunitários, assegurando o desenvolvimento sustentável e o respeito às identidades culturais dessas populações.

O estado de Goiás, embora ainda careça de dados consolidados sobre a implementação dessa meta, tem demonstrado avanços significativos em diversas áreas, com foco na adaptação das políticas educacionais às especificidades culturais e sociais desses grupos. No entanto, também enfrenta desafios que precisam ser superados para garantir o pleno cumprimento dos objetivos estabelecidos.

A educação no campo é uma das principais frentes abordadas pela Meta 9, e o estado de Goiás tem investido em unidades de ensino adaptadas às realidades rurais. O estado conta com 72 unidades de educação no campo, incluindo escolas especializadas, como as Escolas Famílias Agrícolas e o Agro Colégio. Essas escolas atendem às necessidades locais, respeitando a diversidade cultural e as particularidades de cada região, como preconizado pela Meta 9. A criação dessas unidades não apenas garante o acesso à educação de qualidade, mas também promove uma educação que se articula com o contexto rural e com as comunidades tradicionais, permitindo uma formação que valoriza o modo de vida local.

A valorização da identidade cultural das populações do campo e das comunidades tradicionais é outro pilar importante da Meta 9. Assim, Goiás tem demonstrado esse compromisso por meio da ampliação da jornada escolar nas escolas quilombolas e da adaptação dos calendários escolares às festividades locais. Essas ações não apenas respeitam, mas também reforçam as identidades culturais dessas comunidades, ao integrar elementos da sua tradição no currículo escolar.

Ao adotar práticas pedagógicas que promovem o reconhecimento e a valorização das culturas quilombolas, indígenas e rurais, Goiás está em consonância com os princípios da Meta 9, que enfatiza o respeito e o fortalecimento das identidades culturais como um componente essencial da educação.

Outro aspecto importante é o incentivo ao desenvolvimento sustentável e à preservação ambiental. Nesse sentido, a educação nas escolas do campo em Goiás

tem integrado a agroecologia e a sustentabilidade como temas centrais no currículo. A abordagem de questões ambientais e a promoção de práticas sustentáveis visa garantir uma educação que respeite e preserve as condições ambientais locais, adaptando-se às práticas e saberes das comunidades rurais. Essa integração é essencial para a formação de uma cidadania consciente e engajada com os desafios ambientais do século XXI.

A inclusão de populações indígenas e migrantes na educação é outro ponto destacado. Goiás tem adotado medidas de apoio linguístico e cultural para estudantes indígenas, reconhecendo a importância de adaptar o sistema educacional para atender às especificidades dessas populações. Garantir o respeito às diferenças culturais e linguísticas na escola é essencial para uma educação inclusiva e de qualidade. Ainda assim, é necessário ampliar a formação de professores para atender às especificidades dessas comunidades.

Vale destacar sobre a necessidade de um sistema de avaliação inclusivo, que leve em consideração as especificidades culturais, linguísticas e sociais dos estudantes, é uma questão central para garantir a equidade no processo educativo. Para atender a Meta 9 propõe-se que as avaliações sejam adaptadas às particularidades desses estudantes, assegurando que todos tenham as mesmas oportunidades de sucesso. Nesse caso, a implementação de um sistema de avaliação que respeite essas diferenças é um dos principais desafios para o estado.

Portanto, Goiás tem avançado na implementação da Meta 9 do Plano Estadual de Educação, com ações concretas voltadas à promoção de uma educação inclusiva, contextualizada e respeitosa das especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas e migrantes. As iniciativas voltadas à educação do campo, valorização das identidades culturais, sustentabilidade e inclusão de comunidades tradicionais estão em consonância com os princípios da Meta 9.

Meta 10 – Educação Técnica de Nível Médio

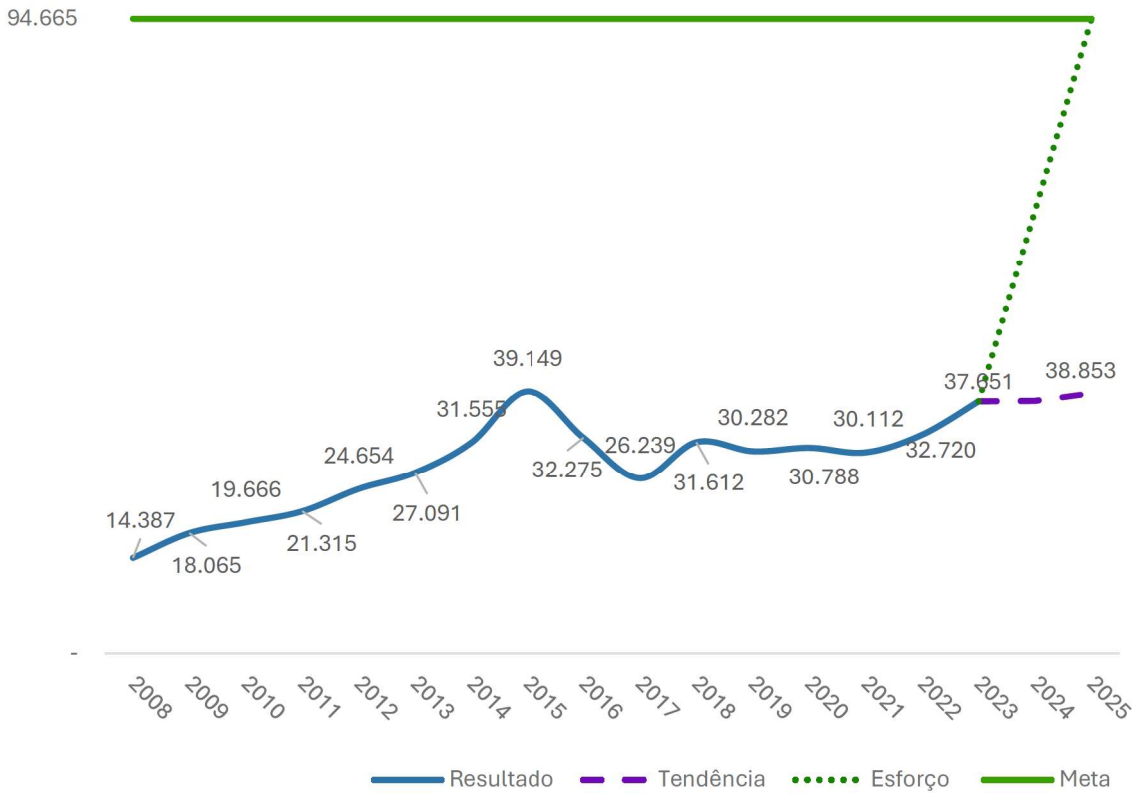
Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

A Educação Profissional Técnica-EPT de nível médio desempenha um papel fundamental ao preparar os indivíduos para o mercado de trabalho, promovendo tanto o desenvolvimento pessoal quanto o coletivo. Além de ampliar a igualdade de oportunidades, essa modalidade educacional eleva as chances de ascensão profissional e facilita a inserção no mercado de trabalho. É uma forma de adquirir conhecimentos teóricos e práticos, integrando escola e trabalho.

Com a educação profissional integrada ao ensino médio, o jovem é incentivado a adotar uma postura de protagonismo, desenvolvendo competências essenciais para enfrentar os desafios do mundo do trabalho e contribuir de forma significativa para a sociedade.

O Gráfico 19 apresenta os desafios enfrentados pela educação profissional de nível médio em Goiás. Entre os anos de 2008 e 2015, houve um aumento significativo de 36,75% no número de matrículas, alcançando 39.149. Entretanto, a partir de 2015, o estado registrou uma queda expressiva, com o número de matrículas reduzido para 26.239, em 2017.

Gráfico 19 - Total de matrículas em educação profissional de nível médio - Goiás - 2008 a 2025

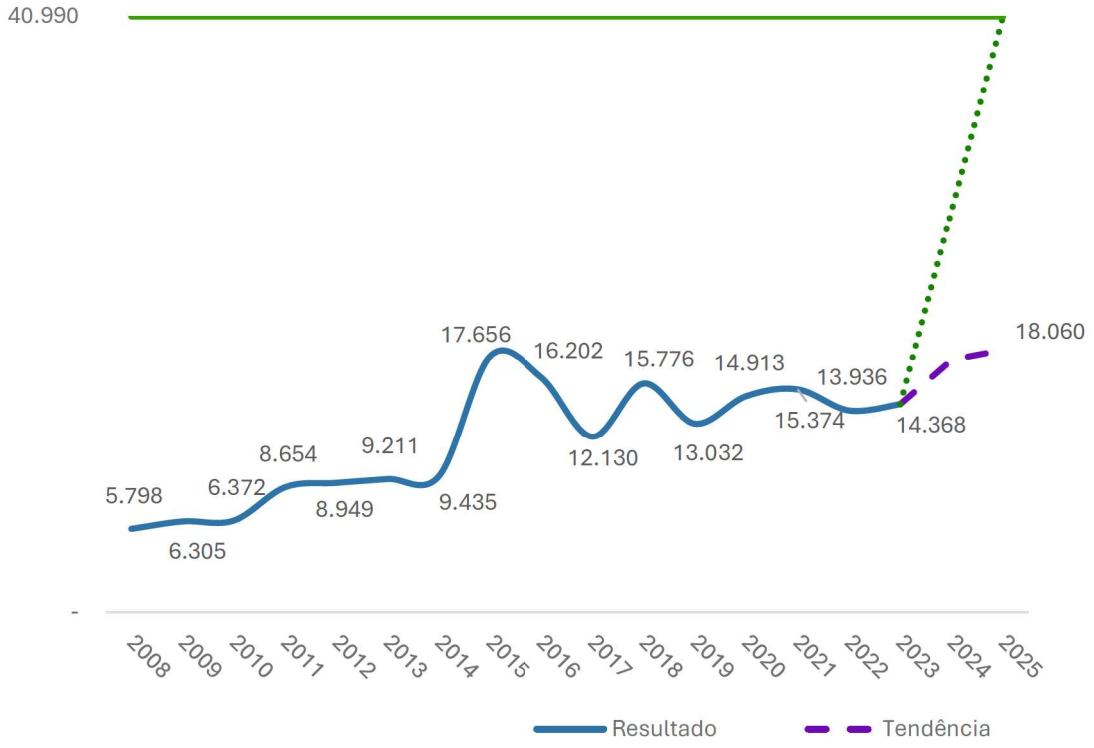


Fonte: Censo Escolar da Educação Básica/Inep.
Elaboração: Gerência de Informação e Indicadores Educacionais/Sugear/Seduc.

Nesse contexto, apesar dessa redução, o cenário começou a se recuperar, o estado conseguiu alcançar 37.651 matrículas, em 2023, mostrando uma recuperação considerável e aproximando-se dos números mais altos do período. Essa trajetória reflete os desafios e esforços para expandir a educação profissional, nos anos que seguintes.

O Gráfico 20 mostra uma expansão no número de matrícula de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas de Goiás, no período de 2008 a 2025. Analisando a série histórica percebe-se que nos seis primeiros anos de 2008 a 2015 houve uma pequena oscilação de matrículas nas redes públicas de Goiás, com aumento de 61,45%.

Gráfico 20 - Total de matrículas em educação profissional de nível médio nas redes públicas - Goiás - 2008 a 2025



Fonte: Censo Escolar da Educação Básica/Inep.
Elaboração: Gerência de Informação e Indicadores Educacionais/Sugear/Seduc.

Vale destacar o aumento expressivo de 53,44% nas matrículas entre 2014 (9.435 matrículas) e 2015 (17.656 matrículas). Verifica-se o incentivo da oferta de cursos profissionalizantes e a demanda crescente do mercado de trabalho por profissionais qualificados.

A rede pública em 2023, contava com 14.368 matrículas na modalidade de educação profissional de nível médio, um resultado bem inferior ao conquistado em 2015, de 17.656 matrículas.

Essa retomada pode estar relacionada à expansão da oferta de cursos, iniciada em 2021, com a introdução de modalidades como a EAD e a ampliação da oferta presencial em diversos municípios goianos.

Tabela 13 - *Total de matrículas em educação profissional de nível médio*

Ano	Brasil	Centro-Oeste	Goiás
2018	1.868.917	94.328	31.612
2019	1.874.974	93.121	30.282
2022	2.069.771	97.314	32.720
2023	2.271.607	109.406	37.651

Fonte: Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE (INEP, 2024)

A Tabela 13 mostra que entre 2018 e 2023, os dados indicam um crescimento contínuo no Brasil de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na região Centro-Oeste e no estado de Goiás, com variações nas taxas de aumento.

O Brasil apresentou o maior crescimento absoluto, passando de 1.868.917 em 2018 para 2.271.607 em 2023, representando um aumento de 21,55%. O Centro-Oeste e Goiás também cresceram, embora com menor intensidade, alcançando aumentos de 15,98% e 19,11%, respectivamente, no mesmo período. Após uma leve queda entre 2018 e 2019, o Centro-Oeste e Goiás retomaram o crescimento, refletindo uma tendência de recuperação e expansão.

Nesse sentido, verificou-se um aumento da oferta de matrículas de educação profissional técnica de nível médio na região Centro-Oeste nos últimos anos de 4,8% e uma variação entre 2013 e 2023 de 28,1%. Concomitante principalmente nos anos de 2022 e 2023, conforme mostra a tabela abaixa. (Brasil, 2024, p. 264)

Conclui-se que, o resultado de atingir a meta 10 para a Educação Profissional de nível médio não foi alcançada, embora seja possível perceber uma tendência de crescimento nos últimos anos. No entanto, o esforço é muito grande para alcançar a Meta 10 até o final da vigência do Plano Estadual. Nesse contexto, torna-se evidente a importância de adotar estratégias eficazes para aumentar o número de matrículas da Educação Profissional.

Meta 11 – Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Universalizar no prazo de 10 (dez) anos o acesso à Educação Básica e o Atendimento Educacional Especializado - AEE para a população de 4 (quatro) 31 a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e demais necessidades especiais preferencialmente na rede regular de ensino, com garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados públicos ou conveniados.

A Meta 11 tem como objetivo universalizar, no prazo de 10 (dez) anos, o acesso à Educação Básica e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e outras necessidades educacionais especiais. O atendimento deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de um sistema educacional inclusivo, por meio de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Para alcançar esse objetivo, foram definidas seis estratégias principais que visam garantir a inclusão efetiva dos estudantes público-alvo da educação especial. Entre elas, destacam-se: a manutenção e ampliação das matrículas desses estudantes na rede regular de ensino; a implantação de Salas de Recursos Multifuncionais em todas as escolas públicas para assegurar o Atendimento Educacional Especializado (AEE); a construção ou adequação de espaços específicos para o AEE; a criação e ampliação, de equipes multiprofissionais; a formação de profissionais da educação com qualificação; e a inclusão, nos cursos de licenciatura, formação inicial e continuada, inclusive em nível de pós-graduação, de conteúdos relacionados à educação inclusiva, abordando fundamentos teóricos, teorias da aprendizagem e práticas pedagógicas voltadas ao atendimento de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

O Atendimento Educacional Especializado tem como propósito favorecer a autonomia e a aprendizagem dos estudantes, por meio de estratégias e recursos adaptados às suas necessidades específicas. As salas de AEE são coordenadas por professores especializados, que elaboram planos de atendimento individualizados e promovem a adaptação de materiais didáticos e metodológicos.

A existência das salas reafirma o compromisso do Estado de Goiás com a equidade educacional e a consolidação de políticas públicas intersetoriais que assegurem o acesso, a permanência e o sucesso escolar de todos os alunos.

O Gráfico 21 apresenta o percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) e altas habilidades ou superdotação que frequentavam a escola em classes comuns da educação básica em Goiás, no período de 2009 a 2025. A meta estabelecida no Plano

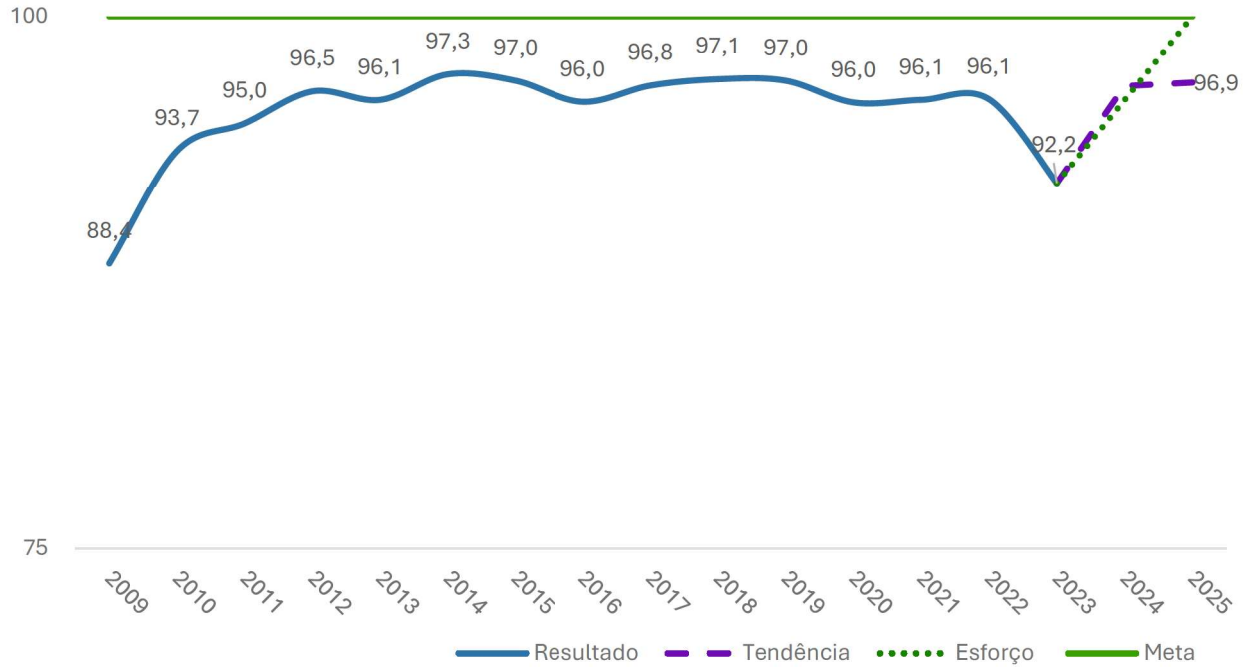
Estadual de Educação (PEE) é de 100%, visando a plena inclusão desses estudantes no ensino regular.

Nesse sentido, o Gráfico 21 ilustra a evolução consistente até 2014, quando o percentual de matrículas de alunos de AEE alcançou 97,3%. Entre 2014 e 2022 ocorreu flutuação do percentual de matrículas, acima de 95%, percentual próximo à meta. No ano de 2023, houve um decréscimo para 92,2%, com uma tendência e esforço de evolução para recuperar os índices anteriores e aumentar o índice.

Ao longo da série histórica, observa-se um percentual elevado de matrículas inclusivas. Em 2009, o índice era de 88,4%, demonstrando um ponto de partida considerável na política de inclusão. Nos anos subsequentes, houve um aumento constante, ultrapassando os 95% a partir de 2011 e se mantendo relativamente estável nesse patamar até 2022, com pequenas flutuações anuais. Os maiores percentuais foram registrados em 2014 e 2015, ambos com 97,3% e 97,0%, respectivamente.

Para a universalização do acesso desses estudantes, há necessidade de 7,8% de aumento de matrículas até 2025, o que demandaria um aumento de 3,9% ao ano, porém, a tendência, com as condições atuais elevariam as matrículas para 96,9%. Contudo, é preciso certo esforço para que todos os alunos com alguma deficiência estejam, de fato, incluídos e recebendo escolarização em classes comuns.

Gráfico 21 - Percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação que frequentava a escola em classes comuns da educação básica - Goiás - 2009 a 2025



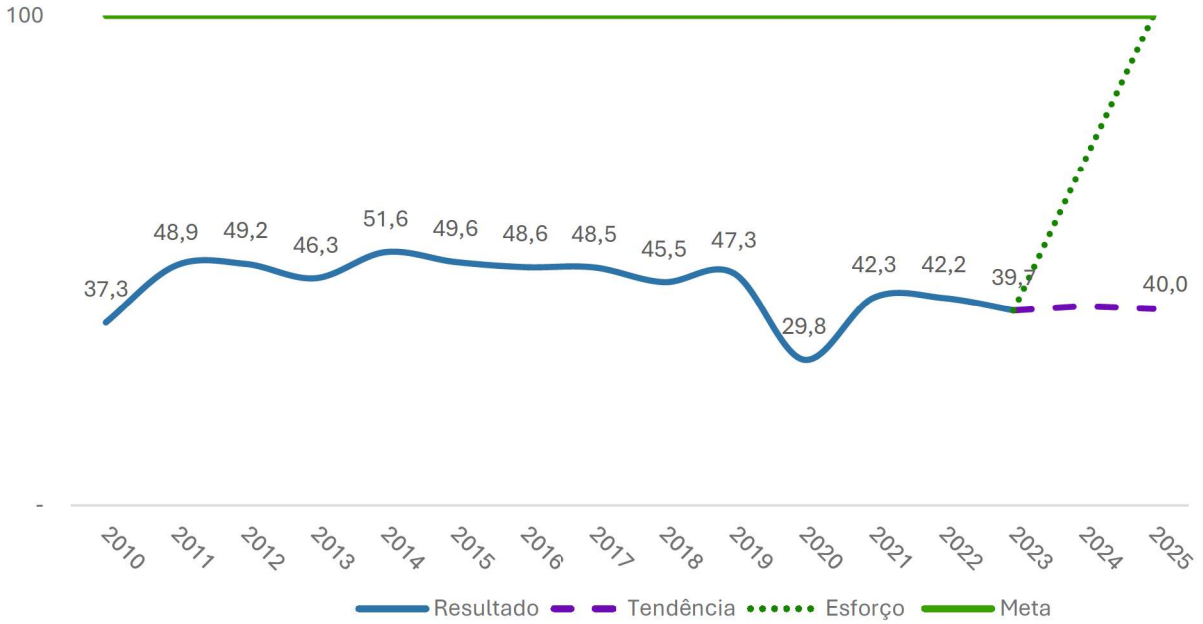
Fonte: Censo Escolar da Educação Básica/Inep.
Fonte: elaboração da Seduc (2023) com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep (2022).

Nesse sentido, Goiás tem demonstrado um forte compromisso com a inclusão de alunos com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação nas classes comuns da educação básica, mantendo percentuais elevados de matrículas inclusivas ao longo dos anos.

Levando em consideração o percentual de matrículas dos alunos em turmas de AEE, de 2010 até 2022, o Gráfico 22 representa um acréscimo de 12 anos, com 4,9%, aumento anual médio de apenas 0,4%. Esse percentual de aumento anual, tão baixo, inviabiliza o alcance da meta, considerando que, em 2022, o percentual de matrículas foi de 42,2%, ocorrendo um ligeiro recuo em 2023, caindo para 39,7%. Com isso demanda um acréscimo de 61% até 2025, aumento inviável de acontecer para atingir a meta de 100%.

No tocante à tendência para os anos futuros, estima-se 40,0% para 2025. Em contrapartida o esforço iniciado em 2023, sinaliza uma expectativa de crescimento acentuado com o intuito de alcançar a meta de 100% até 2025.

Gráfico 22 - Percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação matriculados em turmas de AEE - Goiás - 2010 a 2025



Fonte: Censo Escolar da Educação Básica/Inep.

Vale destacar que, no período da pandemia houve queda considerável de atendimentos desses estudantes, o que era previsto, considerando que o ensino remoto enfrentava maiores desafios. Em 2021 foi implementado o programa de Revitalização das Salas de AEE, contemplando mais de 300 (trezentas) Salas de Recursos Multifuncionais, o que possibilitou alcançar cerca de 10.400 (dez mil) estudantes no Atendimento Educacional Especializado, no estado. Nesse caso, aconteceu o crescimento na oferta do AEE no sistema educativo de Goiás, conforme demonstrado nos gráficos 22.

Com base na Tabela 14 do Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE *(*INEP*,* 2024*)*, observa-se aumento consistente no percentual de matrículas de estudantes de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação que frequentam classes comuns da rede regular de ensino.

Tabela 14 - *Percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação que frequentava a escola em classes comuns*

Ano	Brasil	Centro-Oeste	Goiás
2020	93,2	93,9	96,0
2021	93,5	94,1	96,1
2022	94,2	94,4	96,1
2023	95,0	95,0	92,2

Fonte: Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE (INEP, 2024)

A nível nacional, o Brasil avançou de 93,2% em 2020 para 95,0% em 2023, o que representa um crescimento de 1,8 ponto percentual em quatro anos. Na região Centro-Oeste, esse crescimento foi um pouco moderado, passando de 93,9% para 95,0% no mesmo período. Ambos os contextos revelam um compromisso crescente com a inclusão, mas ainda há desafios para alcançar a universalização plena desse direito.

Nesse contexto, em 2020 e 2021, Goiás registrou um percentual de 96,0% e 96,1%, respectivamente, indicando um alto nível de integração desses alunos no ensino regular. Em 2022, o percentual se manteve em 96,1%, reforçando essa estabilidade. Contudo, em 2023, houve uma queda para 92,2%, sinalizando uma possível alteração nessa tendência de alta inclusão em classes comuns.

Esse resultado indica que a maioria dos estudantes da educação especial no estado está inserida em turmas comuns, o que está em consonância com os princípios da equidade, da inclusão e da valorização da diversidade.

Portanto, Goiás demonstrou, até 2022, um desempenho notável na inclusão de alunos com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação em classes comuns, superando as médias do Brasil e do Centro-Oeste. No entanto, a queda observada em 2023 merece atenção, pois pode indicar uma mudança na política ou na prática de inclusão no estado. Será importante monitorar os dados dos próximos anos para confirmar se essa redução e para identificar os fatores que possam ter contribuído para essa alteração no cenário da inclusão em Goiás.

Apesar dos avanços significativos, o cumprimento integral da Meta 11 depende da superação de desafios estruturais e pedagógicos, sobretudo no que se refere à ampliação do AEE e à formação de profissionais qualificados. O Estado de Goiás tem demonstrado compromisso com a inclusão educacional, mas o alcance das metas até

2025 exigirá estratégias mais intensivas, investimento contínuo e políticas públicas integradas.

Meta 12 – Articulação Intersetorial entre os órgãos

Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de Educação, Saúde, Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos, em parceria com as famílias, a fim de garantir os encaminhamentos e atendimentos necessários voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação regular em suas etapas e modalidades, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A Meta 12 estabelece como diretriz fundamental a promoção da articulação intersetorial entre os diversos órgãos e políticas públicas das áreas da Educação, Saúde, Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos, com o envolvimento ativo das famílias, para assegurar a continuidade do atendimento escolar, nas etapas e modalidades da educação regular, às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Essa articulação visa garantir que as ações educativas sejam integradas a uma rede de proteção e promoção de direitos, fortalecendo os vínculos entre escola, família e comunidade. Dessa forma, cria-se uma base sólida para assegurar o desenvolvimento integral dos estudantes, com encaminhamentos adequados, suporte técnico-pedagógico e atendimento especializado quando necessário.

Entre as ações desenvolvidas pelo Estado de Goiás, destaca-se a criação e o fortalecimento de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria pedagógica, voltados à qualificação do atendimento a esses estudantes. Tais centros atuam de forma colaborativa com as instituições educacionais, promovendo a formação continuada de professores, a elaboração de materiais acessíveis e o acompanhamento pedagógico individualizado.

Com relação às salas de recursos multifuncionais de Atendimento Educacional Especializado (AEE) representam um importante instrumento para a garantia do direito à educação inclusiva. As salas são espaços equipados com recursos pedagógicos, tecnológicos e de acessibilidade, destinados ao atendimento complementar ou suplementar aos estudantes da educação especial.

Além disso, programas intersetoriais têm sido implementados com o objetivo de ampliar o acesso e a permanência dos estudantes na escola. O atendimento educacional hospitalar e domiciliar, por exemplo, é oferecido por meio dos Núcleos de Atendimento Educacional Hospitalar (NAEH), em parceria com a área da saúde. Esses núcleos garantem que crianças, adolescentes e adultos em tratamento de saúde possam continuar sua escolarização durante o período de internação ou recuperação, evitando o agravamento de defasagens educacionais.

No Estado de Goiás encontram-se unidades de atendimento especializadas como o Centro de Atendimento ao Surdo (CAS), o Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual (CAP) e o Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S). Esses Centros atendem às demandas específicas de estudantes com necessidades educacionais especiais.

Vale ressaltar que, a inserção de estudantes com deficiência no mercado de trabalho é uma dimensão essencial das políticas educacionais inclusivas e deve ser tratada de forma intersetorial, considerando os direitos humanos, a valorização profissional e a saúde integral desses indivíduos.

Em Goiás, ações voltadas à qualificação profissional e ao desenvolvimento de competências para o mundo do trabalho têm sido implementadas em parceria com instituições de ensino técnico, setor produtivo e serviços de assistência social e saúde, assegurando que as especificidades dos estudantes sejam respeitadas. Essas iniciativas promovem não apenas a formação profissional, mas também a autonomia e o protagonismo das pessoas com deficiência, reforçando o princípio da dignidade humana e o direito à igualdade de oportunidades.

Adicionalmente, programas voltados ao atendimento de estudantes em contextos de vulnerabilidade social, como os que cumprem medidas socioeducativas ou estão em situação de privação de liberdade, são desenvolvidos em articulação com a Secretaria de Segurança Pública e outros órgãos. Esses programas incluem ações

de escolarização e cursos de qualificação profissional, que visam à ressocialização e à garantia do direito à educação.

Portanto, o papel do Estado na construção de uma política educacional inclusiva, justa e integrada, tem que ser articulada com base na cooperação entre os setores, a fim de garantir o direito à educação de qualidade para todos.

Meta 13 – Matrícula na Educação Superior

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Do ponto de vista da educação superior, a meta visa alcançar três objetivos: elevar a taxa bruta de matrícula para 50% da população de 18 a 24 anos; elevar a taxa líquida para 33% dessa faixa etária e que essa expansão se dê ao menos 40% no segmento público. Os dados do 5º Relatório de Monitoramento e Avaliação do Inep (2024) indicam que o país alcançou 40,5% da taxa bruta de matrícula no último ano da série histórica. As regiões do país apresentaram os seguintes resultados: Norte (34,4%), Nordeste (32,0%), Sudeste (44,4%), Sul (47,7) e Centro Oeste (47,1).

Pelos resultados, percebe-se que a região Sul e a região Centro Oeste foram as que mais se aproximaram do alcance da meta de elevar a taxa bruta de matrículas na educação superior. “A taxa bruta de matrícula na graduação (TBM) é calculada pela razão entre o total de pessoas que frequentam cursos superiores de graduação (de todas as idades) e o total da população de 18 a 24 anos – faixa etária considerada como referência para a Meta 12 do PNE” (Inep, 2014, p.270).

Esses dados sinalizam que há no país, em especial, no Nordeste e no Norte um grande quantitativo de jovens de 18 a 24 anos que não ingressaram na educação superior. As outras regiões (Sul, Centro Oeste e Sudeste) estão com melhores

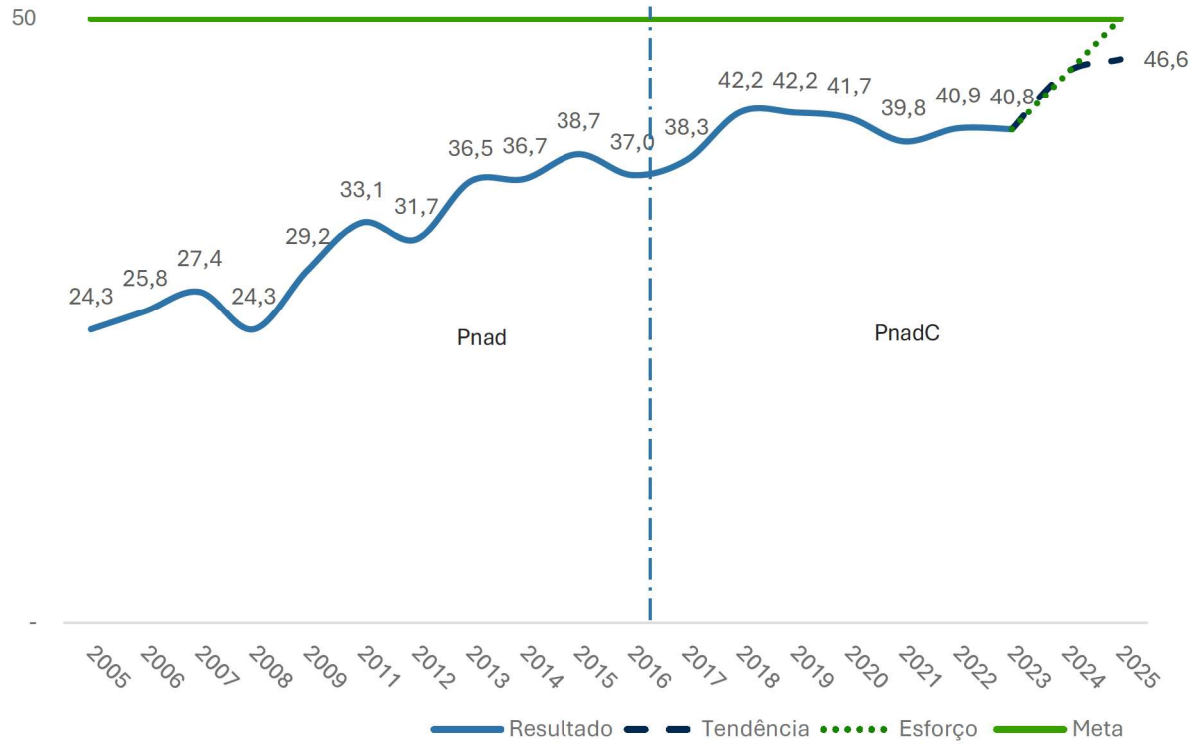
índices, mesmo assim não conseguiram garantir o acesso à educação superior a 50% da sua população de jovens.

No Centro Oeste, o Distrito Federal apresenta o melhor resultado com 65,2%, ultrapassando a meta de 50%, seguido de Mato Grosso do Sul (49,1%), depois Mato Grosso (41,2%) e, por último Goiás (40,8%). O resultado alcançado por Goiás aproxima-o da média nacional, em torno de 9 p.p. abaixo da meta estipulada.

Os dados expressam as desigualdades educacionais existentes entre as regiões e intraregiões do país. Dados desagregados também demonstram a persistência das desigualdades no acesso à educação superior em relação ao local de moradia (zona urbana e rural), bem como entre as pessoas brancas e negras.

Em relação ao gráfico 23, verifica-se, ao longo do período de 2005 a 2023, que no Estado de Goiás o crescimento da TB apresentou certo crescimento, porém com oscilações. Os anos de 2018 e 2019 foram os de maior crescimento, alcançando 42,2%, diminuindo com a pandemia, e, desde 2022, observa-se um movimento de crescimento da taxa bruta, mas de forma muito lenta.

Gráfico 23 - Taxa (%) bruta de matrículas na graduação para a população de 18 a 24 anos - Goiás - 2004 a 2025



Fonte: Pnad 2005-2015; PnadC Anual 2016-2019 e 2023; PnadC Trimestral 2020-2022/IBGE .

Dados demonstram a necessidade, de políticas públicas tanto por parte da União quanto do Estado e dos municípios para assegurar o acesso da população de 18 a 24 anos no ensino superior.

Em relação a taxa líquida, segundo o Relatório do Inep (2024, p. 278), essa é "constituída pela soma de dois componentes: i) o percentual da população de 18 a 24 anos que frequenta cursos de graduação; e ii) o percentual da população de 18 a 24 anos que não frequenta, mas já concluiu algum curso de graduação".

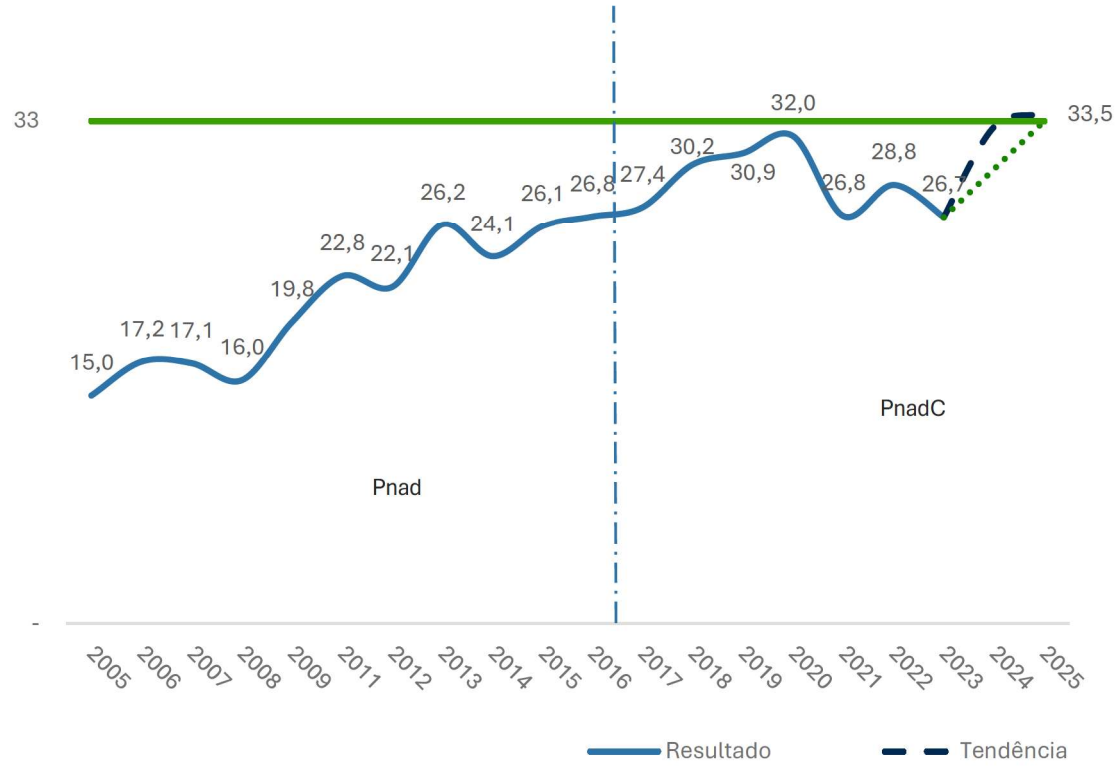
Os dados do Relatório do Inep (2024) sinalizam que no Brasil, em 2023, a TLE voltou a subir, após certa estagnação observada entre 2019 e 2022, em especial, durante a pandemia da Covid -19. Contudo, avalia que apesar desse crescimento, a TLE ainda se encontra longe de atingir a meta de 33%. Haja vista que o acesso da população de 18 a 24 anos à educação superior alcançou apenas 25,9% no país, em 2023.

Ressalta-se ainda que apesar do crescimento observado na TBM e na TLE, no Brasil, a maioria das matrículas atualmente encontra-se na rede privada de ensino e na modalidade EaD, especialmente, nos cursos de licenciatura. "A expansão das matrículas foi, em grande medida, concentrada na modalidade EaD do segmento privado lucrativo e, em menor medida, nos cursos presenciais das IES federais" (INEP, 2024, p. 292).

As regiões do país apresentaram o seguinte desempenho para TLE: Centro Oeste (30,4%), seguida do Sul (29,7%), depois Sudeste (28,5%), Norte (21,7%) e Nordeste (20,5%).

Na região Centro Oeste, verifica-se o Distrito Federal com 44,3%, ultrapassando a meta de 33,0%. Mato Grosso do Sul alcança a meta com 33,7%. Na sequência, nota-se os Estados dessa região que ainda estão abaixo da meta, sendo: Goiás com 26,7% e Mato Grosso com 22,3%.

Gráfico 24 - Taxa (%) líquida de matrículas na graduação para a população de 18 a 24 anos - Goiás - 2005 a 2025



Fonte: Pnad 2005-2015; PnadC Anual 2016-2019 e 2023; PnadC Trimestral 2020-2022/IBGE .

De acordo com o gráfico 24, verifica-se também um crescimento, mas com oscilações, desde 2005 até 2023. Em 2020, a taxa líquida alcançou os melhores resultados com 32,0% de jovens de 18 a 24 anos matriculados em cursos de graduação ou que concluíram a educação superior, chegando muito perto do alcance da meta de 33,0%. Contudo, em 2021, a taxa volta a diminuir, retrocedendo ao patamar de 2016 de 26,8% e, desde, então, apresenta certo crescimento, mas com oscilações.

Diante disso, percebe-se que a meta da TL dificilmente será alcançada em 2025, pois será necessário um grande esforço do Estado, da União e dos munícipios para garantir o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos dessa população.

Em relação ao terceiro indicador que visa assegurar a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. De acordo com o 5º Relatório do Inep (2024, p. 285), “a participação do segmento público na expansão total de matrículas oscilou ao longo da série histórica, apresentando tendência geral de queda, sempre em patamares bastante

inferiores à meta de 40% estabelecida pelo PNE.” Assim, avalia-se que “no total da série histórica, de 2012 a 2022, essa participação respondeu por apenas 7,4% do total de matrículas, ficando muito distante de atingir a meta de 40% do PNE”. Em sua análise, verifica ainda que enquanto o segmento público apresenta queda, o segmento privado diferentemente “respondeu por 92,6% do crescimento do sistema. Nota-se, ainda, que as matrículas no segmento público pararam de crescer após 2019” (Inep, 2024, p. 286).

Nessa direção, o Relatório aponta que o aumento de matrículas no setor privado concentrou-se na modalidade EaD e em entidades privadas com fins lucrativos.

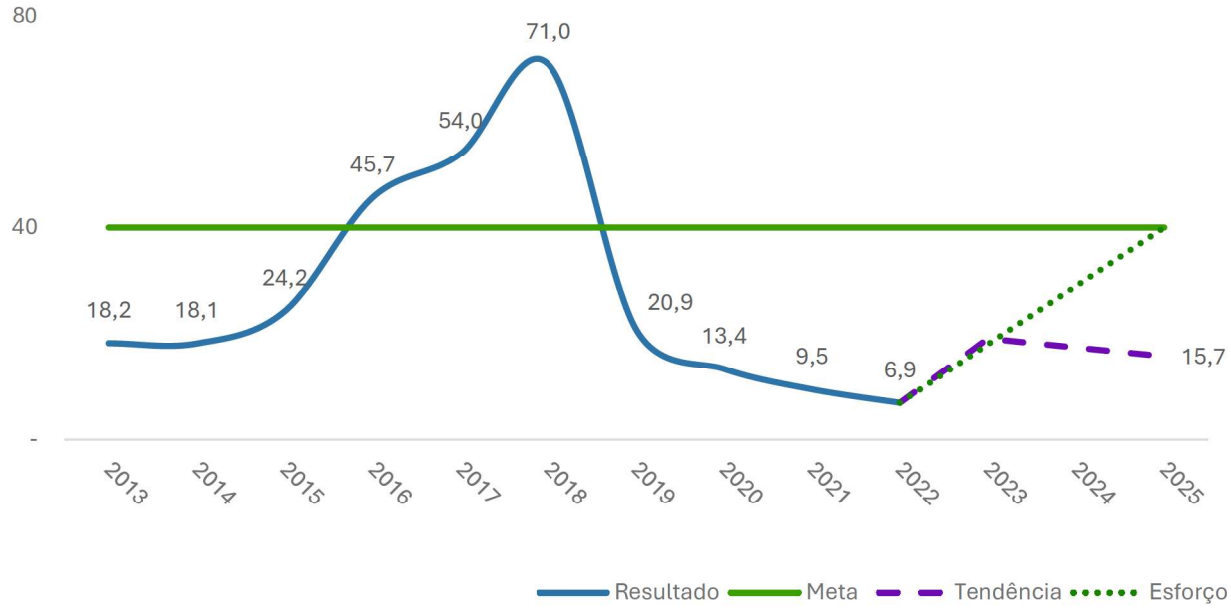
> No segmento privado, a expansão concentrou-se na EaD. Entre as IES privadas sem fins lucrativos, ocorreu a redução de mais de 1 milhão de matrículas presenciais e o aumento de 149,2 mil matrículas na modalidade EaD. Já entre aquelas com fins lucrativos, houve o aumento de apenas 11 mil matrículas presenciais e de cerca de 3,07 milhões de matrículas na modalidade EaD. Em suma, a expansão da modalidade EaD nas IES privadas com fins lucrativos representou 127,5% da expansão total do sistema. (Inep, 2024, p. 289).

Assim, tem-se os seguintes dados, o segmento público alcançou, em 2023, apenas 7,5% de crescimento da taxa de matrícula no país. A região norte apresentou resultado negativo – 9,4%, bem como a região Sul com -13,0%. As demais regiões apresentaram resultados positivos, porém muito baixos, sendo: Nordeste (8,0%), Sudeste (20,7%) e Centro Oeste (21,5%).

A região Centro Oeste apresentou o melhor resultado, em 2023, com destaque para o Distrito Federal com 38,3%, seguido por Mato Grosso (26,0%), depois Mato Grosso do Sul (23,5%) e, por último, Goiás com o percentual de 7,7%. Além de ser o mais baixo da região Centro Oeste, esse percentual de Goiás é mais baixo do que o apresentado pela região nordeste.

O Gráfico 25 demonstra a queda da participação do segmento público em Goiás na oferta de matrículas a partir de 2018 em que se alcançou o melhor índice (71,0%). Contudo, verifica-se que a partir de 2019 uma forte tendência de queda, alcançando o pior resultado, em 2022, com 6,9%.

Gráfico 25 - Participação (%) da rede pública na expansão do ensino superior-Goiás 2013-2025



Fonte: Censo da Educação Superior/Inep.

Esse resultado demonstra que a diminuição da taxa de matrículas no segmento público está diretamente relacionada com o período de cortes orçamentários e de ausência de investimento na educação superior pública do país, ao mesmo tempo em que se assiste ao aumento da oferta de matrículas no segmento privado, especialmente, com fins lucrativos e na modalidade EaD, sinalizando que, a partir de 2019, as políticas públicas para a educação superior apresentaram forte caráter privatista, em detrimento do segmento público.

Dados que indicam a urgência de se implantar uma política nacional de monitoramento, avaliação e regulação do segmento privado, particularmente, na modalidade em EaD, para que se possa regular a oferta de matrículas, a quantidade de aluno por professor em cada turma, taxa de entrada, evasão e concluintes dos cursos, a formação e as condições de trabalho, salário, plano de carreira dos profissionais da educação e verificar a qualidade do ensino ofertado.

Em síntese, pode-se avaliar que a Meta 13 e seus 03 indicadores não será alcançada em Goiás até a vigência do Plano Estadual de Educação, maio de 2025.

Meta 14 – Qualidade da Educação Superior

Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

A meta 14 tem como objetivo elevar a qualidade da educação superior, para tanto, busca verificar o percentual de docentes da educação superior com mestrado ou doutorado e o percentual de docentes da educação superior com doutorado.

Essa meta apresenta 02 indicadores, sendo:

Indicador 14A: Títulos de mestrado concedidos por ano no País.

Indicador 14B: Títulos de doutorado concedidos por ano no País

Em relação ao indicador 14A, pode-se afirmar que no país, essa meta foi alcançada, em 2015, em todas as regiões. De acordo com o Relatório (Inep, 2024, p. 301), o percentual de docentes com mestrado na educação superior brasileira "chegou a 84,6% em 2022, enquanto o percentual de docentes com doutorado alcançou 52,1% nesse último ano da série histórica", ou seja, sinalizando que essa meta foi alcançada.

Contudo, a análise demonstra que as desigualdades regionais e intrarregionais persistem, por exemplo, Rondônia na regão norte não alcançou a meta de 75% e nem a meta de 50% do total de doutores, apesar do Norte ter registrado 79,1% para o indicador 14 A e 52,1% para o 14B.

O melhor resultado em relação ao indicador 14A foi alcançado pela região Sul (87,2%), seguido do Sudeste (85,8%), depois Nordeste (84,5%), Centro Oeste (80,2%) e Norte (79,1%).

Na região Centro Oeste, o melhor desempenho foi alcançado pelo Distrito Federal com 87,2%, seguido por Mato Grosso do Sul com 86,1%, depois Goiás (79,1%) e Mato Grosso (70,1%).

No estado de Goiás, conforme gráfico 26 a meta foi alcançada em 2018, com o percentual de 75,8%. Atualmente, o Estado conta com algo em torno de 80% do

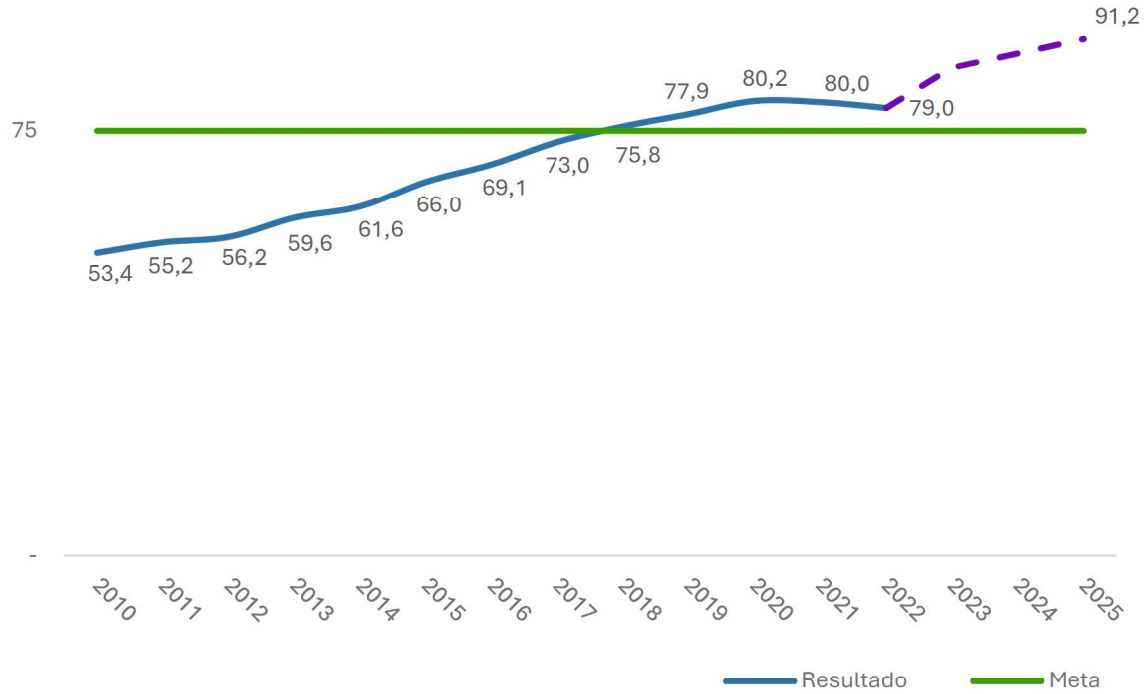
corpo de docentes das Instituições de Educação Superior com mestrado ou doutorado.

Entretanto, verifica-se uma tendência de queda do número de mestre e doutores no ensino superior no Estado, a partir de 2021, alcançando 80,0%, e, em 2022, alcançou 79,0%.

A diminuição deste percentual de mestres e doutores na educação superior do Estado que se assiste, desde 2021, deve ser mais bem avaliada para se entender os fatores que estão gerando tal fato e mediante essas informações fomentar políticas de incentivo a qualificação do quadro docente das instituições de ensino superior em Goiás, visto que a formação inicial e continuada é fundamental para se assegurar a qualidade da educação superior.

De acordo com o Relatório do Inep, se considerarmos a categoria administrativa, ou seja, instituições de ensino superior públicas, privadas, com fins e sem fins lucrativos, municipais, e estaduais, pode-se observar grandes desigualdades entre elas. Nesse sentido, as Instituições de Ensino Superior (IES) municipal ou especial, apesar de públicas, possuem um perfil de qualificação docente bem similar ao observado nas IES privadas com fins lucrativos. Ao longo da série histórica (2012-2022), esses dois grupos de IES apresentaram os níveis mais baixos para o percentual de docentes com mestrado e/ou doutorado (2024, p. 304).

Gráfico 26 - Proporção de docentes na educação superior com mestrado ou doutorado - Goiás - 2010 a 2025



Fonte: Censo da Educação Superior/Inep.

Em relação ao percentual de docentes com doutorado, referente ao indicador 14B, o país alcançou 52,1% nesse último ano da série histórica. Isto é, em 2022, "último dado disponível, o número de títulos de mestrado concedidos no País foi de 59.374 e o de doutorado, 22.993 títulos" (INEP, 2024, p.334).

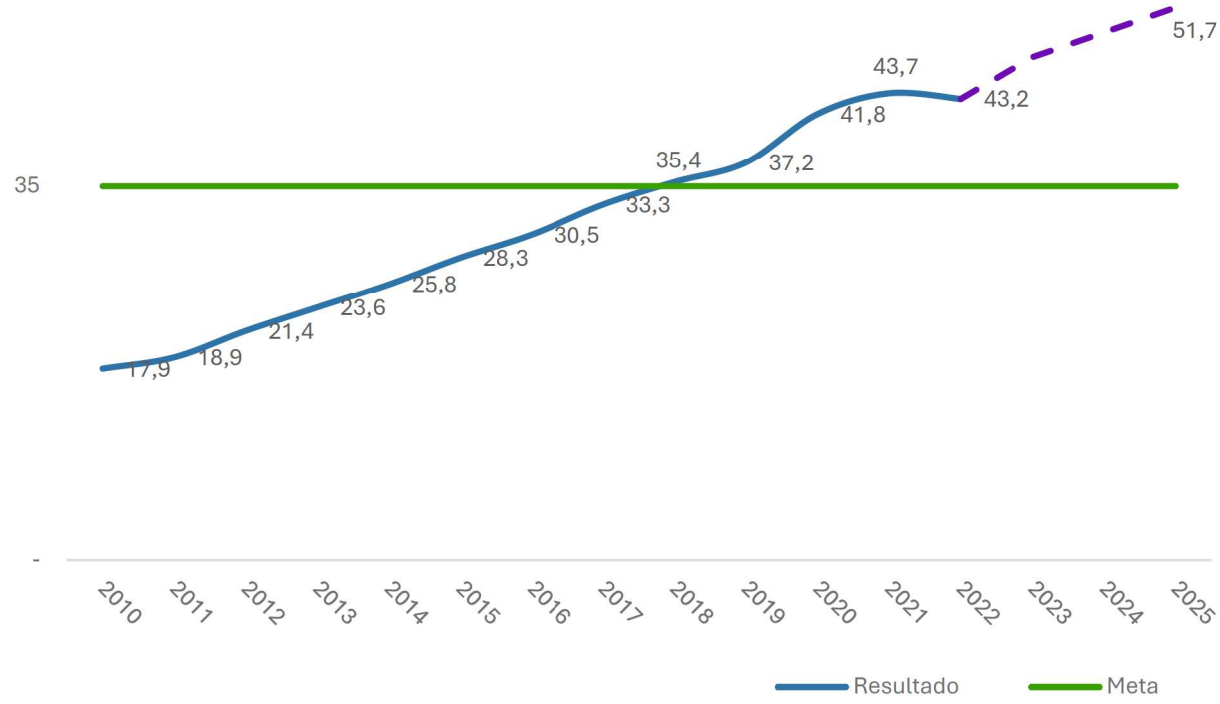
Para o Inep, as IES federais e as IES estaduais apresentaram os percentuais mais elevados de docentes em exercício na educação superior com título de doutorado, diferentemente das municipais e das privadas com fins lucrativos que apresentaram os piores índices.

O relatório do Inep traz uma informação sobre escolaridade e regime de trabalho dos docentes, apontando como o fator condições de trabalho tem correlação direta com a qualificação docente. Assim, observou-se que

> os docentes contratados em regime integral com dedicação exclusiva possuem percentuais bem mais elevados em ambos os indicadores de titulação docente (13A e 13B), registrando crescimento, entre 2012 e 2022, de 93,5% para 97,0% (3,5 p.p.) no percentual de docentes com mestrado e/ou doutorado, e de 68,1% até 82,4% (14,3 p.p.) no percentual de docentes com doutorado (Inep, 2024, p. 308).

Conforme ilustra o gráfico 27, pode-se perceber que, em 2022, o Estado de Goiás alcançou 43,2% de docentes com doutorado no ensino superior, ultrapassando a meta de 33,0%. Contudo, pode-se perceber um leve recuo, em 2022, pois, em 2021, o total era 43,7%.

Gráfico 27 - Proporção de docentes na educação superior com doutorado - Goiás - 2010 a 2025



Fonte: Censo da Educação Superior/Inep.

Esse fato demonstra que é necessário a manutenção de políticas que fomentem e incentivem a qualificação do quadro docente do ensino superior do Estado, uma vez que se objetiva garantir a oferta de um ensino de qualidade.

META 15 – SISTEMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Consolidar a implantação do Sistema Estadual de Educação Superior de Goiás.

O Plano Estadual de Educação de Goiás busca promover a melhoria da qualidade do ensino e da gestão educacional em todas as suas esferas. A Meta 15 visa consolidar a implantação do Sistema Estadual de Educação Superior do Estado de Goiás. O sistema educativo de ensino superior estadual conta com a Universidade Estadual de Goiás (UEG) e as escolas de governo e as Faculdades Municipais que atende a qualificação dos servidores do estado.

Vale destacar que a Lei Complementar n.º 26, de 28 de dezembro de 1998 estabelece as diretrizes do Sistema Estadual de Educação. No Art. 1º a presente lei disciplina a organização da educação escolar que se desenvolve no sistema educativo estadual, predominantemente através do ensino, devendo vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. Conforme o Parágrafo único, Art. 7º, o Sistema Estadual de Educação Superior compreende as instituições de educação superior mantidas pelo Estado e pelos Municípios.

Assim, no estado de Goiás, as Escolas de Governo atuam como instituições de ensino superior, oferecendo cursos de graduação, pós-graduação e capacitação para servidores públicos e comunidade, são elas: Escola de Governo de Goiás, vinculada à Secretaria de Estado da Administração (SEAD); Escola de Governo de Valparaíso de Goiás, ligada à Secretaria Municipal de Administração e Escolas do Futuro do Estado de Goiás (EFGs), parceria entre o Governo do Estado, a Universidade federal de Goiás (UFG) e a Fundação de Apoio à Pesquisa (Funape).

Com relação às instituições municipais de ensino superior destacam-se o Centro Universitário de Mineiros (UniFIMES) localizado em Mineiro; em Anicuns, a Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns (FECHA); Universidade de Rio Verde (UniRV) e o Centro Universitário de Goiatuba (UniCerrado).

Nesse sentido, a UEG, as Faculdades Municipais e as Escolas de Governo têm buscado manter um vínculo proativo com o Secretária Estadual de Ciências e Tecnologia (SECTEC) e o Conselho Estadual de Educação de Goiás (CEE). Essa colaboração se reflete em ações conjuntas que visam promover a inovação no ensino, incentivando a pesquisa e a formação de professores. O alinhamento de políticas educacionais entre esses atores é essencial para desenvolver programas que atendam às necessidades da sociedade goiana.

Com referência a UEG, no ano de 2024, ela foi recredenciada por 10 anos, com excelente avaliação do CEE. Essa integração, respeitando a autonomia universitária, é possível com a existência da Lei Nº 18.971, de 23 de julho 2015, que dispõe sobre a autonomia da UEG e o Estatuto da Universidade promulgado pelo Decreto n. 10.603, de 16 de dezembro de 2024.

A Lei de Autonomia da UEG assegura maior liberdade de ação à instituição, permitindo a formulação de políticas educacionais mais adequadas às suas particularidades. O estatuto institucional, ao valorizar o Conselho Universitário (CsU), propõe melhores práticas de gestão que fomentem a participação da comunidade acadêmica nos processos decisórios. Essa valorização é crucial para a transparência e a eficiência administrativa da universidade. O CsU da UEG reuniu-se ordinariamente uma vez por mês, em data agendada previamente a amplamente divulgada a comunidade, suas sessões são exibidas ao vivo pelo canal da UEG e todas as reuniões estão disponíveis para a comunidade.

Nesse contexto, a UEG oferece uma ampla variedade de cursos de graduação distribuídos em campus diferentes e unidades universitárias localizadas em diversas cidades do estado, atendendo às demandas regionais e promovendo o acesso ao ensino superior.

Entre os cursos ofertados, destacam-se as engenharias, como Engenharia Agrícola, Civil, Ambiental e Sanitária, da Computação, de Materiais, Elétrica, Florestal e Mecânica. Na área da saúde, a universidade disponibiliza cursos como Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Enfermagem, Odontologia e Nutrição. No campo do Direito e das Ciências Sociais, são oferecidos os cursos de Direito, Ciências Contábeis, Administração e Ciências Econômicas. Já nas Humanidades, os estudantes podem optar por História, Letras, Pedagogia e Geografia. A UEG também contempla formações em Artes e Comunicação, como Cinema e Audiovisual, Estética e Cosmética, Design de Moda e Audiovisual. No eixo tecnológico, destacam-se os cursos de Sistemas de Informação, Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Tecnologia em Agronegócio. Além disso, a instituição oferece formações em Ciências Biológicas, Licenciaturas em Física e Química, Matemática, Educação Física e Zootecnia, demonstrando seu compromisso com a diversidade acadêmica e a formação de profissionais capacitados para atuar em diferentes setores da sociedade.

Considerando a oferta do número de matrícula dos alunos nos cursos da Universidade Estadual de Goiás, a Tabela 15 apresenta um comparativo do total de alunos matriculados nas modalidades presencial e não presencial entre os anos de 2021 e 2024.

***Tabela 15** – Total de alunos matriculados presencial e não presencial – 2021 a 2024 na UEG*

Ano	Matrícula presencial	Matrícula não presencial	Total
2021	9.952	2.948	12.900
2022	9.226	1.563	10.789
2023	9.185	744	9.929
2024	9.774	1.009	10.783

Fonte: Universidade Estadual de Goiás (UEG, 2025).

Entre 2021 e 2024, a UEG manteve uma predominância expressiva de alunos na modalidade presencial, com um número de matrículas superior ao da modalidade não presencial. Houve uma tendência de queda no total de alunos matriculados entre 2021 e 2023, seguida por uma recuperação em 2024, impulsionada principalmente pelo aumento nas matrículas presenciais, enquanto a modalidade não presencial representou uma parcela significativamente menor.

Conforme mostra a Tabela 16, os dados percentuais das matrículas presenciais na Universidade Estadual de Goiás (UEG) entre 2021 e 2024, divididas entre as faixas etárias de 18 a 34 anos e 35 anos ou mais, reforça a predominância significativa dos alunos mais jovens no corpo discente presencial. Em todos os anos analisados, a faixa etária de 18 a 34 anos representou a maior parcela das matrículas, com percentuais variando entre 82,07% e 88,80%.

***Tabela 16** – matrícula de alunos por faixa etária de 18 a 34 anos e mais de 35 anos no período de 2012 a 2024 na UEG*

Ano	Matrícula de 18 a 34 anos	Matrícula de 35 a mais
2021	12.945	1.625
2022	11.768	2.559
2023	10.701	1.917
2024	10.636	2.030

Fonte: Universidade Estadual de Goiás (UEG, 2025)

As matrículas da UEG entre 2021 e 2024 revela que a maioria dos alunos se concentra nas faixas etárias de 18 a 20 e 21 a 24 anos, indicando que a universidade é procurada por jovens adultos. As faixas etárias mais elevadas apresentam um número progressivamente menor de matrículas, embora ainda representem um contingente de alunos.

Ao longo dos anos, os padrões gerais de matrícula por idade se mantêm relativamente estáveis, com flutuações pontuais. As projeções até 2024 sugerem a continuidade dessa tendência, com a UEG desempenhando um papel central na formação dos mais jovens, mas também acolhendo estudantes em diferentes fases da vida.

De acordo com a Tabela 17, a valorização da formação acadêmica dos docentes da UEG é evidenciada pela atual composição do seu corpo docente. Os doutores representam a maioria, somando 529 profissionais e mestres 448 profissionais,

***Tabela 17** – Formação dos docentes da Universidade Estadual de Goiás (UEG)*

Titulação	Nº de docentes
Ensino Superior	82
Especialista	206
Mestre	448
Doutor	523
Pós-doutor	203

Fonte: Universidade Estadual de Goiás (UEG, 2025)

Destaca-se ainda a presença significativa de 203 pós-doutores, o que reforça o compromisso institucional com a excelência acadêmica e com a produção científica de alto nível. A quantidade menor de especialistas (206) e de docentes com apenas graduação (82, profissionais de apoio) evidencia o contínuo investimento da Universidade na qualificação dos docentes.

Uma das propostas para a Meta 15 é a revisão do plano de cargos e salários desses professores da UEG, com o intuito de proporcionar maior dinamismo na carreira docente. Tal revisão foi efetuada pela Lei Nº 22.816, de 28 de junho de 2024, essa contempla não só a adequação salarial, mas também a valorização das competências e habilidades dos professores, garantindo que as melhores práticas de reconhecimento profissional sejam implementadas.

A UEG tem promovido boas práticas de avaliação institucional, que visam não apenas a verificação de resultados, mas o aprendizado contínuo da instituição. Essas avaliações auxiliam na identificação de áreas que necessitam de melhorias e na elaboração de estratégias que otimizem a gestão acadêmica e administrativa, contribuindo para a eficácia do ensino superior no Estado.

Os recursos destinados ao Fundo de Apoio à pesquisa do estado de Goiás são fundamentais para promover a pesquisa e o desenvolvimento científico em Goiás. A UEG utiliza esses recursos para implementar projetos que visam a formação de jovens pesquisadores, consolidação de grupos de pesquisa, participação em eventos nacionais e internacionais.

A Universidade Estadual de Goiás (UEG) tem intensificado suas ações de internacionalização por meio da celebração de acordos e convênios com instituições de ensino superior (IES) nacionais e internacionais, ampliando significativamente o alcance de suas atividades acadêmicas. Esse processo tem fortalecido o intercâmbio de estudantes, professores e pesquisadores, enriquecendo a formação acadêmica e promovendo o compartilhamento de saberes em diferentes contextos culturais.

No âmbito nacional, destaca-se a parceria com a Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM) e com a Rede Goiana de Educação Internacional, que integra diversas IES do estado.

No cenário internacional, a UEG mantém acordos com instituições da América do Sul, como a Universidad Nacional de Entre Ríos, Universidad Nacional del Sur e Universidad Nacional de Río Negro (Argentina), Corporación Universitaria Americana (Colômbia) e a Facultad Latinoamericana de Ciências Sociales (FLACSO - Chile); da América do Norte, como a EBSCO Publishing (EUA); da Europa, com universidades de Portugal (como Coimbra, Lisboa, Porto e Algarve), Bélgica, Holanda, Itália, França e Espanha; e da África, por meio da cooperação com a Universidade Eduardo Mondlane, em Moçambique.

Essas parcerias representam um passo importante para a consolidação da UEG como instituição de ensino superior comprometida com a qualidade acadêmica, a inovação e a inserção global.

Um fato notável é que o orçamento da UEG dobrou nos últimos três anos, refletindo o compromisso do Estado com a educação e a valorização da instituição.

Essa ampliação de recursos é essencial para atender à demanda crescente por melhores infraestrutura, capacitação de docentes e aprimoramento das condições de aprendizagem.

A UEG tem cultivado uma cultura institucional de boas práticas de gestão, baseada em transparência, eficiência, e participação da comunidade acadêmica. Iniciativas voltadas para a gestão democrática e a valorização dos servidores têm sido implementadas, contribuindo para um ambiente colaborativo e inovador dentro da universidade.

A UEG tem feito gradativamente ações de descentralização da gestão orçamentária, transferindo paulatinamente a gestão dos recursos para os oito campuses universitários. O que é possível com Lei n.º 21.198, de 10 de dezembro de 2021 que convalida e revigora fundos rotativos no âmbito da Universidade Estadual de Goiás - UEG.

Como essa meta é qualitativa, sua implementação se fortalece com os dispositivos legais promulgados. As estratégias delineadas na Meta 15 do Plano Estadual de Educação são fundamentais para a consolidação da UEG como uma universidade de excelência. O fortalecimento de vínculos, a valorização do corpo docente, e a promoção de uma gestão acadêmica eficaz são passos decisivos para o crescimento e a efetividade das ações educacionais no estado de Goiás.

Meta 16 – Formação dos Profissionais da Educação

Garantir, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste Plano, política estadual de formação dos profissionais de educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

A meta 16 corresponde a Meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE), a qual tem como objetivo basilar a implantação da Política Nacional de Formação de Professores, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal

e os municípios. para tanto visa assegurar que todos os professores da educação básica possuam formação específica em nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Nessa direção, para análise desta meta do PEEGO foi estabelecido os seguintes indicadores:

Indicador 16A – Proporção de docências da educação infantil com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.

Indicador 16B – Proporção de docências do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.

Indicador 16C – Proporção de docências do ensino médio com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.

Em relação aos indicadores, no Brasil, o 5º Relatório do Inep (2024), referente ao ano de 2023, apresenta os seguintes percentuais de docências com professores cuja formação superior está adequada às áreas de conhecimento que lecionam, sendo: 63,3% (educação infantil), 74,9% (anos iniciais do ensino fundamental), 60,4% (anos finais do ensino fundamental) e 68,2% (ensino médio) (p. 340). Os dados demonstram ainda que as maiores evoluções no período (2013 a 2023) se deu na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, ou seja, docentes formados em pedagogia. A formação superior em áreas específicas do conhecimento, apesar do aumento observado, apresenta ritmo inferior. Cabe destacar ainda que apesar do aumento nos indicadores dessa meta, verifica-se desigualdades regionais e estaduais no ritmo de evolução dos dados. Seja como for, nenhuma região e estado alcançou essa meta e seus indicadores.

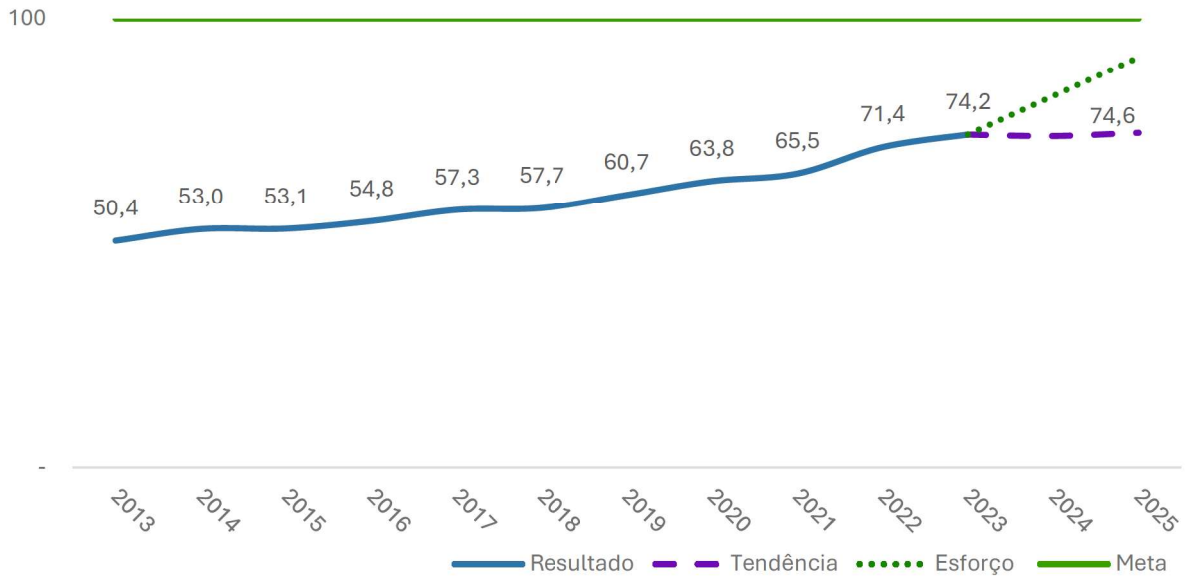
A educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental apresentaram os maiores avanços na região nordeste e norte, alcançando uma variação de 30,1 p.p e 27,3 p.p e 28,0 p.p e 25,0 p.p, respectivamente, ao longo do período analisado (2013 – 2023) a região Centro Oeste apresentou a menor evolução 16,8 p.p na educação infantil e 15,5 p.p, nos anos iniciais do ensino fundamental.

Na região Centro Oeste verifica-se que Goiás apresentou a maior variação tanto em relação a educação infantil quanto aos anos iniciais, sendo 23,8 p.p e 19,5 p.p, respectivamente. Os menores índices de evolução foram observados em Mato

Grosso do Sul 9,4 p.p na educação infantil e em Mato Grosso nos anos iniciais do ensino fundamental 9,3 p.p.

Essa evolução em Goiás pode ser verificada no Gráfico 28 que demonstra uma linha ascendente desde 2013 até 2023, apresentando uma variação de 24,2 p.p. entretanto não alcançamos a meta de 100% prevista.

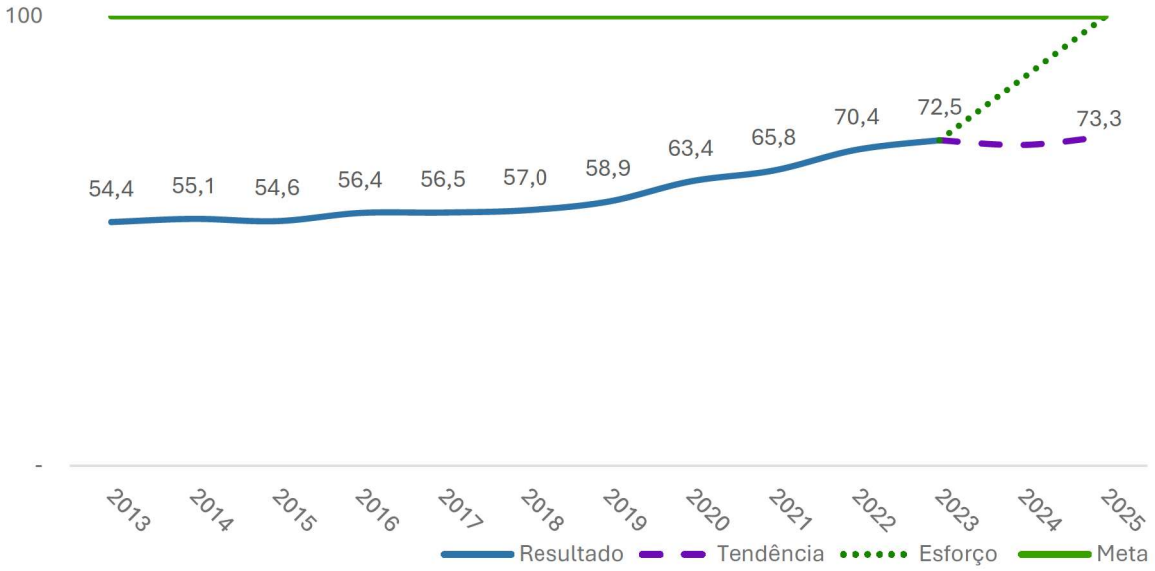
Gráfico 28 - Percentual de professores com formação adequada à disciplina que lecionam - Educação Infantil - Goiás - 2013 a 2025



Fonte: Indicadores Educacionais/Inep.

Em relação ao ensino fundamental, o Gráfico 29 refere-se tanto aos anos iniciais como aos anos finais do ensino fundamental, demonstrando uma evolução, mas em ritmo mais lento, provavelmente puxado pelos dados dos anos finais. Visto que pelos resultados do 5º Relatório do Inep, Goiás apresentou 82,4% de docentes com atuação compatível com a formação em área de conhecimento nos anos iniciais.

Gráfico 29 - Percentual de professores com formação adequada à disciplina que lecionam - Ensino Fundamental - Goiás - 2013 a 2025



Fonte: Indicadores Educacionais/Inep.

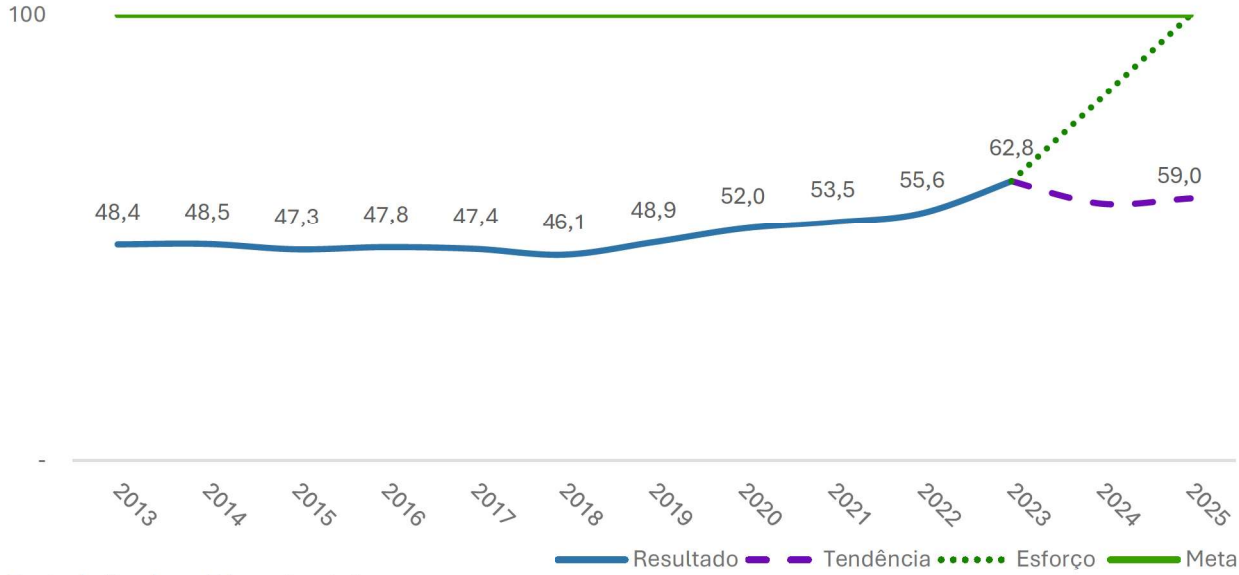
Pelos resultados do 5º Relatório do Inep, Goiás apresentou 82,4% de docentes com atuação compatível com a formação em área de conhecimento nos anos iniciais e um percentual menor para os anos finais, alcançando 58,9%.

Em relação aos anos finais, o melhor desempenho foi verificado na região Centro Oeste com 19,5 p.p, decorrente do aumento dessa formação no estado do Mato Grosso com uma variação de 32,9 p.p., seguido das regiões nordeste e norte, com uma variação de 16,4 p.p. e 12,6 p.p, respectivamente, no período de 2013 a 2023. Porém, Goiás apresentou uma variação menor de aumento, alcançando 15,2 p.p.

Em relação ao ensino médio, no país observa-se os resultados mais críticos e desiguais, apesar de não ter sido constatado uma diminuição nos índices, a região Sul 3,1 p.p e Norte 3,3 p.p pouco avançaram neste quesito entre formação e disciplina que leciona. O melhor desempenho no período analisado foi constatado na Região Centro Oeste com 20,2 p.p., seguido pelo Nordeste 16,7 p.p., entre 2013 e 2023.

O estado que se destacou em termos de melhor variação na região Centro Oeste foi Goiás com 19,5 p.p. Embora tenha ficado com a menor percentagem de aumento no ano de 2023, alcançando 62,8%, conforme gráfico 30.

Gráfico 30 - Percentual de professores com formação adequada à disciplina que lecionam - Ensino Médio - Goiás - 2013 a 2025



Fonte: Indicadores Educacionais/Inep.

A maior taxa de variação na região Centro Oeste ficou com o estado do Mato Grosso 35,2 p.p, mas o melhor desempenho, em 2023, foi o Distrito Federal com 86,3%.

Os dados sinalizam que houve em Goiás um aumento de docências ministradas por professores com formação superior adequada à área de conhecimento, porém o Estado está ainda distante de alcance desta meta, em todos os níveis da educação básica, em particular nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Resultados que sinalizam para a importância e necessária implementação de uma Política Estadual de Formação de Professores que possa assegurar efetivamente que cada professor, em qualquer e todo nível de ensino, desempenhe sua função docente de acordo com sua área de formação. Não se pode esquecer que a qualidade da educação básica está intimamente associada a esse item. Portanto, para o alcance da meta é fundamental um grande esforço do Estado em regime de cooperação com os municípios para que seja respeitado e acatado que todo professor em sala de aula tenha formação adequada e compatível com a disciplina que ministra ou com sua atuação.

Meta 17 - Formação Continuada e Pós-Graduação dos Profissionais da Educação Básica

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PEE, e garantir a todos os profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

A meta 17, corresponde a meta 16 do PNE (2014), trata da formação continuada, ou seja, dá continuidade a ações que visam valorizar e formar os professores, de forma adequada. Para o alcance da meta foi estabelecido dois indicadores: a) formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência do PNE; e b) garantir a formação continuada a todos os profissionais da educação básica, em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

De acordo com o 5º Relatório, no Brasil, "o percentual de professores da educação básica que em 2023 possuíam nível de formação de pós-graduação (lato sensu ou stricto sensu) era de 48,1%, correspondendo a um crescimento de 17,9 pontos percentuais (n.p..) desde o início da série histórica, em 2013" (2024, p. 358). Esse total demonstra que essa é uma meta próxima de ser atingida, embora seja necessário ainda um esforço de 1,9 p.p.

Em relação aos tipos de pós-graduação, em 2023, os dados demonstram que 43,7% dos docentes possuíam o nível de especialização, 3,3%, mestrado e 1,0%, doutorado. Além de sinalizar que 51,9% não possuem formação em cursos de pós-graduação.

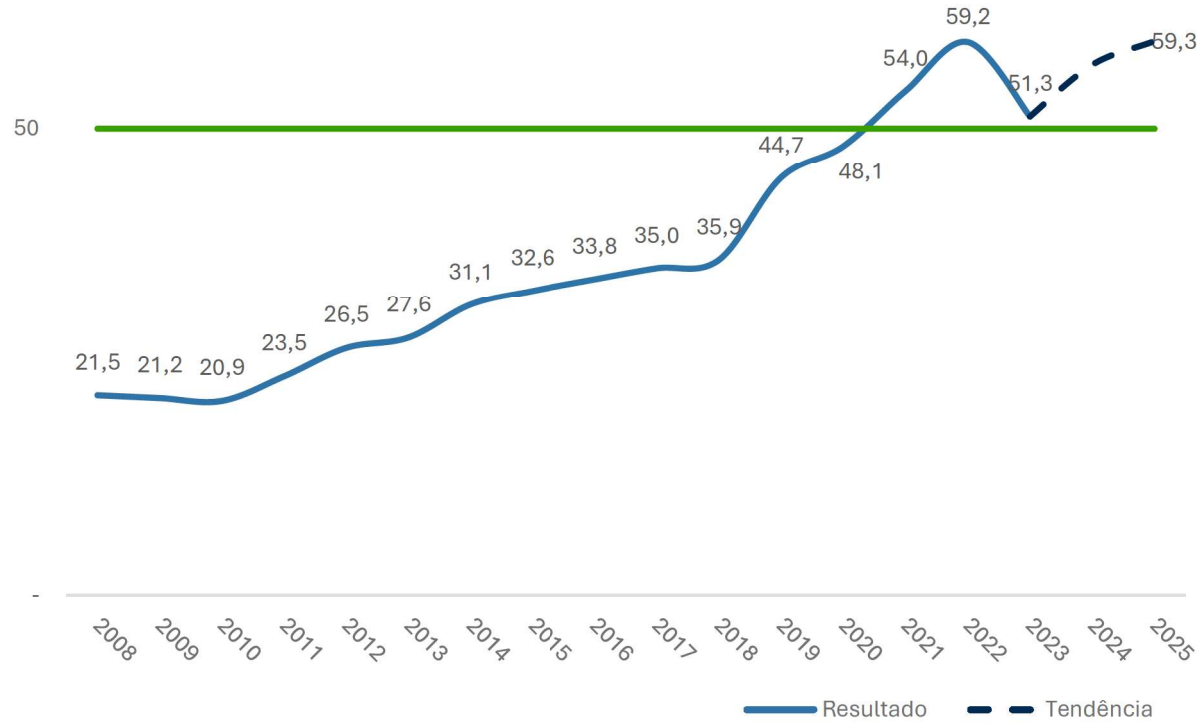
As regiões Norte (41,3%), Nordeste (46,9%) e Sudeste (41,7%) apresentaram valores inferiores à média nacional (48.1%) e as regiões Centro-Oeste (60,8%) e Sul (65,4%) obtiveram índices superiores à média do Brasil.

Quanto a região Centro- Oeste, Mato Grosso (67,2%) e Mato Grosso do Sul (65,6%) apresentaram os melhores desempenho, em 2023. Seguido de Goiás (59,6%)

e Distrito Federal (49,8%). Contudo, em relação a variação no período de 2013 a 2023, Goiás apresentou o melhor resultado com 32,0 p.p. na região.

O Gráfico 31 apresenta uma linha ascendente, o percentual de professores da educação básica com pós-graduação *latu sensu* ou *stricto sensu* em Goiás, tendo o melhor desempenho, em 2022 e 2023, alcançando 59,2% e 59,6%, respectivamente, ultrapassando a meta estipulada de 50%.

Gráfico 31 - Percentual de professores da educação básica com pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* - Goiás - 2008 a 2025



Fonte: Censo Escolar da Educação Básica/Inep.

Outro dado importante do 5º Relatório se refere à dependência administrativa das escolas, observa-se que as redes públicas apresentam percentuais maiores do que a rede privada durante o período de 2013 a 2023. “Na rede federal, em 2023, os professores pós-graduados representavam 93,2%; nas redes municipais, 54,9%; nas redes estaduais, 52,9%; e na rede privada, 29,0%” (2024, p. 363), no Brasil.

Em relação ao percentual de professores com curso de formação continuada, cabe esclarecer que o Inep considera apenas cursos com carga horária mínima de 80 horas e nas seguintes áreas: i) creche – 0 a 3 anos; ii) pré-escola – 4 e 5 anos; iii)

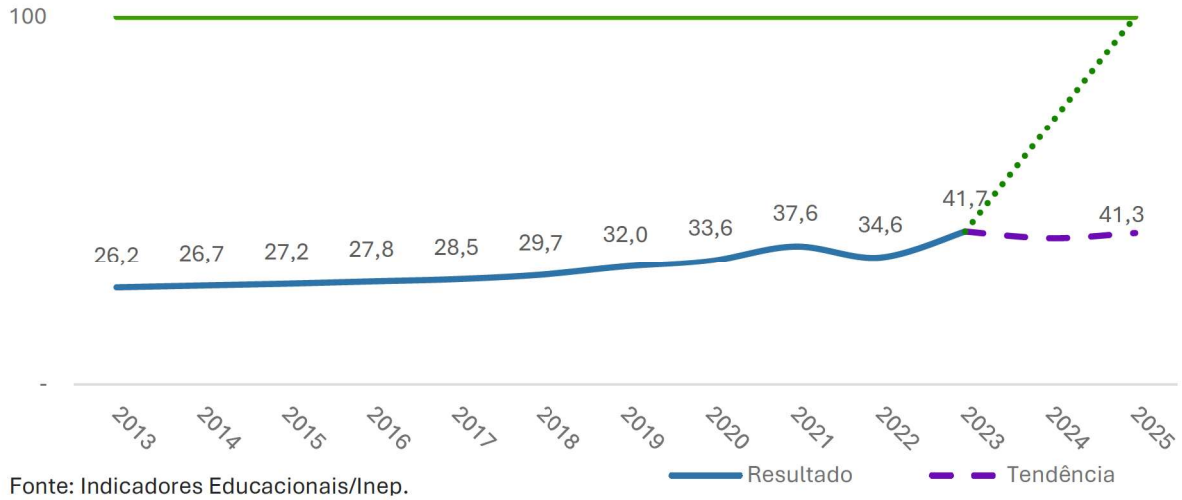
anos iniciais do ensino fundamental; iv) anos finais do ensino fundamental; v) ensino médio; vi) educação de jovens e adultos (EJA); vii) educação especial; viii) educação indígena; ix) educação do campo; x) educação ambiental; xi) educação em direitos humanos; xii) gênero e diversidade sexual; xiii) direitos da criança e do adolescente; xiv) educação para as relações étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira e africana; xv) gestão escolar; xvi) educação bilíngue de surdos; xvii) educação e tecnologia de informação e comunicação (TIC); e xviii) outras áreas. (Brasil. Inep, 2023, p. 69-70).

Assim, os dados demonstram que, desde 2013, no Brasil tem havido um crescimento de professores que cursam cursos de formação continuada, saindo de 30,6%, em 2013, e alcançando 41,7%, em 2023.

Do ponto de vista das regiões, o melhor desempenho, em 2023, foi verificado na região Sul (61,5%), seguido pela região Nordeste (47,2%), Centro Oeste (45,7%), Norte (43,8%) e, por último, Sudeste (29,4%).

O Gráfico 32 apresenta que em Goiás, em 2023, 41,7% dos professores possuíam cursos de formação continuada, ao mesmo tempo que sinaliza que 58,3% não apresentam nenhum curso de pós-graduação.

Gráfico 32 - Percentual de professores da educação básica com curso de formação continuada - Goiás - 2013 a 2025



Fonte: Indicadores Educacionais/Inep.

Apesar do aumento verificado, o estado ainda não conseguiu alcançar essa meta e seus dois indicadores, sendo necessário reforçar a necessária implantação da

Política de Formação de professores, de modo a contribuir para a devida formação a ser oferecida aos professores da educação básica, visto que a formação continuada contribui, de maneira significativa, na melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Meta 18 – Valorização dos Profissionais do Magistério da Educação Básica

Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas estadual e municipais e da rede privada de Educação Básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do último ano de vigência deste Plano.

A meta 18 corresponde a Meta 17 do PNE e em conjunto com as metas 16 e 17 visam assegurar a valorização dos professores, que envolve formação inicial e continuada, plano de carreira e remuneração, condições adequadas e saudáveis de trabalho e salários dignos e compatíveis com sua escolaridade. Nesse sentido, a meta 18 trata da remuneração desses profissionais e objetiva a equiparação dos rendimentos médios dos profissionais do magistério aos dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

O 5º Relatório (Inep, 2024) tem definido como Indicador dessa meta: Relação percentual entre o rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas da educação básica, com nível superior completo, e o rendimento bruto médio mensal dos demais profissionais assalariados, com nível superior completo.

Os dados apresentados no referido Relatório apresentam o movimento dessa meta no país ao longo do período analisado, de 2012 a 2023. Desta análise, pode-se destacar que apesar de observar um crescimento de 21,7 p.p., atingindo 86,9% ao final do período, ainda assim essa meta não foi alcançada. Além do que, em 2023, os dados demonstram que “a remuneração média dos profissionais do magistério ficou 13,1% menor que a dos demais profissionais com a mesma escolaridade” (Inep, 2024, p. 375).

Em análise das grandes regiões do país, verifica-se que, em 2023, a maior remuneração média dos profissionais do magistério ocorreu na região Centro-Oeste, em torno de 6 mil reais. As demais regiões, a remuneração média girou em tono de

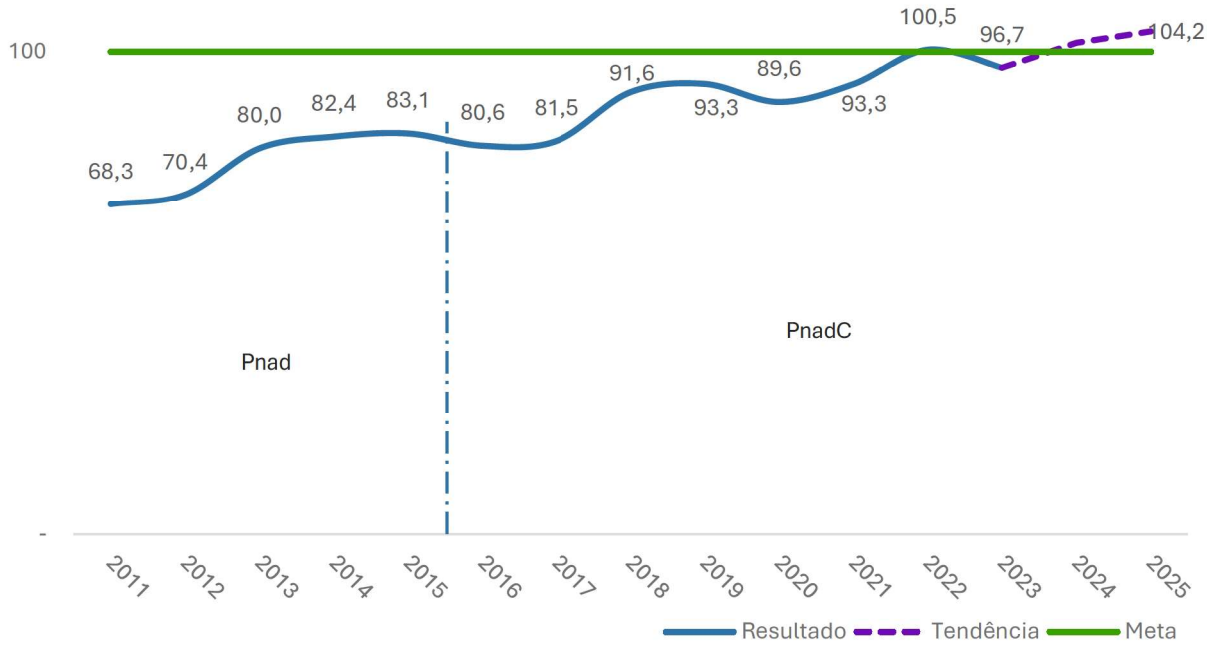
4,8 mil reais. Contudo, o crescimento real nesta região ficou estável e o crescimento real foi em torno de 0,1%. Diferentemente, na região Nordeste, onde contatou-se um crescimento real de 13,2%. A região Sudeste apresentou crescimento real de 4,4%, a região Sul de 3,6% e a região norte de 2,0%.

Os dados do Relatório do Inep (2024) sinalizam que houve um avanço na remuneração médio dos profissionais da educação em todas as regiões, porém esse avanço "se deve especialmente à retração na remuneração média dos demais profissionais, o que aconteceu em todas as regiões". (p. 378). Nessa direção, as maiores retrações ocorreram nas regiões Centro-Oeste (-26,6%), Nordeste (-25,0%) e Norte (-22,9%).

Na região Centro Oeste, somente o Distrito Federal a remuneração média dos profissionais do magistério não se equiparou à remuneração média dos demais profissionais. O melhor resultado foi observado no estado do Mato Grosso do Sul apresentando uma remuneração acima de 100%. O estado de Goiás, entre 2012 e 2023, apresentou um avançou 34,4 p.p. no indicador, atingindo 117,8% em 2023, apresentando variação positiva na remuneração média.

Conforme Gráfico 33, pode-se observar esse avanço na remuneração média dos profissionais da educação em Goiás, alcançando o ápice em 2022. Contudo, o gráfico apresentou um recuo em 2023 descendo a 96,7%, com 3,3 p.p.

Gráfico 33 - Razão (%) entre o rendimento médio de professores da educação básica da rede pública (exceto federal), com ensino superior completo e o rendimento médio de não professores, com ensino superior completo - Goiás - 2011 a 2025



Fonte: Pnad 2011-2015; PnadC Anual 2016-2019 e 2023; PnadC Trimestral 2020-2022/IBGE.

Importante destacar que o alcance dessa equiparação no estado está relacionado ao recuou salarial dos demais profissionais com escolaridade semelhante. Portanto, o avanço nesta meta não significa um aumento real no poder de compra ou no rendimento médio desses profissionais, mas, sim, um decréscimo no rendimento bruto dos demais profissionais.

Enfim, avalia-se que se faz necessário instaurar a Política Estadual de Valorização dos profissionais da educação, de modo a contemplar não apenas formação inicial e continuada, mas também plano de carreira e remuneração, condições de trabalho adequadas, saudáveis e salários compatíveis com os demais profissionais. Cabe ao Estado, em regime de cooperação com os municípios, desenvolver essa política e assegurar a valorização dos profissionais da educação.

Meta 19 – Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Básica e Superior

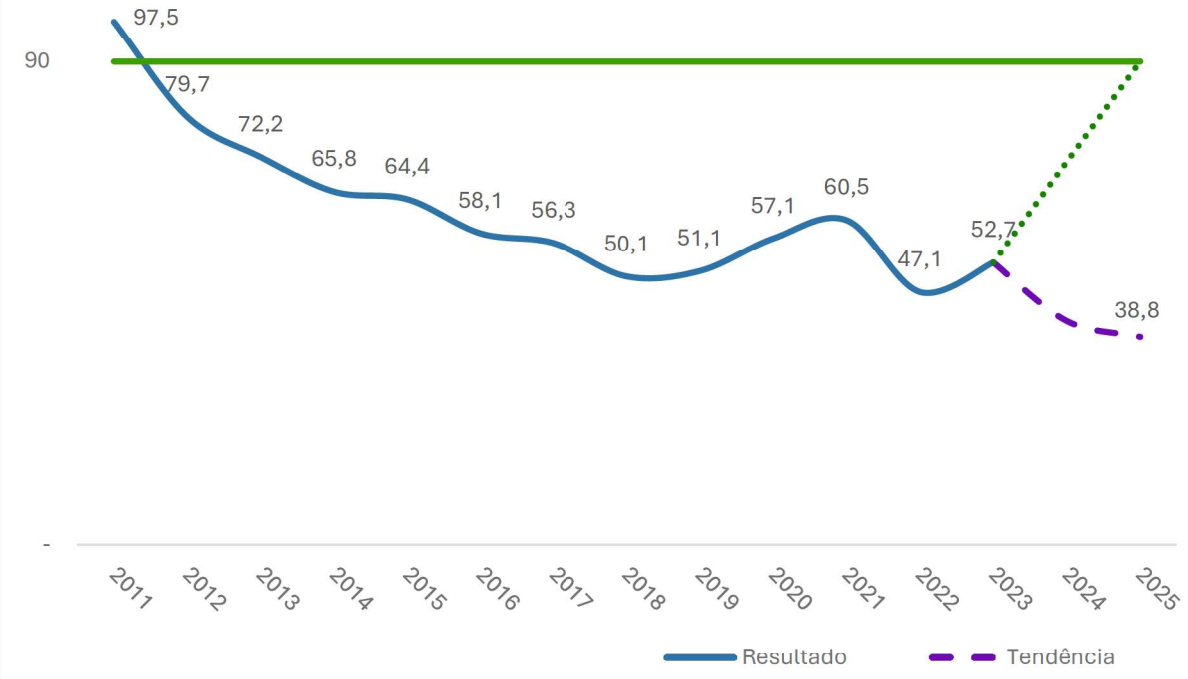
Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da Educação Básica e Superior do Sistema Estadual de Ensino e

em todos os sistemas de ensino municipais, tomando como referência, para o Plano de Carreira dos profissionais da Educação Básica, o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

A presente Meta 19 estabelece um prazo de dois anos para um avanço essencial na valorização dos profissionais da educação: a instituição de planos de carreira robustos e abrangentes tanto no Sistema Estadual de Ensino quanto em todos os sistemas municipais, englobando a Educação Básica e Superior. Considerando a Educação Básica, a referência obrigatória para a construção desses planos é o piso salarial nacional profissional, conforme determinado pela legislação federal e pelo inciso VIII do artigo 206 da Constituição Federal.

Com relação a essa Meta, o Gráfico 34 evidencia uma significativa diminuição no percentual de docentes efetivos na rede estadual. Ao longo da década de 1990, esse percentual era de 97,5%, mas observou-se uma queda até 2018. Entre 2018 e 2021, houve um aumento de mais de 10%, com a taxa subindo de 50,1% em 2018 para 60,5% em 2022.

Gráfico 34 - Percentual dos docentes da rede estadual com vínculo efetivo - Goiás - 2011 a 2025

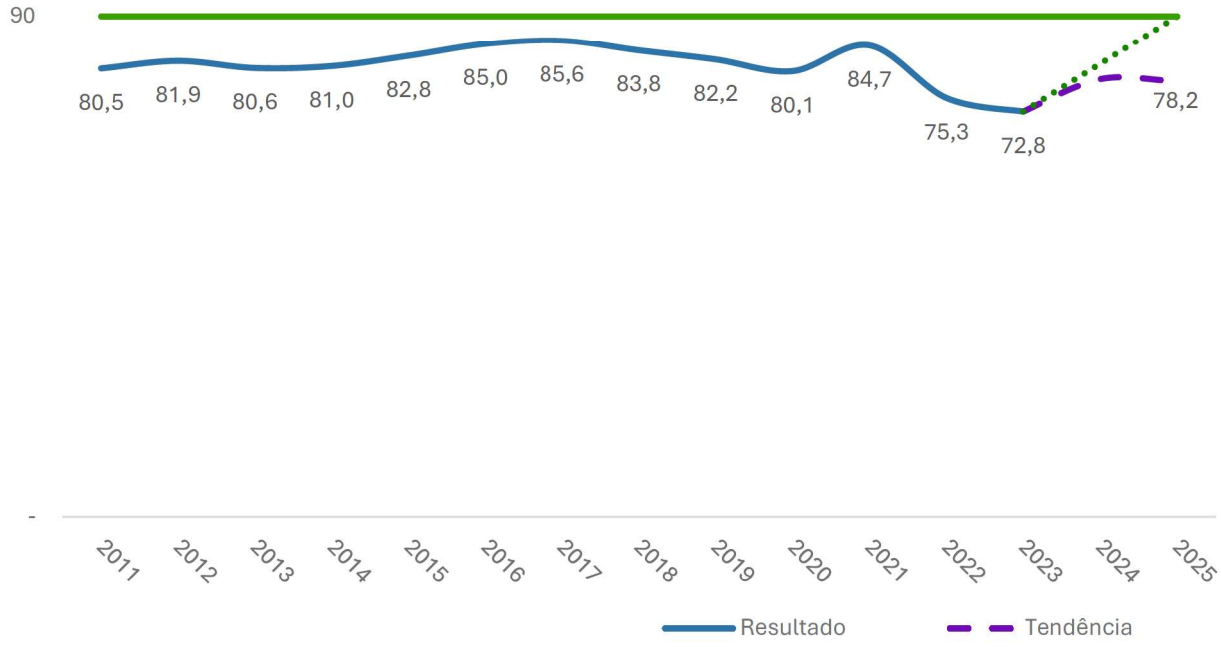


Fonte: Censo Escolar da Educação Básica/Inep.

No entanto, é importante notar uma queda abrupta em 2021, resultando no índice mais baixo registrado desde 2011, com apenas 47,1%. Em 2023, o percentual foi de 52,7%. Embora a meta de 90% seja um objetivo a ser alcançado, a tendência apresentada no gráfico sugere uma queda considerável até 2025, com a projetação de atingir apenas 38,8%.

O crescimento observado no ano de 2022 para 2023 saindo de 47,1% para 52,7% deve-se, provavelmente, ao lançamento do Edital 007/2022 de chamamento de concursados, sinalizando a importância dos concursos públicos para provimento do cargo de professores efetivos nas redes públicas do Estado.

Gráfico 35 - Percentual dos docentes da rede municipal com vínculo efetivo - Goiás – 2011 a 2025



Fonte: Censo Escolar da Educação Básica/Inep.

Vale destacar que o Gráfico 35 demonstra a evolução do percentual de docentes efetivos na rede municipal de Goiás ao longo do período de 2011 a 2025. Inicialmente, o percentual em 2011 era de 80,5%, com uma leve oscilação até 2014, quando atingiu 81,9%. A partir de 2016, observa-se uma tendência de queda, que leva o percentual a cair para 83,8% e depois para 82,2% em 2019. Entre 2020 e 2022, o percentual de docentes efetivos apresentou mais flutuações, com tendência acentuada de queda, alcançando 75,3% em 2022.

Nesse sentido, a meta estipulada de 90% ainda parece muito distante e a previsão para 2025 indica uma continuidade dessa oscilação, com uma projeção de alcance de 84,5%, para tanto, torna-se necessário que haja políticas voltadas para assegurar a entrada na carreira do magistério da educação básica, exclusivamente, mediante concurso público. Assim, o gráfico revela tanto progressos limitados quanto desafios contínuos para garantir um corpo docente efetivo nas escolas municipais de Goiás.

Meta 20 – Gestão Democrática das Escolas Públicas

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação de eleições diretas para gestores das escolas públicas.

A gestão democrática é um princípio fundamental para a construção de uma educação pública de qualidade, participativa e transparente. Sua efetivação nas escolas exige a criação de mecanismos que garantam a participação ativa da comunidade escolar nos processos de tomada de decisão, especialmente na escolha dos gestores educacionais.

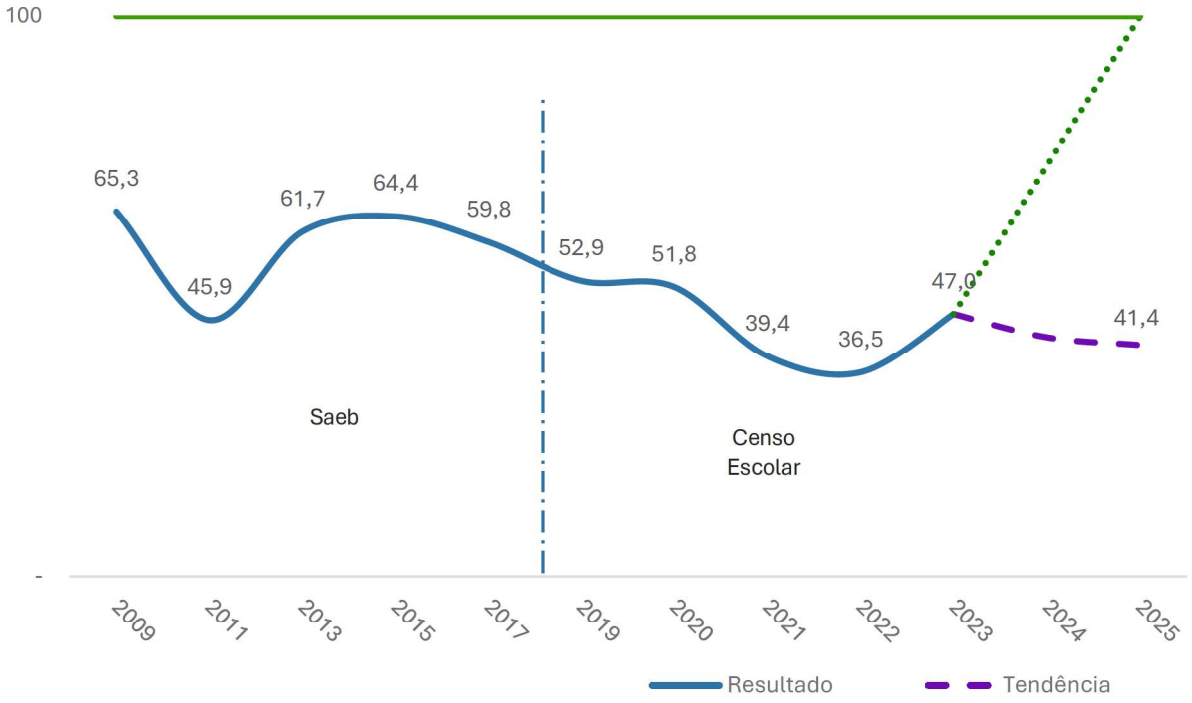
A realização de eleições diretas para diretores (as) escolares constitui um desses mecanismos, conferindo legitimidade à liderança escolar e fortalecendo o compromisso coletivo com a melhoria da educação.

Nesse sentido, a Meta 20 estabelece o compromisso de assegurar, no prazo de dois anos, as condições necessárias para a implementação desse processo democrático nas escolas públicas. Trata-se de uma ação estratégica que visa ampliar a autonomia das unidades de ensino, valorizar a gestão participativa e estimular o protagonismo de professores, estudantes, famílias e demais segmentos da comunidade escolar.

Em se tratando a escolha de diretores o Gráfico 36 representa o percentual de escolas da rede pública, nas quais os diretores foram escolhidos por eleição entre 2009 e 2025. Em 2009, o percentual estava em 65,3%, alcançando, em 2016, 68,5%.

Entretanto, observa-se uma diminuição a partir de 2017, atingindo 36,5%, em 2021, o índice mais baixo observado. Entre 2021 e 2023, houve um leve aumento, mas a taxa ainda está abaixo de 50%. A meta estabelecida é de 100%, o que indica um grande desafio à frente

Gráfico 36 - Percentual de escolas da rede pública em que os diretores foram escolhidos por eleição - Goiás - 2009 a 2025



Fonte: Saeb/Prova Brasil 2009-2017; Censo Escolar/Inep 2019-2023.

A projeção para 2025 sugere que, mesmo com esforços, a mudança será lenta, refletindo a necessidade de estreitar a participação da comunidade nas decisões das escolas.

Contudo, cabe destacar que a mudança na forma de acesso ao cargo de gestor tem sido induzida pela homologação da Lei do Fundeb, Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, (Brasil, 2020), em particular, em razão do artigo 14, que estabelece o critério técnico por mérito e desempenho, associado a eleição, como sendo o recomendado, a partir de então.

Meta 21 – Investimento Público Estadual em Educação Pública

Ampliar o investimento público estadual em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB - do Estado no 5o ano de vigência deste Plano e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB estadual a partir do 9º ano deste Plano.

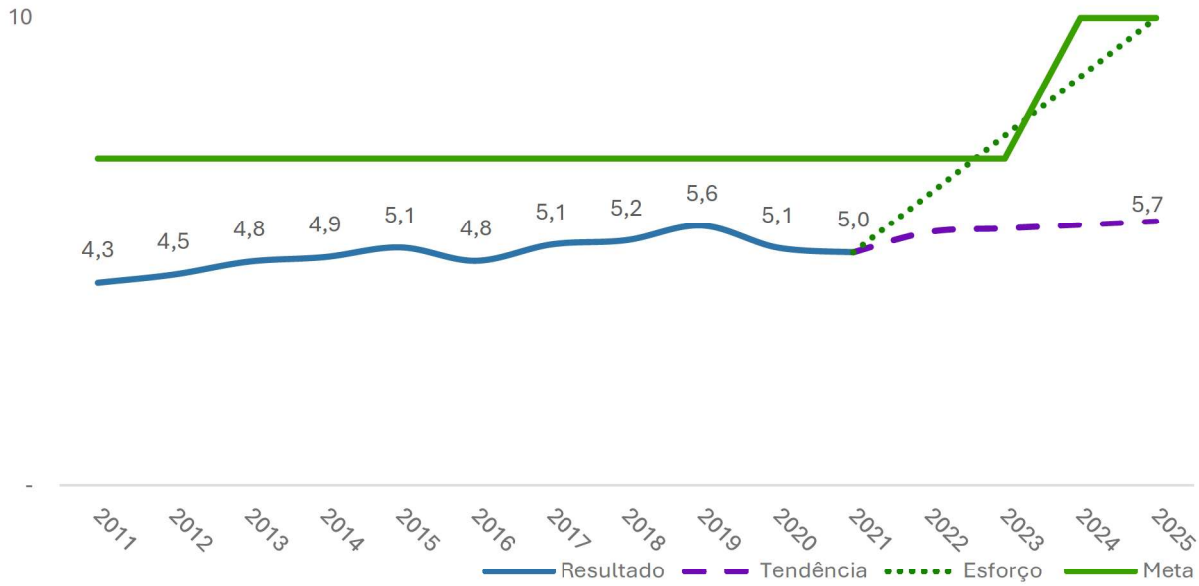
O financiamento adequado da educação é condição essencial para garantir a universalização do acesso, a permanência com qualidade e a valorização dos profissionais da educação. O investimento público direto em educação deve ser compatível com as demandas estruturais, pedagógicas e de gestão do sistema educacional, de modo a assegurar a efetivação do direito à educação como previsto na Constituição Federal e na legislação educacional vigente.

Com esse objetivo, esta meta propõe elevar gradualmente o investimento público estadual em educação pública, de forma a alcançar, no mínimo, 7% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual até o quinto ano de vigência do Plano e, a partir do nono ano, atingir pelo menos 10% do PIB. Essa diretriz está alinhada às metas nacionais e reflete o compromisso do Estado com o financiamento progressivo da educação, garantindo os recursos necessários para a expansão da oferta, a melhoria da qualidade do ensino e a superação das desigualdades educacionais.

Com relação ao relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE (Inep, 2024) o investimento público total em educação no Brasil representava 5% do PIB em 2022, considerando apenas os gastos com educação pública. Esse percentual está abaixo das metas intermediárias e finais estabelecidas pelo PNE, indicando a necessidade de esforços adicionais para alcançar os objetivos propostos.

Assim, o Gráfico 37 ilustra o percentual de investimento público em educação no estado de Goiás em relação ao PIB, entre 2011 e 2025. Em 2011, o investimento era de 4,34%, com um leve aumento ao longo dos anos, alcançando 5,1% em 2017. No entanto, entre 2017 e 2021, nota-se oscilações, com o percentual chegando a 5,0% em 2021

Gráfico 37 - Percentual do investimento público em educação pública em relação ao PIB[1] do estado (sem gastos previdenciários) - Goiás - 2011 a 2025



Fonte: Portal Transparência - Goiás/Relatório resumido da execução orçamentária; Ministério da Economia/Tesouro Transparente/Sincofi; Tribunal de Contas dos Municípios - Goiás; Secretaria-Geral da Governadoria/IMB.

Apesar disso, entre 2022 e 2023, nota-se um pequeno aumento, com ênfase em um retorno gradual ao que se pode considerar um patamar mais elevado de 5,1% em 2023. A meta de 10% é bastante ambiciosa e será um grande desafio a ser superado, dado que a tendência projetada até 2025 apenas culmina em 5,7%. Isso sugere a necessidade de um planejamento mais robusto e uma priorização maior do investimento em educação no PIB do estado.

Portanto, o financiamento público adequado e estável é essencial para que o direito à educação de qualidade seja assegurado a todas as pessoas indistintamente, bem como garantir formação e valorização dos profissionais da educação.

Concluindo a análise e discussão do monitoramento e avaliação das metas do Plano Estadual de Educação de Goiás apresentadas neste documento, vale destacar o fortalecimento e o esforço da gestão educacional para assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade para o estado, a fim de garantir os objetivos propostos pela Lei n° 18.969, de 22 de julho de 2015.

4. NOTAS METODOLÓGICAS DOS INDICADORES

De maneira geral, os indicadores foram concebidos, na medida em que se equiparavam, tendo o Relatório do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o Plano Nacional de Educação (PNE) como parâmetros. Os planos estaduais, o de Goiás especificamente, se assemelham ao PNE na maioria dos objetivos propostos. Porém, em algumas diretrizes se destoam da referência nacional. Como ilustração, a Meta 6 do PEE estipula o aumento da escolaridade da população de 18 anos ou mais, enquanto sua correspondente no PNE (Meta 8) restringe a idade até 29 anos para a elevação dos anos de estudo.

Registra-se que, utilizou-se neste monitoramento diversificadas fontes de dados para a conformação dos indicadores. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi a mais recorrente por possibilitar o acompanhamento anual e, assim, permitir a constituição de séries históricas mais abrangentes. Além disso, por trazer informações sobre características dos indivíduos, como sexo, cor/raça, idade etc., permite a produção de indicadores que necessitam dessas informações. A partir de 2016, a Pnad deixou de ser realizada, sendo substituída pela Pnad Contínua (PnadC). Utilizou-se aqui o módulo anual da PnadC que, traz questionários suplementares e guarda maior similaridades com Pnad. Ainda, acerca da Pnad e PnadC, sublinha-se que, por se tratar de pesquisas amostrais, todos os dados utilizados passaram pela técnica de expansão amostral.

Meta 1

Indicador 1.1 – Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola ou creche – Goiás

Método de cálculo:

$$\frac{População\ de\ 4\ e\ 5\ anos\ que\ frequenta\ a\ escola\ ou\ creche}{Total\ população\ de\ 4\ e\ 5\ anos} \times 100$$

Fonte: Pnad/2004-2015; Pnad Contínua Anual 2016-2018.

O indicador expressa o percentual de crianças de 4 e 5 anos que frequentam a escola/creche em relação à totalidade da população dessa faixa etária. A construção

do indicador passa por estimar a idade das crianças em 31 de março, a chamada idade escolar (Resolução CNE/CEB n° 6 de 2010), utilizando o ano e o mês de nascimento. Nos casos em que alguma dessas informações é desconhecida, adota-se a imputação da idade informada no questionário da Pnad e Pnad Contínua (PnadC).

Após esse procedimento, extraem-se, por meio dos microdados da base, os componentes da equação e se efetua o cálculo.

Indicador 1.2 – Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta escola ou creche – Goiás

Método de cálculo:

$$\frac{População\ de\ 0\ a\ 3\ anos\ que\ frequenta\ a\ escola\ ou\ creche}{Total\ população\ de\ 0\ a\ 3\ anos} \times 100$$

Fonte: Pnad/2004-2015; Pnad Contínua Anual 2016-2018.

O indicador expressa o percentual de crianças de 0 a 3 anos que frequentam a escola/creche em relação à totalidade da população dessa faixa etária. A construção do indicador passa por estimar a idade das crianças em 31 de março, a chamada idade escolar (Resolução CNE/CEB n° 6 de 2010), utilizando o ano e o mês de nascimento. Nos casos em que alguma dessas informações é desconhecida, adota-se a imputação da idade informada no questionário da Pnad e PnadC.

Após esse procedimento, extraem-se, por meio dos microdados da base, os componentes da equação e se efetua o cálculo.

Meta 2

Indicador 2.1 – Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta ou que já concluiu o ensino fundamental – Goiás

Método de cálculo:

$$\frac{População\ de\ 6\ a\ 14\ anos\ frequenta\ ou\ que\ conluiu\ o\ Ensino\ Fundamental}{Total\ da\ População\ de\ 6\ a\ 14\ anos} \times 100$$

Fonte: Pnad/2004-2015; Pnad Contínua Anual 2016-2018.

O indicador expressa o percentual de crianças de 6 a 14 anos que frequentam o ensino fundamental ou que concluíram essa etapa em relação ao total da população dessa faixa etária. A construção do indicador passa por estimar a idade das crianças em 31 de março, a chamada idade escolar (Resolução CNE/CEB n° 6 de 2010), utilizando o ano e o mês de nascimento. Nos casos em que alguma dessas informações é desconhecida, adota-se a imputação da idade informada no questionário da Pnad e PnadC.

Após esse procedimento, extraem-se, por meio dos microdados da base, os componentes da equação e se efetua o cálculo.

Indicador 2.2 – Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído – Goiás

Método de cálculo:

$$\frac{População\ de\ 16\ anos\ ensino\ fundamental\ completo}{Total\ da\ população\ de\ 16\ anos} \times 100$$

Fonte: Pnad/2004-2015; Pnad Contínua Anual 2016-2018.

O indicador revela a proporção de jovens de 16 anos que já concluíram o ensino fundamental. Para a construção do indicador, primeiramente, estima-se a idade das jovens em 31 de março, a chamada idade escolar (Resolução CNE/CEB n° 6 de 2010), utilizando o ano e o mês de nascimento. Nos casos em que alguma dessas informações é desconhecida, adota-se a imputação da idade informada no questionário da Pnad e PnadC.

Após esse procedimento, extraem-se, por meio dos microdados da base, os componentes da equação e se efetua o cálculo.

Meta 3

Indicador 3.1 – Percentual de matrículas em tempo integral – Goiás

Método de cálculo:

$$\frac{Número\ de\ matrículas\ de\ tempo\ integral\ em\ escolas\ públicas}{Total\ de\ matrículas\ em\ escolas\ públicas} \times 100$$

Fonte: Censo Escolar da Educação Básica/Inep 2009-2018.

O indicador expressa a participação das matrículas de tempo integral da rede pública, em relação ao total de matrículas dessa rede. Além de estar restrito às escolas públicas, exclui-se os alunos da educação de jovens e adultos e da educação profissional técnica de nível médio em suas formas subsequente ou concomitante. Considera-se alunos de tempo integral aqueles que permanecem na escola ao menos 7 horas diárias, segundo o Censo Escolar da Educação Básica.

Após esses procedimentos, extraem-se, por meio dos microdados da base, os componentes da equação e se efetua o cálculo.

Indicador 3.2 – Percentual de escolas públicas com ao menos 25% do seu alunado em jornada de tempo integral – Goiás

Método de cálculo:

$$\frac{Número\ de\ escolas\ públicas\ com\ ao\ menos\ 25\%\ de\ \ matrículas\ em\ tempo\ integral}{Total\ de\ escolas\ de\ escolas\ públicas} \times 100$$

Fonte: Censo Escolar da Educação Básica/Inep 2009-2018.

O indicador exprime o percentual de escolas públicas que possuem pelo menos 25% dos alunos em jornada de tempo integral, ou seja, que permanecem na escola 7 ou mais horas por dia. Após a identificação das escolas no Censo Escolar da Educação Básica, extraem-se as informações da equação e se efetua o cálculo.

Meta 4

Indicador 4.1 – Ideb do 5° ano do ensino fundamental – Goiás

Método de cálculo: Indicador amplamente divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)

Fonte: Ideb/Inep 2007-2017.

Indicador 4.2 – Ideb do 9° ano do ensino fundamental – Goiás

Método de cálculo: Indicador amplamente divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)
Fonte: Ideb/Inep 2007-2017.

Indicador 4.3 – Ideb da 3ª série do ensino médio – Goiás

Método de cálculo: Indicador amplamente divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)

Fonte: Ideb/Inep 2007-2017.

Os indicadores da Meta 4 são disponibilizados pelo Inep em página própria, em que também se encontra Nota Técnica com a metodologia de cálculo do Índice de Desempenho da Educação Básica (Ideb). Os componentes que conformam o Ideb são a taxa de aprovação e a média da Prova Brasil, aplicada em cada série alvo do Índice. Como ponto de referência, utilizam-se as próprias metas estipuladas pelo Ideb para cada etapa de ensino.

Nota Técnica de cálculo do Ideb/Inep:

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf

Meta 5

Indicador 5.1 – Percentual da população de 15 a 17 anos que frequentava a escola ou havia concluído a educação básica – Goiás

Método de cálculo:

$$\frac{\begin{array}{c}População\ de\ 15\ a\ 17\ anos\ que\ frequenta\ a\ escola \\ ou\ que\ tenha\ concluído\ a\ educação\ básica\end{array}}{Total\ populção\ de\ 15\ a\ 17\ anos} \times 100$$

Fonte: Pnad/2004-2015; Pnad Contínua Anual 2016-2018.

O indicador expressa o percentual de jovens de 15 a 17 anos que frequentam a escola ou que tenham concluído a educação básica (fazem parte da educação básica a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio) em relação ao total da população dessa faixa etária. A construção do indicador passa por estimar a

idade dos jovens em 31 de março, a chamada idade escolar (Resolução CNE/CEB n° 6 de 2010), utilizando o ano e o mês de nascimento. Nos casos em que alguma dessas informações é desconhecida, adota-se a imputação da idade informada no questionário da Pnad e PnadC.

Após esse procedimento, extraem-se, por meio dos microdados da base, os componentes da equação e se efetua o cálculo.

Indicador 5.2 – Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta ou já concluiu o ensino médio – Goiás

Método de cálculo:

$$\frac{População\ de\ 15\ a\ 17\ anos\ que\ frequenta\ a\ escola\ ou\ que\ tenha\ concluído\ o\ ensino\ médio}{Total\ populção\ de\ 15\ a\ 17\ anos} \times 100$$

Fonte: Pnad/2004-2015; Pnad Contínua Anual 2016-2018.

O indicador expressa a taxa de matrícula líquida ajustada para a população de 15 a 17 anos, na qual se identifica os jovens que frequentam o ensino médio ou que tenham concluído essa etapa de ensino em relação ao total da população dessa faixa etária. A construção do indicador passa por estimar a idade dos jovens em 31 de março, a chamada idade escolar (Resolução CNE/CEB n° 6 de 2010), utilizando o ano e o mês de nascimento. Nos casos em que alguma dessas informações é desconhecida, adota-se a imputação da idade informada no questionário da Pnad e PnadC.

Após esse procedimento, extraem-se, por meio dos microdados da base, os componentes da equação e se efetua o cálculo.

Meta 6

Indicador 6.1 – Escolaridade média (em anos de estudo) da população de 18 anos ou mais – Goiás

Método de cálculo:

$$\frac{Soma\ dos\ anos\ de\ estudos\ da\ população\ de\ 18\ anos\ ou\ mais}{Total\ população\ de\ 18\ anos\ ou\ mais}$$

Fonte: Pnad/2004-2015; Pnad Contínua Anual 2016-2018.

Esse indicador expressa a média de anos de estudos da população de 18 anos ou mais. O cálculo é realizado utilizando-se os dados da Pnad e PnadC, considerando apenas as séries completadas com sucesso. Ressalta-se que se harmonizou os ensinos fundamental de 8 e 9 anos. Aqui, utilizou-se a idade informada no questionário da Pnad e PnadC.

Após esses procedimentos, extraem-se, por meio dos microdados da base, os componentes da equação e se efetua o cálculo.

Indicador 6.2 – Escolaridade média (em anos de estudo) da população de 18 anos ou mais residente na zona rural – Goiás

Método de cálculo:

$$\frac{Soma\ dos\ anos\ de\ estudos\ da\ população\ com\ 18\ anos\ ou\ mais\ residente\ na\ zona\ rural}{Total\ da\ população\ com\ 18\ anos\ ou\ mais\ residente\ na\ zona\ rural}$$

Fonte: Pnad/2004-2015; Pnad Contínua Anual 2016-2018.

O cálculo desse indicador segue as mesmas diretrizes do indicador anterior com o filtro de residente da zona rural.

Indicador 6.3 – Escolaridade média (em anos de estudo) da população de 18 anos ou mais pertencente aos 25% mais pobres – Goiás

Método de cálculo:

$$\frac{Soma\ dos\ anos\ de\ estudos\ da\ populacação\ com\ 18\ anos\ ou\ mais\ pertencente\ aos\ 25\%\ mais\ pobres}{Total\ da\ população\ com\ 18\ anos\ ou\ mais\ pertencente\ aos\ 25\%\ mais\ pobres}$$

Fonte: Pnad/2004-2015; Pnad Contínua Anual 2016-2018.

Nesse indicador, a população foi dividida em quartis de renda, de acordo com o rendimento mensal domiciliar per capita, e todos aqueles pertencentes aos três quartis mais ricos foram excluídos da base. Feita essa restrição, foram somados os anos de estudo de toda população com 18 anos ou mais, e se dividiu esse valor pelo número de pessoas com a idade em questão.

Indicador – 6.4 – Razão (%) entre a escolaridade média de negros e a de não negros da população de 18 anos ou mais – Goiás

Método de cálculo:

$$\frac{Média\ dos\ anos\ de\ estudos\ da\ população\ negra}{Média\ dos\ anos\ de\ estudos\ da\ população\ não\ negra} \times 100$$

Fonte: Pnad/2004-2015; Pnad Contínua Anual 2016-2018.

A medida desse indicador foi feita em três etapas. Na primeira delas, calculou-se a média de estudos da população negra (pretos e pardos). Na segunda etapa, estimou-se a média dos anos de estudos das pessoas não negras (brancos e amarelos). Ambos os cálculos reproduzem as metodologias dos outros indicadores da Meta 6. Por fim, os dois valores encontrados foram utilizados para determinar a razão entre os anos de estudos dos dois grupos populacionais em questão. Ressalta-se que os indígenas, por possuírem características socioculturais próprias, foram desconsiderados da análise.

Meta 7

Indicador 7.1 – Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade – Goiás

Método de cálculo:

$$\frac{População\ alfabetizada\ de\ 15\ anos\ ou\ mais}{Total\ da\ população\ de\ 15\ anos\ ou\ mais} \times 100$$

Fonte: Pnad/2004-2015; Pnad Contínua Anual 2016-2018.

Considera-se alfabetizada a pessoa que declarou à Pnad e à PnadC que sabe ler e escrever. Desse modo, extrai-se o total de indivíduos com 15 ou mais anos e na condição de alfabetizados e o total da população nessa faixa etária, prosseguindo com o cálculo do indicador.

Indicador 7.2 – Taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade – Goiás

Método de cálculo:

$$\frac{População\ de\ 15\ anos\ ou\ mais\ na\ condição\ de\ analfabeto\ funcional}{Total\ população\ \ com\ 15\ anos\ ou\ mais} \times 100$$

Fonte: Pnad/2004-2015; Pnad Contínua Anual 2016-2018.

São considerados como analfabetos funcionais aqueles indivíduos que não sabem ler e escrever e os que não completaram os anos iniciais do ensino fundamental. Depois de realizados os filtros necessários para encontrar os componentes, realiza-se o cálculo conforme a fórmula exposta. Aqui também são utilizados os microdados da Pnad e Pnad Contínua.

Meta 8

Indicador 8.1 – Proporção das matrículas da educação de jovens e adultos integradas à educação profissional – Goiás

Método de cálculo:

$$\frac{Pessoas\ matriculadas\ na\ EJA\ integrada\ à\ Educação\ Profissonal}{Total\ Matriculados\ na\ EJA} \times 100$$

Fonte: Censo Escolar da Educação Básica/INEP 2008-2018.

Para esse indicador, considerou-se as etapas da EJA do ensino fundamental e ensino médio. Para se obter o percentual, selecionam-se as matrículas da EJA integradas à educação profissional e as divide pelo total de matrículas nessa modalidade. Todas essas informações podem ser retiradas do Censo Escolar da Educação Básica.

Meta 9

A Meta 9, por se tratar de uma aspiração qualitativa e conceitual, não traz especificações que permitam a mensuração de seu cumprimento. No anexo V do

PEE, os objetivos dessa meta se relacionam aos das metas 6, 7 e 8. Assim, pode-se entender que os indicadores estabelecidos para essas metas também servem de diagnósticos para os preceitos expostos nessa meta.

Meta 10

Indicador 10.1 – Total de matrículas em educação profissional de nível médio – Goiás

Método de cálculo:

$$Total\ de\ matrículas\ de\ educação\ profissional\ técnica\ de\ nível\ médio$$

Fonte: Censo Escolar da Educação Básica/INEP 2008-2018.

O indicador dessa meta consiste no número de matrículas na educação profissional de nível médio, extraído do Censo Escolar da Educação Básica. Como o objetivo da meta é triplicar tais matrículas até o final do Plano, multiplicou-se por três o total de matrículas do ano de 2014 (ano referência), obtendo-se, desse modo, o número final desejado.

Indicador 10.2 – Participação do segmento público na expansão das matrículas em educação profissional técnica de nível médio – Goiás

Método de cálculo (para definir alvo 2025):

$$\frac{(Matrículas\ nao - Matrículas\ 2014)público}{(Matrículas\ nao - Matrículas\ 2014)total}$$

Fonte: Censo Escolar da Educação Básica/INEP 2008-2018.

O indicador representa a proporção de matrículas das redes públicas, em relação ao total da expansão das matrículas na educação profissional de nível médio. Como o objetivo é que 50% da expansão estipulada ocorra na rede pública, para seu cálculo, diminui-se da meta do indicador 10.1 (triplo das matrículas de 2014) as matrículas de 2014, encontrando-se o incremento. Sobre a metade desse resultado, soma-se as matrículas públicas em 2014. Tem-se, então a meta do indicador. Os dados são obtidos no Censo Escolar da Educação Básica.

Meta 11

Indicador 11.1 – Percentual dos alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtorno global do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns da educação básica – Goiás

Método de cálculo:

$$\frac{\begin{array}{c}Número\ de\ alunos\ deficientes, com\ TGD, altas\ habilidades \\ ou\ superdotação\ matriculados\ em\ classes\ comuns\end{array}}{Total\ de\ alunos\ deficientes, com\ TGD, altas\ habilidades\ ou\ superdotação} \times 100$$

Fonte: Censo Escolar da Educação Básica/INEP 2008-2018.

O indicador informa a proporção dos alunos com deficiência, TGD, altas habilidades ou superdotação que estão matriculados em turmas comuns da escolarização, preconizando a educação inclusiva.

Indicador 11.2 – Percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação matriculados em turmas de AEE – Goiás

Método de cálculo:

$$\frac{\begin{array}{c}Alunos\ \ com\ deficiência, TGD\ e\ altas\ habilidades\ ou\ superdotaçãoão \\ matriculados\ em\ Turmas\ de\ AEE\end{array}}{\begin{array}{c}Total\ alunos\ com\ deficiência, TGD\ e\ altas\ habilidades \\ ou\ superdotaçãoão\ matriculados\end{array}} \times 100$$

Fonte: Censo Escolar da Educação Básica/INEP 2008-2018.

O Indicador 11.2 capta a oferta de atendimento educacional especializado (AEE) para os alunos deficientes, com TGD e altas habilidades ou superdotação. Esse atendimento pleno na escola, visa suprir-lhes qualquer dificuldade, seja física ou de aprendizagem. Ambas as informações foram obtidas no Censo Escolar da Educação Básica.

Cabe ressaltar que o objetivo expresso na Meta 11 carece de indicadores precisos, uma vez que só há informações mais exatas sobre o número de deficientes no país no Censo Demográfico realizado a cada 10 anos pelo IBGE.

Meta 12

A Meta 12 não estipula como a articulação intersetorial pretendida será verificada. Nesse sentido, a conformação de indicadores é impedida por falta de uma métrica quantitativa. Há, pelo anexo V do PEE, estreita relação entre essa meta e os objetivos das metas 1, 2, 4 e 11, podendo tais indicadores orientarem o entendimento se essa articulação está sendo promovida.

Meta 13

Indicador 13.1 – Taxa bruta de matrícula (%) na graduação das pessoas entre 18 e 24 anos – Goiás

Método de cálculo:

$$\frac{População\ que\ frequenta\ cursos\ de\ graduação}{População\ com\ idade\ entre\ 18\ e\ 24\ anos} \times 100$$

Fonte: Pnad/2004-2015; Pnad Contínua Anual 2016-2018.

A taxa bruta de matrícula dos cursos de graduação indica a oferta da educação superior, restringindo-se à faixa etária considerada ideal para esse nível de ensino. A medida é dada pela razão entre o total de pessoas, de qualquer idade, que frequentam curso de graduação e a população na idade de 18 a 24 anos. Assim, não se computa aqueles que concluíram curso superior e também os matriculados em cursos de pós-graduação, justamente para se ter maior precisão na oferta do ensino superior.

Indicador 13.2 – Taxa líquida de matrícula (%) na graduação das pessoas de 18 a 24 anos – Goiás

Método de cálculo:

$$\frac{\begin{array}{c}População\ de\ 18\ a\ 24\ anos\ que\ frequenta \\ ou\ já\ concluiu\ cursos\ de\ graduação\end{array}}{Total\ da\ população\ de\ 18\ a\ 24\ anos} \times 100$$

Fonte: Pnad/2004-2015; Pnad Contínua Anual 2016-2018.

A taxa líquida de matrícula do ensino superior mede o acesso da população na idade ideal para esse nível de ensino. Por isso, no cálculo, computam-se, além daqueles que estão frequentando, os que concluíram algum curso superior, limitando-se à faixa etária de 18 a 24 anos.

Indicador 13.3 – Participação (%) da rede pública na expansão do ensino superior – Goiás

Método de Cálculo:

$$\frac{Variação\ das\ matrículas\ em\ cursos\ de\ graduação\ de\ IES\ públicas\ no\ período\ "t"}{Variação\ total\ das\ matrículas\ de\ graduação\ no\ período\ "t"} \times 100$$

Fonte: Censo da Educação Superior/Inep/2013-2018.

Este Indicador expressa a contribuição das matrículas em instituições pública para a expansão da educação superior em Goiás. O cálculo é realizado em três etapas: primeiro, calcula-se a variação no número de matrículas que a rede pública de ensino recebe a cada ano, tendo como referência 2012. Segundo, aplica-se um processo similar, porém, considerando a variação total de matrículas do ensino superior. Feito isso, aplica-se a fórmula de cálculo e se obtém a representação das matrículas públicas no crescimento do ensino superior. Salienta-se que foram computadas as matrículas em cursos presenciais e na modalidade a distância, utilizando os microdados do Censo da Educação Superior.

Meta 14

Indicador 14.1 – Proporção de docentes da educação superior com mestrado ou doutorado – Goiás

Método de cálculo:

$$\frac{Docentes\ da\ educação\ superior\ com\ mestrado\ ou\ doutorado}{Total\ de\ docentes\ da\ educação\ superior} \times 100$$

Fonte: Censo da Educação Superior/Inep/2010-2018.

O cálculo do indicador considera apenas os docentes em exercício, não captando os professores afastados. Além disso, considera os professores de maneira individual, independentemente da quantidade de funções docentes ou dos vínculos em mais de uma instituição. Utilizam-se os microdados do Censo da Educação Superior.

Indicador 14.2 – Proporção de docentes na educação superior com doutorado – Goiás

Método de cálculo:

$$\frac{Docentes\ da\ educação\ superior\ com\ \ doutorado}{Total\ de\ docentes\ da\ educação\ superior} \times 100$$

Fonte: Censo da Educação Superior/Inep/2010-2018.

O cálculo e os parâmetros desse indicador seguem os critérios do indicador 14.1, porém, considera em seu numerador apenas os docentes com doutorado.

Meta 15

O objetivo da Meta 15 não traz um referencial quantitativo, o que impede a formulação de indicadores nos moldes apresentados no Relatório de Monitoramento. Há, pelo anexo V do PEE, estreita relação entre essa meta e os objetivos das metas 13 e 14, podendo tais indicadores orientarem o entendimento se a consolidação do Sistema Estadual de Educação Superior está efetivamente ocorrendo.

Meta 16

Indicador 16.1 – Proporção de docências da educação infantil com professores que possuem formação adequada à disciplina que lecionam – Goiás

Método de cálculo:

$$\frac{\begin{array}{c}Quantidade\ de\ docências\ da\ educação\ infantil\\ com\ professores\ cuja\ formação\ está\ adequada\ à\ disciplina\ que\ lecionam\end{array}}{Total\ de\ docências\ da\ educação\ infantil} \times 100$$

Fonte: Indicadores Educacionais/Inep 2013-2018.

Indicador 16.2 – Proporção de docências do ensino fundamental com professores que possuem formação adequada à disciplina que lecionam – Goiás

Método de cálculo:

$$\frac{\begin{array}{c}Quantidade\ de\ docências\ do\ ensino\ fundamental \\ com\ professores\ cuja\ formação\ está\ adequada\ à\ disciplina\ que\ lecionam\end{array}}{Total\ de\ docências\ do\ ensino\ fundamental} \times 100$$

Fonte: Indicadores Educacionais/Inep 2013-2018.

Indicador 16.3 – Proporção de docências do ensino médio com professores que possuem formação adequada à disciplina que lecionam – Goiás

Método de cálculo:

$$\frac{\begin{array}{c}Quantidade\ de\ docências\ do\ ensino\ médio \\ com\ professores\ cuja\ formação\ está\ adequada\ à\ disciplina\ que\ lecionam\end{array}}{Total\ professoes\ do\ Ensino\ Médio.} \times 100$$

Fonte: Indicadores Educacionais/Inep 2013-2018.

O cálculo do indicador leva em conta as docências, ou seja, a função exercida pelo professor em determinada disciplina e turma. O docente terá formação adequada à disciplina que ministra, quando possuir curso superior de licenciatura na área de conhecimento da disciplina. Caso o docente tenha somente o bacharelado na área, exige-se a complementação pedagógica para a efetiva adequação. Os resultados desse indicador são obtidos diretamente no caderno de Indicadores Educacionais do Inep, mediante os dados do Censo da Educação Básica. Considerou-se, aqui, apenas os docentes pertencentes ao Grupo 1, isto é, professores com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona.

Meta 17

Indicador 17.1 – Proporção de professores da educação básica com pós-graduação *lato* ou *stricto sensu* – Goiás
Método de cálculo:

$$\frac{Número\ de\ docentes\ da\ educação\ básica\ com\ pós\text{-}graduação}{Total\ de\ docentes\ da\ educação\ básica} \times 100$$

Fonte: Censo Escolar da Educação Básica/Inep 2008-2018.

Para o cálculo do indicador, cada docente é contabilizado apenas uma vez, independentemente do número de turmas ou esferas administrativas que ele trabalhe. Considerou-se como pós-graduação os curso *lato* e *stricto sensu*.

Indicador 17.2 – Proporção de professores da educação básica que realizaram cursos de formação continuada – Goiás

Método de cálculo:

$$\frac{Número\ de\ docentes\ da\ educação\ básica\ com\ formação\ continuada}{Total\ de\ docentes\ da\ educação\ básica} \times 100$$

Fonte: Censo Escolar da Educação Básica/Inep 2008-2018.

Este indicador foi acrescentado neste 2º Relatório com o objetivo de medir a proporção dos professores de Goiás que possuem em seu currículo cursos de formação continuada. Apesar da Meta 17 preceituar a formação continuada para todos os profissionais da educação, não existe, até o presente momento, nenhuma base de dados com tal informação. O Censo Escolar da Educação Básica coleta tais dados para os professores regentes, por isso, considerou-se importante acompanhar os resultados para esse grupo específico. Novamente, o docente é contado uma única vez e fará parte do numerador os professores que realizaram ao menos um curso de formação continuada.

Meta 18

Indicador 18.1 – Razão (%) entre o rendimento médio de professores da educação básica (exceto rede federal), com ensino superior e o rendimento médio de não professores, com curso superior – Goiás

Método de cálculo:

$$\frac{Rendimento\ médio\ dos\ docentes\ da\ educação\ básica\ (exceto\ rede\ federal)\ com\ ensino\ superior}{Rendimento\ médio\ dos\ demais\ profissionais\ com\ ensino\ superior} \times 100$$

Fonte: Pnad/2004-2015; Pnad Contínua Anual 2016-2018.

O indicador revela a equivalência entre o rendimento dos professores da educação básica, excetuando os da rede federal, e o rendimento dos demais profissionais, ambas as categorias com ensino superior completo. As informações são obtidas pelos microdados da Pnad e PnadC, com as quais se utiliza a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e a Classificação de Ocupações para as Pesquisas Domiciliares (COD), respectivamente. Ressalta-se que os rendimentos foram harmonizados para 40 horas de trabalho semanais e que foram excluídos os profissionais que declararam trabalhar menos de 10 e mais de 60 horas por semana.

Meta 19

O objetivo da Meta 19 é que todos os profissionais da educação estadual e municipal tenham plano de carreira instituído e parametrizado com o piso salarial nacional. Para aferir se todos os professores são beneficiados com plano de carreira, optou-se por medir a proporção de professores estaduais e municipais com vínculo empregatício efetivo, que ocorre mediante à aprovação em concurso público.

Se um docente é efetivo numa escola e temporário em outra da mesma rede, ambos os contratos fazem parte do método de cálculo. O denominador é resultado da soma de todos os tipos de contratos da rede pública (efetivo, temporário, terceirizado e celetista).

Indicador 19.1 – Percentual dos docentes da rede estadual com cargo de provimento efetivo – Goiás

Método de cálculo:

$$\frac{Número\ de\ professores\ da\ rede\ estadual\ com\ vínculo\ efetivo/concursado}{Total\ de\ professores\ da\ rede\ estadual} \times 100$$

Fonte: Censo Escolar da Educação Básica/Inep 2008-2018.

Indicador 19.2 – Percentual dos docentes da rede municipal com cargo de provimento efetivo – Goiás

Método de cálculo:

$$\frac{\begin{array}{c}Número\ de\ professores\ da\ rede\ municipal \\ com\ vínculo\ efetivo/concursado\end{array}}{Total\ de\ professores\ da\ rede\ municipal} \times 100$$

Fonte: Censo Escolar da Educação Básica/Inep 2008-2018.

Meta 20

Indicador 20.1 – Percentual de escolas das redes públicas em que os diretores são escolhidos por eleição – Goiás

Método de cálculo:

$$\frac{Número\ de\ escolas\ públicas\ com\ eleição\ para\ diretor}{Total\ escolas\ públicas} \times 100$$

Fonte: Prova Brasil/Saeb 2009-2017.

Os dados da meta 20 foram extraídos dos questionários de diretores da Prova Brasil, tendo sido excluídas do cálculo as instituições particulares. O numerador é obtido pela quantidade de escolas onde o diretor foi escolhido por eleição, seja ela o método exclusivo ou combinado com processo seletivo. O denominador é o total de escolas públicas no estado.

Meta 21

Indicador 21.1 – Percentual do investimento público em educação pública em relação ao PIB do estado – Goiás

Método de cálculo:

$$\frac{Total\ \ de\ investimentos\ públicos\ em\ educação\ pública}{PIB\ do\ estado} \times 100$$

Fonte: Portal Transparência - Goiás/Relatório resumido da execução orçamentária; Ministério da Economia/Tesouro Transparente/Sincofi; Tribunal de Contas dos Municípios - Goiás; Instituto Mauro Borges/Secretaria de Estado da Economia.

O indicador engloba as despesas públicas em educação pública no estado de Goiás realizadas pelo Estado, municípios e União. Foram excluídos do cômputo os

gastos com previdência. Os valores do PIB foram disponibilizados pelo IMB, sendo que os dois últimos são resultado de projeções desse Instituto.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O 4º Relatório de Monitoramento e Avaliação do Plano Estadual de Educação de Goiás (PEE-GO) apresenta uma análise detalhada sobre os avanços e dos desafios enfrentados na implementação das políticas educacionais no estado. Elaborado pela Comissão de Coordenação de Monitoramento e Avaliação do PEE-GO, o documento fundamenta-se em dados de fontes oficiais, como o Censo Escolar da Educação Básica e a Pnad Contínua do IBGE, além de considerar as diretrizes do 5º Ciclo de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE), publicado pelo INEP em 2024.

O relatório destaca tanto os avanços e dificuldades encontradas no cumprimento das 21 metas do PEE-GO. Assim, evidencia progressos significativos em diversos níveis e modalidades de ensino.

Nessa perspectiva, algumas etapas da educação básica, Goiás demonstra um desempenho superior às médias nacional e regional, indicando um progresso significativo na ampliação do acesso e na melhoria dos indicadores educacionais. Assim, o estado superou as médias do Centro-Oeste e do Brasil em 2019, atingindo 98,5% de atendimento da população de 6 a 14 anos no ensino fundamental. Com relação ao Ensino Médio, Goiás apresenta percentuais de frequência e conclusão do ensino médio acima da média nacional e, em geral, superiores aos da região Centro-Oeste.

No entanto, o relatório também aponta desafios e áreas que necessitam de maior atenção. A educação em tempo integral, mostra uma tendência de queda no percentual de escolas públicas. Com relação à alfabetização, apesar dos avanços, ainda revela taxas de analfabetismo funcional que superam a média do Centro-Oeste em alguns anos. Além disso, a educação superior, enfrenta dificuldades para alcançar

os indicadores propostos, com a necessidade de regular a oferta de matrículas e melhorar as condições de trabalho dos docentes.

O documento mostra a realidade da educação do estado, com esforço contínuo para promover as desigualdades de aprendizagem, a fim de garantir a educação de qualidade para todos.

Isto posto, o 4º Relatório de Monitoramento e Avaliação do PEE-GO oferece um panorama abrangente da situação educacional em Goiás, identificando tanto os progressos alcançados quanto os desafios a serem superados. Nesse sentido, o documento ressalta a importância do monitoramento contínuo e da articulação entre os diversos atores envolvidos na política educacional para garantir o cumprimento das metas estabelecidas e a melhoria da qualidade da educação no estado.

6. REFERÊNCIAS

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico do Brasil**, 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação** – 2022. Brasília, DF: Inep, 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Relatório do 5º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação** – 2024. Brasília, DF: Inep, 2024.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Edição extra ,Seção 1, p. 1, 26 jun. 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

BRASIL. **Lei nº 14. 113, de 25 de dezembro de 2020**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da Educação (Fundeb).

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep). **Relatório do 5º Ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação**, 2024. Disponível em : https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_quinto_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf Acesso em 15 de fevereiro de 2025.

GOIÁS. Lei n° 18.969, de 22 de julho de 2015. **Aprova o Plano Estadual de Educação para o decênio 2015/2025 e dá outras providências**. Diário Oficial/Goiás, Goiânia, GO, Edição n.º 22.129, p.1 - 17, 27 jun. 2015. Disponível em: Lei Ordinária n° 18.969 / 2015 Acesso em: 5 maio de 2025.

GOIÁS. Lei Complementar n° 26, de 28 de dezembro de 1998. **Estabelece as diretrizes e bases do Sistema Educativo do Estado de Goiás.** Casa Civil de Goiás, legislações. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/101024/lei-complementar-026 . Acesso em: 07 maio de 2025.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação. Portaria n° 3.77, de 31 de julho de 2024.

Constitui Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano estadual de Educação – PEE 2015/2025. Diário Oficial/Goiás, Goiânia, GO, ano 187, n. 24.343, p.63-64, 06 ago. 2024. Disponível em: https://goias.gov.br/educacao/wp-content/uploads/sites/40/2024/08/Portaria-3777-31-de-julho-de-2024.pdf. Acesso em: 5 maio de 2025.

ANEXOS

1. Referência dos Gráficos relacionados com Indicadores

Gráfico 1	Meta 1	Indicador 1.1	Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta escola ou creche - Goiás - 2005 a 2025
Gráfico 2	Meta 1	Indicador 1.2	Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta escola ou creche - Goiás - 2004 a 2025
Gráfico 3	Meta 2	Indicador 2.1	Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta ou que já concluiu o ensino fundamental - Goiás - 2005 a 2025
Gráfico 4	Meta 2	Indicador 2.2	Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído - Goiás - 2005 a 2025
Gráfico 5	Meta 3	Indicador 3.1	Percentual de matrículas em tempo integral - Goiás - 2009 a 2025
Gráfico 6	Meta 3	Indicador 3.2	Percentual de escolas públicas com ao menos 25% de matrículas em tempo integral - Goiás - 2014 a 2025
Gráfico 7	Meta 4	Indicador 4.1	Ideb 5° ano do Ensino Fundamental - Goiás - 2005 a 2023
Gráfico 8	Meta 4	Indicador 4.2	Ideb 9° ano do Ensino Fundamental - Goiás - 2005 a 2023
Gráfico 9	Meta 4	Indicador 4.3	Ideb 3ª série Ensino Médio - Goiás - 2005 a 2023
Gráfico 10	Meta 5	Indicador 5.1	Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica - Goiás - 2005 a 2025
Gráfico 11	Meta 5	Indicador 5.2	Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta ou já concluiu o ensino médio - Goiás - 2005 a 2025
Gráfico 12	Meta 6	Indicador 6.1	Escolaridade média (em anos de estudo) da população de 18 anos ou mais - Goiás - 2004 a 2025
Gráfico 13	Meta 6	Indicador 6.2	Escolaridade média (em anos de estudo) da população de 18 anos ou mais residente no campo - Goiás - 2004 a 2025
Gráfico 14	Meta 6	Indicador 6.3	Escolaridade média (em anos de estudo) da população de 18 anos ou mais pertencente aos 25% mais pobres - Goiás - 2004 a 2025
Gráfico 15	Meta 6	Indicador 6.4	Razão (%) entre a escolaridade média de negros e a de não negros da população de 18 anos ou mais - Goiás - 2004 a 2025
Gráfico 16	Meta 7	Indicador 7.1	Taxa de alfabetização de pessoas de 15 anos ou mais de idade - Goiás - 2005 a 2025
Gráfico 17	Meta 7	Indicador 7.2	Taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais de idade - Goiás -2005 a 2025

Gráfico 18	Meta 8	Indicador 8.1	Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional - Goiás - 2008 a 2025
Gráfico 19	Meta 10	Indicador 10.1	Total de matrículas em educação profissional de nível médio - Goiás - 2008 a 2025
Gráfico 20	Meta 10	Indicador 10.2	Total de matrículas em educação profissional de nível médio nas redes públicas - Goiás - 2008 a 2025
Gráfico 21	Meta 11	Indicador 11.1	Percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação que frequentava a escola em classes comuns da educação básica - Goiás - 2009 a 2025
Gráfico 22	Meta 11	Indicador 11.2	Percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação matriculados em turmas de AEE - Goiás - 2010 a 2025
Gráfico 23	Meta 13	Indicador 13.1	Taxa (%) bruta de matrículas na graduação para a população de 18 a 24 anos - Goiás - 2004 a 2025
Gráfico 24	Meta 13	Indicador 13.2	Taxa (%) líquida de matrículas na graduação para a população de 18 a 24 anos - Goiás - 2005 a 2025
Gráfico 25	Meta 13	Indicador 13.3	Participação (%) da rede pública na expansão do ensino superior-Goiás 2013-2025
Gráfico 26	Meta 14	Indicador 14.1	Proporção de docentes na educação superior com mestrado ou doutorado - Goiás - 2010 a 2025
Gráfico 27	Meta 14	Indicador 14.2	Proporção de docentes na educação superior com doutorado - Goiás - 2010 a 2025
Gráfico 28	Meta 16	Indicador 16.1	Percentual de professores com formação adequada à disciplina que lecionam - Educação Infantil - Goiás - 2013 a 2025
Gráfico 29	Meta 16	Indicador 16.2	Percentual de professores com formação adequada à disciplina que lecionam - Ensino Fundamental - Goiás - 2013 a 2025
Gráfico 30	Meta 16	Indicador 16.3	Percentual de professores com formação adequada à disciplina que lecionam - Ensino Médio - Goiás - 2013 a 2025
Gráfico 31	Meta 17	Indicador 17.1	Percentual de professores da educação básica com pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* - Goiás - 2008 a 2025
Gráfico 32	Meta 17	Indicador 17.2	Percentual de professores da educação básica com curso de formação continuada - Goiás - 2013 a 2025
Gráfico 33	Meta 18	Indicador 18.1	Razão (%) entre o rendimento médio de professores da educação básica da rede pública (exceto federal), com ensino superior completo e o rendimento médio de não professores, com ensino superior completo - Goiás - 2011 a 2025
Gráfico 34	Meta 19	Indicador 18.2	Percentual dos docentes da rede estadual com vínculo efetivo - Goiás - 2011 a 2025
Gráfico 35	Meta 19	Indicador 19.2	Percentual dos docentes da rede municipal com vínculo efetivo - Goiás - 2011 a 2025
Gráfico 36	Meta 20	Indicador 20.1	Percentual de escolas da rede pública em que os diretores foram escolhidos por eleição - Goiás - 2009 a 2025
Gráfico 37	Meta 21	Indicador 21.1	Percentual do investimento público em educação pública em relação ao PIB[1] do estado (sem gastos previdenciários) - Goiás - 2011 a 2025

Referência de Tabelas relacionadas às Metas do Plano

Tabela 1	Meta 1	Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta escola ou creche
Tabela 2	Meta 2	Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta ou que já concluiu o ensino fundamental
Tabela 3	Meta 2	Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído
Tabela 4	Meta 3	Percentual de matrículas em tempo integral
Tabela 5	Meta 4	Ideb 5° ano do Ensino Fundamental
Tabela 6	Meta 4	Ideb 9° ano do Ensino Fundamental
Tabela 7	Meta 4	Ideb 3ª série Ensino Médio
Tabela 8	Meta 5	Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica
Tabela 9	Meta 5	Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta ou já concluiu o ensino médio
Tabela 10	Meta 7	Taxa de alfabetização de pessoas de 15 anos ou mais de idade
Tabela 11	Meta 7	Taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais de idade
Tabela 12	Meta 8	Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional
Tabela 13	Meta 10	Total de matrículas em educação profissional de nível médio
Tabela 14	Meta 11	Percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação que frequentava a escola em classes comuns
Tabela 15	Meta 15	Total de alunos matriculados presencial e não presencial – 2021 a 2024
Tabela 16	Meta 15	matrícula de alunos por faixa etária de 18 a 34 anos e mais de 35 anos no período de 2012 a 2024
Tabela 17	Meta 15	Formação dos docentes da Universidade Estadual de Goiás (UEG)

4º RELATÓRIO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÁS 2015 - 2025